



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC  
CURSO DE MESTRADO**

**VANESSA RIBEIRO DOS REIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS  
PROPOSTAS CURRICULARES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**

**SALVADOR - BA  
2017**

**VANESSA RIBEIRO DOS REIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS  
PROPOSTAS CURRICULARES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim.

SALVADOR – BA  
2017

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS CURRICULARES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNEB

VANESSA RIBEIRO DOS REIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 11 de abril de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

  
Profa. Dra. Gírlene Santos de Souza  
Universidade Estadual Federal do Recôncavo da Bahia - UESB  
Doutorado em Agronomia  
Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil

  
Profa. Dra. Maria Sacramento Aquino  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB  
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

R375 Reis, Vanessa Ribeiro dos.

Educação Ambiental na Formação Docente: Análise das Propostas Curriculares dos Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2017 / Vanessa Ribeiro dos Reis. Salvador- 2017.

120 f.: il

Orientador: Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.

1. Educação Ambiental. 2. Ensino Superior. 3. Formação Docente
4. Licenciatura em Pedagogia. 5. UNEB I. Título.

**CDD 372.357**

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todos que, de alguma forma contribuíram para a conclusão de mais uma etapa. Agradeço inicialmente a Deus pelas conquistas alcançadas.

Obrigada a todos os familiares pelo carinho, apoio, orações e torcida, em especial, a meus pais, Letícia e Gilberto, pela minha vida e por toda a dedicação, amor, orientação, carinho, sacrifícios e renúncias que fizeram e por sempre estarem ao meu lado acreditando e confiando na minha luta. À minha irmã Cíntia que esteve presente em todos os momentos, colaborando muito para o cumprimento desta etapa e superação de todos os obstáculos. Agradeço por todo apoio, incentivo e compreensão ao meu grande companheiro, amigo e namorado João. A todos vocês, todo o meu reconhecimento, amor, admiração e gratidão!

Às amigas de sempre Aline, Laise, Luciana, Rebeca, Marília, Flávia, Leny e Adrielle, obrigada pelos incentivos constantes e pela valiosa amizade. Ricardo e Raimundo vocês fizeram parte de todo o processo, vocês foram essenciais nessa fase da minha vida, serei sempre grata!

Agradeço ao professor Avelar pelas oportunidades, confiança, dedicação, colaboração e apoio. Sou muito grata também às coordenadoras dos cursos de Pedagogia da UNEB pela colaboração na pesquisa.

Aos colegas que eu ganhei ao longo dessa jornada: Marília, Katiane, Thaís, Simone, Gerusa, aos colegas do grupo de pesquisa GEPET e tantos outros, muitíssimo obrigada pelo apoio e colaborações. A todos (as) os (as) professores (as) e coordenador do mestrado, pois, neste trabalho há uma contribuição expressiva de cada um de vocês. À professora Graça Costa do Tirocínio Docente pelos ensinamentos acadêmicos e de vida. Aos funcionários (as) do PPGEduC, especialmente a Sr. Antônio, Sônia e Aline que sempre me atendiam com muita gentileza.

Às Professoras Girlene Souza e Maria Aquino pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e por aceitarem o convite para fazer parte da minha banca.

Sou muito grata a CAPES pelo financiamento da minha pesquisa que possibilitou a realização do mestrado.

Finalmente, expresso minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. E que venham as novas conquistas!

*“Promover uma Educação com respeito integral aos direitos de todas as pessoas, a preservação da natureza e uma formação cidadã, em que elas possam ser agentes e atores do projeto de uma sociedade livre, igualitária, solidária e socialmente justa – uma sociedade, de fato, democrática, fundamentada nos pilares da igualdade de direitos e na liberdade.”*

(Aída Maria Monteiro Silva)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a inserção do tema Educação Ambiental no currículo dos cursos de Pedagogia que são ofertados nos diversos *campi* da UNEB. A metodologia utilizou aportes da pesquisa qualitativa, empregando-se como técnicas para coleta de dados a análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. O desenvolvimento da pesquisa se deu por etapas, não estanques, mas integradas. No primeiro momento foi realizado um levantamento dos estudos e pesquisas de mestrado e doutorado que abordam o mesmo tema ou temas correlatos. Em segundo momento a identificação dos cursos de Pedagogia da UNEB procurando estabelecer relações que caracterizam os diferentes projetos pedagógicos. No terceiro momento, foi realizada análise documental dos fluxogramas e Projetos Pedagógicos. Por fim, foi realizada entrevista semiestruturada com alguns coordenadores (as) dos cursos de Pedagogia. A partir dessas informações estabeleceram-se discussões acerca dos documentos e fundamentação teórica a respeito de cada aspecto destacado no sentido de compreender qual a função da Educação Ambiental na formação docente nos cursos de Pedagogia da UNEB. Verificou-se que a temática ambiental não aparece entre os conteúdos, objetivos e ementas da maioria das disciplinas. Os resultados revelam que existe discrepância entre a abundância de documentos oficiais (leis, diretrizes e resoluções) e a tímida presença da Educação Ambiental na estrutura curricular dos cursos de pedagogia de diferentes departamentos da UNEB. Espera-se que os resultados alcançados possam servir de base para intervenções que visam o aperfeiçoamento da formação inicial e continuada dos docentes na perspectiva da consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental prevista em lei.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Currículo; Formação de Professores.

## ABSTRACT

The present work aims to investigate how the theme Environmental Education is placed in the curriculum of Pedagogy courses, which are offered in the many UNEB campuses. The methodology used contributions from the qualitative research, using documental analysis, bibliographical research and semi-structured interview as data collection techniques. The research was carried out in stages, not tight, but integrated. At a first moment, a survey of the studies and researches of masters and doctorates that deal with the same or related themes was carried out. Secondly, the identification of UNEB Pedagogy courses aiming to establish relations that characterize the different pedagogical projects. In a third moment, a documental analysis of the flowcharts and Pedagogical Projects was carried out. Finally, a semi-structured interview of Pedagogy courses was conducted with some coordinators. Based on this information, discussions were held about the documents and theoretical basis regarding each highlighted aspect in the sense of understanding the role of Environmental Education in teacher training in UNEB Pedagogy courses. It was verified that the environmental theme does not appear among the contents, objectives and syllabus of most disciplines. The results show that there is a discrepancy between the abundance of official documents (laws, guidelines and resolutions) and the timid presence of Environmental Education in the curricular structure of the pedagogy courses of different UNEB departments. It is hoped that the results achieved may serve as basis for interventions that aim at improving initial and continuing teacher training in the perspective of the consolidation of the National Environmental Education Policy determined by law.

**Keywords:** Higher education; Curriculum; Teacher training.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCH – Departamento de Ciências Humanas

DEDC – Departamento de Educação

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DS – Desenvolvimento Sustentável

EA – Educação Ambiental

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GAMA – Grupo de Apoio ao Meio Ambiente

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LICEEI – Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena

LDB – Lei de Diretrizes e Base

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NEI – Núcleo de Estudos Integradores

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEA/BA – Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEA – Política Nacional da Educação Ambiental

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROGRAD – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

TEC – Tópicos Especiais em Educação e Contemporaneidade

TOPA – Programa Todos pela Alfabetização

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UATI – Universidade Aberta à Terceira Idade

UPT – Universidade para Todos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>17</b>
2.1 Contextualização.....	17
2.2 Conceito e Histórico.....	21
2.3 Perspectivas da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis....	23
2.4 Educação Ambiental no Ensino Superior no Brasil.....	25
<b>3 DIMENSÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>29</b>
3.1 Currículo e Educação Ambiental.....	29
3.2 Contribuições da Educação Ambiental para o Currículo das Licenciaturas.....	32
3.3 Educação Ambiental na Formação do (a) Pedagogo (a).....	35
3.4 Como Inserir a Temática nos Cursos de Formação de Professores (as)?...38	
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 Modalidade de Pesquisa.....	41
4.1.1 Abordagem Qualitativa.....	41
4.2 Campo de Observação.....	42
4.3 Delimitação da Pesquisa.....	45
4.3.1 Procedimentos de Coleta, Análise e Interpretação dos Dados.....	45
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>50</b>
5.1 Levantamento e Análise dos Fluxogramas dos Cursos de Pedagogia da UNEB.....	50
5.2 Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da UNEB em Relação à Temática Ambiental.....	52
5.3 Análise das Entrevistas Realizadas com as Coordenadoras dos Cursos de Pedagogia.....	73
5.3.1 Perfil das Coordenadoras Participantes da Pesquisa.....	74
5.3.2 Percepção das Coordenadoras dos Cursos de Pedagogia em relação à Temática Ambiental.....	74
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO: COORDENADORES.....</b>	<b>99</b>

<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS COORDENADORES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO A – COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO B – FLUXOGRAMAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNEB.....</b>	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dados observados em relação à degradação ambiental no mundo são bastante preocupantes. É possível perceber que nos últimos dez anos foram muitos impactos ambientais ocorrendo por todo o planeta, na maioria das vezes resultantes da ação antrópica sobre o meio ambiente. Essa realidade não é diferente quando se trata do contexto brasileiro que entre 2007 e 2013, conforme levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), analisado pelo Greenpeace (2014), foi degradado cerca de 16 milhões de hectares na Amazônia.

A Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta fundamental, pois, contribui na formação do indivíduo e colabora para promover a compreensão da relação de interdependência entre os aspectos econômicos, políticos, sociais, éticos e ecológicos que acontecem na sociedade. O estudo da temática ambiental pode possibilitar a aquisição de conhecimentos, valores e atitudes necessários para melhorar a qualidade ambiental, levando para a sociedade novas formas de conduta, tornando-a capaz de agir em busca de soluções para seus problemas, elevando assim a qualidade de vida, o que constitui um dos maiores desafios do século XXI (DIAS, 2004).

De modo que, estamos inseridos em uma sociedade extremamente consumista, em que o hábito de consumo faz parte intrinsecamente da vida do indivíduo. A obsessão por comprar torna o consumo exacerbado como fator essencial para alcançar a felicidade, e em certos casos essa dependência é considerada um problema de saúde. Estimulado desde a infância por meio de convívio e pelo poder midiático, o indivíduo cresce com a obsessão por consumir, criando o desejo de comprar a todo o momento, mesmo sem precisar, fazem compras de produtos supérfluos, descartando na maioria das vezes objetos que ainda era utilizável, ou até mesmo que teria conserto, mas o interesse de adquirir um produto novo é maior.

Nesse contexto, a criança cresce, sendo dominado pelo consumismo e sem ter a consciência que esse hábito é prejudicial para a sua vida e para a sociedade em geral porque para produção de novas mercadorias é necessário explorar novos recursos naturais. Por isso, as escolas e universidades devem fomentar o trabalho

para com os temas ambientais através de ações que estimulem a conscientização de práticas responsáveis com o meio em que vivem.

Além do problema do consumismo tem a problemática do crescimento populacional e a migração da população do campo para a cidade. O que tornou a zona urbana superpovoada e concomitante a isso surgiu os problemas de saneamento, doenças, enchentes, poluição, violência, dentre outros. Acarretando em mudanças indesejáveis como extinção de espécies da fauna e flora, destruição de habitats, desmatamento, escassez de água, perda do solo, alterações no clima, disseminação de doenças como leptospirose, zika, dengue e chikungunya, etc.

Degradação causada muitas das vezes por incêndios florestais que na maioria dos casos são ocasionados por interferência humana, e derrubada de vegetação para extração da madeira. Apesar desses dados alarmantes da degradação ambiental, nem todos tem preocupação quando se trata dessa temática, pois, acreditam que não é real, ou por acreditar que nunca serão afetados e também por crer que apenas as futuras gerações serão afetadas.

Apesar da preocupação de poucos relacionados à temática ambiental, é possível perceber algumas atividades, pesquisas e projetos desenvolvidos em diversos setores da sociedade, com a finalidade de educar e sensibilizar as comunidades para as questões ambientais, mobilizando para a mudança de atitudes e a apropriação de posturas favoráveis para alcance de um equilíbrio ambiental. É evidente então que houve conquistas em relação à Educação Ambiental, porém, é insuficiente para a rapidez em que se encontra a degradação ambiental. Deste modo, estudar as questões ambientais é colaborar para a formação de cidadãos (ãs) conscientes, responsáveis e críticos (as), e isso com certeza, é um grande desafio aos (às) docentes e toda a equipe educacional.

Assim sendo, é necessário que os (as) professores (as) de todos os cursos de Licenciatura tenham um conhecimento acerca do tema EA para que possam disseminar sua importância com seus (uas) educandos (as), levando-os (as) a construir uma relação mais sustentável com o ambiente em que vivem. Para isso, além da formação inicial de qualidade, é importante a promoção de espaços de formação continuada que lhes permitam a (re)construção de conhecimentos específicos e pedagógicos em torno do processo de ensino e aprendizagem.

Através de participações em projetos, estágios e eventos foi perceptivo o quanto a Educação Ambiental é importante, entretanto, muitos não dão a devida

importância que essa temática proporciona. Sobretudo, o tema da pesquisa foi escolhido após a participação no Projeto de Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso “Educação Ambiental no Ensino Formal: Atuação do (a) Professor (a) nas Escolas Municipais de Cruz das Almas- BA” (REIS; SOUZA; DIAS, 2016), sendo que a inquietação surgiu a partir da percepção de que o problema surge na formação dos (as) professores (as), onde a temática EA é pouco trabalhada, e muitas vezes não é discutida nos cursos de Licenciatura. Os (as) docentes praticam a Educação Ambiental em atividades esporádicas e superficiais, muitas vezes restritas às disciplinas de Geografia, Ciências e a própria disciplina intitulada Educação Ambiental e nos depoimentos, a visão naturalista, seguida pela visão do tema como disciplina e curso, foram predominantes. A visão contextualizada da Educação Ambiental esteve mais presente em professores (as) de Biologia e Geografia, já os (as) professores (as) das demais disciplinas disseram se sentir muito distantes dos temas ambientais. Percebeu-se também o pouco conhecimento, a fragmentação e a falta de discussão sobre a Educação Ambiental, e essa realidade observada pode estar relacionada à formação dos (as) docentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral, investigar a inserção do tema Educação Ambiental no currículo dos cursos de Pedagogia que são ofertados nos diversos *campi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) confrontando com o que vem sendo proposto com as recomendações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). E como objetivos específicos: i) identificar quantos cursos de Pedagogia presenciais são ofertados pela UNEB, identificando as diferentes propostas pedagógicas referentes a Educação Ambiental; ii) verificar de que maneira a temática ambiental está sendo inserida nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia oferecidos pela UNEB; iii) analisar nos projetos pedagógicos se os cursos de Pedagogia da UNEB estão cumprindo a Lei nº 9795/99 da PNEA em relação a dimensão ambiental nos currículos de formação de professores (as).

Embora ciente de que o estudo das questões ambientais deva estar presente em todas as licenciaturas, a escolha do curso de Pedagogia foi devido ao fato de ser o curso que forma professores (as) para atuarem na fase inicial da escolarização, sendo de suma importância, pois, forma o profissional responsável pelo processo educativo da criança, fase esta em que entende e adquire as concepções de sociedade, valores, ética, cidadania, etc. Além de ser essa fase em que o (a) pedagogo (a) atua que é a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental,

ser a etapa em que geralmente é apenas um (a) professor (a) para cada turma o que poderá potencializar a interdisciplinaridade em suas práticas pedagógicas.

Este trabalho está estruturado com uma *Introdução* que contém a contextualização, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa da pesquisa. No segundo capítulo intitulado *Educação Ambiental* traz para discussão o contexto que acarretaram nos problemas ambientais que surgiu desde a civilização, com o advento da tecnologia, tendo o seu ápice na revolução industrial e após isso só foi crescendo. Discute também a relação entre homem-natureza que é a principal causa da crise ambiental vivenciada. Em seguida, discute o conceito e o histórico da Educação Ambiental que mesmo sem o surgimento do termo já havia discussões, tendo vários conceitos acerca do tema, variando de acordo com as concepções de cada pesquisador. E para finalizar o capítulo, a discussão é que a Educação Ambiental surge como “ponto chave” para a solução de diversos problemas do capitalismo, sendo que para abordagem das questões ambientais, devem ser considerados os aspectos sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos, baseado na sustentabilidade socioambiental, fazendo da educação, fonte de motivação para a transformação social, um elemento de construção da cidadania.

O terceiro capítulo *Dimensão Ambiental Na Formação Docente*, discute a relação entre Currículo e Educação Ambiental, descrevendo os tipos de currículos (prescrito, real e oculto) e a abordagem da temática pelos (as) docentes no âmbito do currículo que pode ser realizada de diversas maneiras, sendo necessário levar em conta o indivíduo e o contexto em que o mesmo está inserido. Posteriormente, traz as contribuições do tema para as Licenciaturas que apesar de ser apresentado apenas de maneira pontual e em algumas disciplinas como biologia e geografia, é um tema transversal e que deve ser trabalhado interdisciplinarmente e para finalizar o capítulo é discutida a forma que deve ser realizada a inserção da temática nos cursos de formação de professores (as).

No quarto capítulo é apresentado os *Procedimentos Metodológicos*, que trata dos pressupostos e etapas da pesquisa, dando enfoque à caracterização da investigação de acordo com a metodologia científica utilizada para a abordagem do problema, quanto ao método de investigação e também no que diz respeito aos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados relacionados ao contexto da pesquisa.

No quinto capítulo intitulado *Resultados e discussão* apresenta as etapas que

foram realizadas na pesquisa, assim como, os dados obtidos e analisados da pesquisa, como por exemplo, levantamento dos cursos de Pedagogia da UNEB e análise dos fluxogramas.

Assim, espera-se que o resultado desse estudo se constitua uma importante base de informações para futuras pesquisas, partindo-se da premissa de que a prática dos (as) docentes relacionada ao tema Educação Ambiental tem influência significativa na construção da cidadania dos (as) discentes. Essa pesquisa é importante, pois, foi realizado um estudo dos processos educacionais envolvidos nessa problemática vivenciada na contemporaneidade, analisando assim os processos de formação dos (as) professores (as) através da análise dos cursos de Pedagogia da UNEB.

E a partir das discussões e reflexões desenvolvidas nesse curso de formação de professores (as), com os resultados dos dados, terá um retorno acerca da formação do (a) professor (as) sobre a temática ambiental na UNEB, oferecendo condições para que o (a) futuro (a) pedagogo (a) seja atuante permanentemente nesse processo de maneira crítica e reflexiva, assim como a realização do presente estudo, fornecerá dados que servirão como base para intervenções na educação superior como instrui os documentos oficiais que regem a Educação Ambiental.

## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo será apresentado um pouco sobre o contexto em que a Educação Ambiental está inserida, seu surgimento e conquistas. Assim como, discussão sobre o conceito e a importância da temática ambiental, reflexão sobre o seu papel para a construção de sociedades sustentáveis e a prática da mesma no contexto do Ensino Superior.

### 2.1 Contextualização

No passado, o Homem enfrentou vários obstáculos para obter o seu sustento e proteção. Com o advento da tecnologia, aperfeiçoou suas armas e instrumentos, enfrentou obstáculos e fenômenos da Natureza e assim proclamou a chegada de um homem civilizado e feliz. A civilização impôs assim, uma organização social e estilos de vida, sendo influenciados pelos modos devastadores de produção capitalista, gerando com isso várias formas de exploração, mal-estar moderno e violência dos dominadores sobre os dominados.

A Revolução Industrial tornou ainda mais grave o predomínio da produção trazendo prejuízo à conservação e a hegemonia humana sobre a natureza (SANTOS, 2002, p. 263). Sobretudo, algumas modificações podem ser observadas, como o processo de industrialização, progresso da tecnologia da informação e comunicação de massa, migração da população rural para os grandes centros urbanos, surgimento de movimentos sociais de massa e estruturação de Estados e Nações na procura de controlar a vida dos cidadãos, buscando a aquisição de domínio num mercado capitalista organizado mundialmente, favorecendo assim o movimento denominado de “modernização” (BERMAN, 2007, p. 16).

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. [...] Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como diz Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2007, p. 24).

A frase “tudo que é sólido desmancha no ar” presente no Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels (2001) explica bem o que é viver em um mundo moderno. Segundo Marx e Engels (2001, p.12), os vínculos familiares

afetivos e religiosos, que garantiam a dignidade humana, ou pelo menos davam à sociedade uma ideia de estabilidade, são rasurados, tudo isso vai interferir nas relações sociais antigas e cristalizadas, transformando-as, em relações prioritariamente monetárias.

De acordo com Schaff (1995, p. 15), há uma preocupação profunda com a natureza da sociedade emergente, dominada pela onda tecnológica, em que “todas as pessoas pensantes do mundo percebem que nos encontramos diante de uma mudança profunda, que não é apenas tecnológica, mas abrange todas as esferas da vida social”. Schaff (1995) discute que mudanças na formação econômica da sociedade têm ocasionado em modificações na formação social, bem como na formação política e cultural da sociedade.

Para Marx e Engels (2001, p. 75), o que gera os problemas sociais é a injusta apropriação e expropriação provocada por quem domina e explora o saber e os recursos em geral. A posse injusta do saber e dos recursos explica o que alguns autores chamam de “fracasso da modernidade” que não é causado pela ciência, razão e nem sequer da modernidade, estas que são balizadas em vários discursos como responsáveis por todas as crises vivenciadas. O modo de produção capitalista conduziu e conduz no agravamento da pobreza, da poluição ambiental, da corrupção e da guerra (SANTOS, 2002). Para Berman (2007, p. 25),

[...] a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; [...] enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.

Berman (2007) discute que para tentar identificar os timbres e ritmos que são características da modernidade do século XIX, deve ser observada primeiramente a paisagem extremamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna.

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano [...] um mercado mundial que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (BERMAN, 2007, p. 28).

O homem, na segunda metade do século XX percebeu um grave problema acarretado pelo modelo do sistema capitalista, este sendo consumista e destruidor de recursos. Entretanto, este homem que se diz ser “civilizado”, que se considera como o dominador da natureza, sempre pensando que os recursos eram inesgotáveis, adotando atitudes irresponsáveis, causou inúmeros problemas. Deste modo, recebeu como respostas, ameaças do esgotamento dos recursos naturais indispensáveis à vida, perda da biodiversidade, desastres ambientais, dentre outros, ou seja, a chamada crise ecológica ou questão ambiental, representando ampla ameaça aos seres vivos, pois, é capaz de promover uma série de degradação e destruição de todo o ecossistema.

Um elo central com a natureza e seus ciclos que foi sendo substituído pela imagem do relógio e atribuindo valor monetário ao tempo, trabalho e à produção. Uma ênfase em sistemas lineares que foi afastando o imaginário cíclico da natureza. Tudo isso foi sedimentado um novo tipo de ser humano, indivíduo único, separado do corpo coletivo e valorizando um jeito de ser urbano, voltado para o trabalho, em pequenos núcleos familiares, que já não produz alimentos para sua subsistência e faz crescer a necessidade de consumo (ROSA, 2014, p. 144).

Conforme Giddens (1991), o “estilo sombrio” foi previsto pela modernidade em diferentes escalas, defendidos por Marx, Durkheim e Weber. O autor expõe que nenhum dos três autores antecipou o quão extensivo seria o lado mais sombrio da modernidade, os autores não chegaram a prever que o desenvolvimento das forças de produção teria um potencial tão destrutivo. A destruição do meio ambiente material e o fenômeno da “industrialização da guerra”, ambos formam apenas uma parte do “lado sombrio” da modernidade.

Nos anos de 1920, por meio da investigação das origens da infelicidade humana, sobre o conflito que é notado entre instintos e cultura, e como é a imposição da sociedade em relação ao homem, Freud (1930) anunciou “O mal-estar na civilização” trazendo a conclusão de que mesmo com todo progresso técnico e científico, o propósito da vida da civilização moderna não é a felicidade, mas, sim, a renúncia desta. O autor discute que o sofrimento traz ameaça a partir de três direções que são: o de nosso próprio corpo, o do mundo externo e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens.

Diante dos problemas anunciados, como a destruição do Planeta ou desaparecimento de diversas espécies, existem esperanças de solucioná-los. Estas ameaças que se dirigem diretamente à vida humana trazem à discussão do tema

que aciona significativas categorias como ecologia, ecossistemas, ambientalismo, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, justiça ambiental, dentre outras. Ao contrário dos discursos que alegam a ciência, a razão, ou a “modernidade”, apontando-as como vilãs da crise ecológica e demais formas modernas de mal-estar (MARX; ENGELS, 2001, p. 75), nota-se que inúmeras pesquisas relacionam a crise ecológica como motivo da civilização ter sido desenvolvida de acordo com a concepção da “separação entre homem e natureza”, esta em que o homem fez e faz como objeto de exploração. Consequência, na maioria das vezes relacionadas quando se trata dos temas: “ciência”, “razão” ou “modernidade”, que são apresentados como o motivo de vários outros tipos de crises e males enfrentados na atualidade.

Para Grün (2002) existem quatro tendências que estão dentre as causas da crise ecológica que são: crescimento populacional exponencial; diminuição da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; e o sistema de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material. Diferentes abordagens apresentadas por diferentes autores, inclusive Grün, discute que a civilização é insustentável sendo conservados os atuais sistemas de valores; e os seres humanos são os causadores da crise ecológica.

Os problemas ambientais podem ser notados como um desequilíbrio causado pelo estilo de vida da sociedade moderna, decorrente do desenvolvimento econômico e do tipo de racionalidade envolvida, cartesiana, particularista (Amorim *et al.*, 2011). Por isso, deve-se ir em busca de outro estilo de vida, outra racionalidade e outra ética, procurando respeitar às diversidades biológica e cultural. Vive-se em um momento em que se deve refletir sobre a necessidade de desconstruir o paradigma antropocêntrico, tendo necessidade de estabelecer um novo paradigma, em que a vida humana seja entrelaçada com a vida das demais espécies.

Assim sendo, vem o papel da Educação, pela necessidade de formar um novo indivíduo, capaz de viver em harmonia com a natureza, capaz de situar o ser humano no mundo e na história, como integrante da natureza. Sendo impossível ensinar às crianças, jovens e adultos a cuidar da Terra em uma sociedade em que a natureza é entendida como mera fonte de exploração e benefício do homem.

## 2.2 Conceito e Histórico

O conceito de Educação Ambiental varia de acordo com a vivência de cada indivíduo, de cada pesquisador. Para muitos autores, quando se trata do tema Educação Ambiental, relaciona-se em trabalhar com o contexto relacionado à natureza como a reciclagem e reutilização do lixo, a preservação da natureza, ao cuidar de animais e plantas, etc., assumindo assim um caráter naturalista. Atualmente, a temática assume um novo contexto adaptado à realidade interdisciplinar, voltados a temas ambientais locais e globais (ALMEIDA et al., 2012).

Neste trabalho, o conceito utilizado de Educação Ambiental é o de Medina (1998 apud MEDINA, 2001, p. 17-18):

[...] processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. A Educação Ambiental visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), à perspectiva da mulher e à liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

A discussão sobre a Educação Ambiental já vem de muito tempo, mesmo sem o surgimento do termo, os problemas ambientais já demonstravam irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista (MEDINA, 1997). A preocupação com a degradação ambiental remete à antiguidade e foi a partir da década de 60, época marcada pelo crescimento do desenvolvimento industrial e tecnológico da sociedade. O termo *Educação Ambiental*, segundo Teixeira et al. (2014), foi adotado pela primeira vez em 1965 em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido.

Em 1968, na Itália, surgiu o “Clube de Roma”, formado por um grupo de cientistas preocupados em discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial. Nele foi anunciado como urgente, a necessidade de busca de meios para conservação dos recursos naturais e controle do crescimento populacional, para isso, o investimento em uma mudança radical no pensamento consumista e procriação tornaram-se imprescindíveis

(TOZONI-REIS, 2002).

A introdução formal da Educação Ambiental no Brasil, de acordo com Teixeira et al. (2014), foi a partir de 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), esta que vinculada ao Ministério do Interior, estabeleceu “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”.

Mediante o processo de degradação ambiental e a pressão de setores da sociedade, que de forma organizada reivindica providências por parte do Estado para o enfrentamento desse quadro, a temática ambiental começou a ser pensada como política pública no Brasil de forma mais intensa a partir da década de 1970. Nesse contexto, o ambientalismo configurou-se como movimento social, tensionando o Estado para o estabelecimento de políticas voltadas para a reflexão e resolução dos problemas ambientais (BATISTA; FILGUEIRA, 2015, p. 138).

Logo após, em 1981, foi instituída a Lei nº 6.938 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, que originou a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, tendo como objetivo “capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, s/p). No Brasil, a EA se consagrou em uma maior extensão na década de 80, com a aprovação da Constituição Federal em 1988, promoveu-se uma mudança, quando se atribui ao poder público (Art. 225, § 1º, Inc. VI) o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, s/p).

Há pouco mais de duas décadas, o Rio de Janeiro sediou o que ficou conhecido como a mais importante conferência sobre meio ambiente da história, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio/92) ou Cúpula da Terra que entre outros documentos, aprovou a “Agenda 21” que agrega propostas de ação para os países e os povos em geral, assim como estratégias para que essas ações sejam efetivamente cumpridas. Em complementação a Agenda 21, os países da América Latina e do Caribe apresentaram a “Nossa Agenda”, onde foram expostas prioridades para seus países. E os governos locais apresentaram a “Agenda Local” (BRASIL, 1998).

Ainda na Conferência Rio/92, ocorreu a reunião do Fórum Global com a participação de representantes não-governamentais (ONG, movimentos sociais, sindicatos, etc.) e um dos resultados alcançados foram os Tratados, divididos um para cada esfera de atuação, discutidos e firmados pelos representantes presentes,

de diferentes regiões do mundo. E dentre seus objetivos ou estratégias que foram mencionados, os mais importantes estavam a conscientização e a Educação Ambiental dirigidas desde os profissionais e políticos, até o cidadão comum, especialmente os jovens. Um dos tratados foi exclusivamente sobre Educação Ambiental: o “Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (PEREZ, 2002).

### 2.3 Perspectivas da Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis

Edgar Morin (2000) em “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro” apresenta a abordagem de como ensinar a identidade terrena, sendo este, segundo o autor, um dos saberes necessários à educação do futuro que colaborará para obtenção de educação de qualidade. Conforme Morin, a identidade terrena é o fenômeno da globalização vivenciado desde o século XVI com a colonização da América e a interligação de toda a humanidade, e existe uma grande preocupação em relação a isto, pois, desde a colonização da América, o processo de exploração dos recursos naturais tem intensificado de tal forma que a natureza vem enfrentando dificuldades de recompor o que é retirado, transformado e jogado de volta em seu meio.

A partir do contexto dos problemas ambientais observados, pode-se inferir que é necessário ensinar a humanidade que a mesma vive em uma comunidade em que um depende do outro, por isso, é imprescindível urgentemente à construção de uma identidade terrena que seja responsável pelo que é extraído ou transformado no meio ambiente. É preciso um processo de conscientização que existe uma interligação entre as pessoas e que as decisões e atitudes de um local podem atingir em toda a humanidade. Sabendo-se disso é indispensável uma educação para conscientizar que todas as partes do mundo são interligadas, procurando mostrar de que forma essa realidade dos problemas ambientais pode ser diferente.

Morin (2000) aborda em “A ética do gênero humano” que cabe ao ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética, a autonomia pessoal e a participação social. Logo, sabendo-se da ligação entre a antropoética e os três elementos que são: o indivíduo, a sociedade e a espécie, é necessário construir uma antropoética para assim “religar” esses três elementos, já que partilha-se de um destino comum. Para Morin (2000, p. 106), antropoética compreende dessa forma na “esperança na

completude da humanidade, como consciência e cidadania planetária”. O que se propõe na prática como contribuição é que os sete saberes podem redefinir os currículos educacionais para que integrem os saberes e propiciem a formação de um novo tipo de educando (a), o que possivelmente constituirá em novos rumos na construção do conhecimento.

Sabendo-se que a crise ambiental é a resposta à dominação da natureza às ameaças do esgotamento dos recursos naturais, explorados pelos dominadores de maneira irracional, a saída dessa pode ser alcançada através de transformações sociais capazes de mudar os hábitos de consumo e desperdício, e a perspectiva está em remodelar a educação de forma a promover atitudes e comportamentos harmônicos adotando costumes de sustentabilidade. Giddens (1991) destaca o papel dos movimentos sociais como modalidades de engajamento radical com grande importância na vida social moderna por fornecerem pautas para potenciais transformações futuras. O autor apresenta que os movimentos sociais proporcionam idealização de futuros possíveis, sendo meios para sua condução, sua realização. Contudo destaca que é essencial reconhecer que eles não são necessariamente a única base de mudanças que podem conduzir a um mundo mais seguro e mais humano.

Dowbor (2006) e Gohn (2012) trazem que os cidadãos podem sair da posição de espectadores críticos, do pessimismo passivo, os devolvendo a compreensão de que pode ter sim o destino em suas mãos, conquanto que haja um esforço social local que facilite o processo. Os movimentos sociais e a educação devem visar a construção de uma sociedade sensibilizada a romper as relações de dominação que envolvem as relações humanas e as relações entre a sociedade e a natureza, desenvolvendo o potencial humano de convivência social. Para Dowbor (2006) e Gohn (2012) faz-se necessário buscar melhorar as condições de vida no seu entorno, exercendo dessa forma, a cidadania de forma mais concreta. Sendo que o (a) cidadão (ã) faça parte como atuante de acordo com os interesses da comunidade, se identificando como membro da comunidade, a enfrentar problemas em comum e da maneira conjunta.

Preocupações com os níveis de degradação socioambiental referem-se, em geral, aos impactos como o efeito estufa, comprometimento da camada de ozônio, desequilíbrio biogeoquímico do planeta, etc. e aos problemas decorrentes da exclusão e da pobreza estrutural que atinge 2/3 da população mundial como a

violência, escassez de recursos, doenças infectocontagiosas, fome, etc. (GIDDENS, 1991). E a Educação Ambiental surge como “ponto chave” para a solução de diversos problemas que o modo capitalista de produção implica. Ao tratar das questões ambientais, têm que ser considerados os aspectos sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos, baseado na sustentabilidade socioambiental, fazendo da educação, fonte de motivação para a transformação social, um elemento de construção da cidadania. Uma nova compreensão do mundo, baseada em valores éticos, democráticos e humanistas, incluindo o respeito às diversidades, adotando uma natureza eminentemente prática (SOUZA, 2004; DOWBOR, 2006; SANTOS, 2002).

Em nenhum período conhecido da história humana ela precisou tanto de mudança de paradigma, de uma Educação renovadora, libertadora. Mais do que produzir painéis solares mais baratos, reciclar e dotar os carros de células de combustível, em vez de petróleo, precisamos de um processo mais completo, que promova o desenvolvimento de uma compreensão mais realista do mundo. No século XX, o ser humano involuiu, ética e espiritualmente. O papel da Educação Ambiental, nesse contexto, torna-se mais urgente. Precisamos oferecer mais formação. A educação ainda ‘treina’ a(o) estudante para ignorar as consequências ecológicas dos seus atos (DIAS, 2004, p. 16).

Nesse contexto, e refletindo sobre a relação direta entre a pobreza, a violência e as catástrofes ambientais, Souza (2004, p. 23) afirma que “[...] não existe questão ecológica que não seja uma questão humana, assim como não existe uma questão humana, uma questão social, que não seja uma questão ecológica.” E ter racionalidade ética é apresentar: responsabilidade, participação, justiça, o fundamental encontro com o outro e o agir e pensar a partir deste encontro. Por isso, é indispensável pensar sobre o fazer da educação como contribuição para o desenvolvimento local, levando em consideração que a ética e a ecologia possuem relações da cooperação entre as pessoas e a natureza.

#### 2.4 Educação Ambiental no Ensino Superior no Brasil

A prática da Educação Ambiental no contexto da Educação Superior ainda não é muito explorada. Para que a temática seja incorporada ao ambiente acadêmico são necessárias medidas institucionais, novos espaços aos quais estimulem relações dialógicas e que favoreçam a interdisciplinaridade. Deste modo, deve-se pensar na academia em que a compartimentalização do conhecimento seja

abolida e que também haja articulação entre a universidade e a comunidade. De acordo com Dornfeld (2015, p. 3) é notório que nas universidades:

Encontram-se iniciativas valorosas de forma isolada (uma disciplina aqui, um centro de estudos e pesquisas ali, um projeto de extensão acolá ou até mesmo um programa institucional de sustentabilidade ou de educação ambiental), mas, como vagalumes, acendem e apagam e têm vida curta ou, quando mais longevas são andorinhas solitárias e não propiciam um verão menos turbulento, seja em função da amplitude das mudanças climáticas ou mudanças socioambientais globais, seja por serem políticas marginais dentro das instituições.

Embora essencial, não se pode esperar que somente atitudes nos espaços das universidades e por parte dos (as) professores (as) resolvam todo o problema ambiental. Entretanto, não adianta as instituições de ensino propagar a Educação Ambiental em seu ambiente de ensino se, em outros ambientes não seja respeitado. Conforme é colocado por Layrargues (1993, p. 1):

[...] o conhecimento de um problema ambiental é condição necessária, mas não suficiente para a mudança de valores que leve ao surgimento de atitudes positivas, desencadeando a criação de uma consciência ecológica.

Mesmo a lei garantindo esse direito, determinando que o tema seja trabalhado nas instituições de ensino, e de ser um compromisso previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, muitas vezes a Educação Ambiental não se encontra nos currículos de Ensino Superior. De tal modo que várias instituições ainda não encontraram o caminho para trabalhar essa temática em sala de aula. Nessa perspectiva, Nunes (2005, p. 4-5) aponta a necessidade de:

[...] despertar o interesse dos estudantes universitários pela temática ambiental a partir da sua realidade, empregando conceitos e teorias ao seu universo cognitivo, numa tentativa de formação de adultos ambientalmente responsáveis, [...] devendo a educação ambiental tomar formas de Andragogia, segundo a qual a experiência dos alunos deve ser levada em consideração tanto quanto o conhecimento do professor, em que a aprendizagem se dá a partir de troca de saberes entre educador e educando.

Sabendo-se que a universidade acumula as funções de ensino, pesquisa e extensão, acredita-se que a mesma tem capacidade para praticar a Educação Ambiental de maneira dinâmica e que seja mais próxima da realidade dos envolvidos. Ainda que muitas das iniciativas existentes nas universidades pareçam superficiais, ao menos garantem uma iniciativa de uma discussão ambiental, onde antes não havia espaço, a não ser quando se tratava de cursos da área ambiental.

Sendo considerado um importante tema, de acordo com Mutim (2007, p. 115):

A Educação Ambiental como articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais é parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e à gestão de sociedades sustentáveis, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir objetivamente a meta da participação dos indivíduos e das comunidades locais/territoriais na tomada de decisão a respeito do patrimônio socioambiental.

Voltando-se para os cursos de formação de professores (as) – as licenciaturas – o estudo da temática ambiental é essencial e deve preparar este (a) profissional para trabalhar de forma eficiente com esse tão importante tema transversal. Todavia, a presença da dimensão ambiental ainda é realizada de forma incipiente nos cursos de licenciatura e uma das razões pode ser a falta de conhecimento a respeito da legislação que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Pode-se compreender que a EA quando trabalhada nos cursos de graduação, em especial nos currículos das licenciaturas, colabora para reflexões acerca do mercado de consumo, sobre o caráter utilitarista da sociedade, pois, avalia-se que é indispensável que a universidade possibilite aos indivíduos e à coletividade que encontrem novas alternativas de transformação social (THOMAZ, 2006, p.50).

Pesquisas apontam que a PNEA é pouco conhecida e atendida pelos (as) professores (as) (VERDI; PEREIRA, 2006, p. 376). Embora, exista uma legislação que assegure a inserção das questões ambientais no currículo de formação inicial de professores (as), ou seja, nas propostas de ensino, pesquisa e extensão, a incorporação da EA no Ensino Superior é um processo demorado e depende da capacitação dos profissionais envolvidos.

Nota-se através de estudos que existem algumas barreiras para que a EA seja incorporada efetivamente nas licenciaturas. Rosalem e Barolli (2010) investigaram a presença da EA no currículo do curso de Pedagogia da Unicamp e perceberam que a falta de fundamentação epistemológica, capaz de legitimar esse conhecimento, pode ser um dos principais obstáculos. Ainda de acordo com as autoras, alguns (mas) docentes entrevistados (as) afirmaram que não encontram espaço em suas disciplinas para problematização dessa temática, dando como fatores para isso:

[...] o curto intervalo de tempo em que se desenvolvem as disciplinas em contraposição a todas as exigências de conteúdos obrigatórios para a formação do Pedagogo, e a falta de domínio sobre os

conhecimentos que integram a EA. (ROSALEM; BAROLLI, 2010, p. 30).

A falta de capacitação dos profissionais para trabalhar com as questões ambientais, também é apontada por Verdi e Pereira (2006) e por Thomaz e Camargo (2007) como uma das dificuldades para a incorporação da temática nas universidades.

Outras barreiras apontadas para não inserção da temática ambiental nas universidades, segundo a pesquisa “Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas” são:

[...] a departamentalização da universidade, juntamente com a burocratização, fragmentação, hierarquização, hiperespecialização e desarticulação dos conhecimentos; a conseqüente “territorialização” da epistemologia ambiental; e a dificuldade para a formação de equipes interdisciplinares, devido não só ao desinteresse e ao despreparo da maioria dos docentes, mas também à inexistência de oportunidades objetivas para o diálogo, tais como espaços para a prática da inter/transdisciplinaridade e disponibilidade de carga horária para os docentes se envolverem em atividades cooperativas. (BAHIA, 2007, p. 22).

Embora diversas universidades em todo o mundo tenham realizado esforços para promover ações na área ambiental, existem inúmeras dificuldades que precisam ser enfrentadas de modo a favorecer que a Educação Ambiental seja, de fato, um componente presente na formação de todos os profissionais.

### 3 DIMENSÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

Neste capítulo será apresentada uma breve discussão sobre o currículo, devido a sua importância na organização dos conteúdos, para a organização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da escola, na pesquisa como eixo norteador e na construção de vários conhecimentos nas diferentes áreas e processos formativos.

#### 3.1 Currículo e Educação Ambiental

São diversos os conceitos atribuídos à palavra Currículo, esta que deriva da palavra latina *curriculum*, tendo a mesma origem de *cursus* e *currere*, de acordo com Sacristán (2013), não possui um único sentido. Os conceitos relacionados ao termo currículo são polissêmicos, relacionados na maioria das vezes à ambiguidade e diversidade. Conforme Pacheco (1996, p. 15-16), currículo significa “caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir e encerra, por isso, duas ideias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos”.

De acordo com Jesus (2008, s/p), um currículo não surge do nada e sim de uma necessidade social e principalmente econômica e cultural. Para o autor, o currículo é inseparável da cultura, ambas as teorias educacionais (crítica e tradicional) veem no currículo uma maneira institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade. Sabendo-se disso:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996, p. 23).

Moreira e Silva (1997, p. 28) discutem que “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”, sendo assim, o currículo necessita levar em consideração a realidade dos (as) discentes. O currículo é o componente central do projeto pedagógico, este que assegura o processo de ensino e aprendizagem (JESUS, 2008, p. 2640). Assim sendo, currículo é a “ligação entre cultura e a sociedade exterior à escola e à

educação; entre conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria e a prática possível, dadas determinadas condições” (SACRISTÁN, 1999, p. 61). É ele quem provoca mudança, quem provoca no indivíduo atitudes reflexivas sobre si e sobre a realidade em que vive, de maneira a emancipar o indivíduo, desafiando o (a) educando (a) a enfrentar as situações-problemas vividas.

Compete ao currículo fazer reflexões acerca das necessidades e exigências da vida social, assim como reunir-se na produção do saber e no desenvolvimento da consciência crítica e valorizar a cultura popular, a experiência e os conhecimentos prévios dos (as) discentes e o saber do senso comum como base para a construção social do conhecimento (COSTA; PERREIRA; BARROS, 2013). Nascimento (2007, p.16), no artigo “Currículo e práticas pedagógicas na educação infantil”, defende que:

[...] o currículo não pode ser vivido como uma listagem de objetivos e conteúdos a serem atingidos. O currículo é algo vivo e dinâmico. Ele está relacionado a todas as ações que envolvem a criança no seu dia-a-dia dentro das instituições de ensino, não só quando nós professores consideramos que as crianças estão aprendendo. O currículo deve prever espaço de interações entre as crianças sem a mediação direta do professor, e espaços de aprendizagem na interação com os adultos, nos quais as crianças sejam as protagonistas. [...] Assim, para a elaboração desses documentos devemos ter em mente a realidade sociocultural e os desejos das crianças e de suas famílias.

O currículo é classificado de três modos: o prescrito ou formal, o real e o oculto. O currículo prescrito ou formal se caracteriza como aquele que é recomendado pelo sistema de educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Lei de Diretrizes e Base (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), Projetos Pedagógicos dos cursos, ou seja, aqueles que cumprem as finalidades das legislações. Segundo Libâneo (2015, p. 142), currículo formal:

Refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino ou instituição educacional. É o currículo legal expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. O currículo formal ou oficial é aquele conjunto de diretrizes normativas prescritas institucionalmente, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais divulgados pelo Ministério da Educação, as propostas curriculares dos Estados e Municípios.

O currículo prescrito é aquele que está presente em todo sistema educativo “como consequência das regulações inexoráveis às quais está submetido, levando em conta sua significação social, existe algum tipo de prescrição ou orientação do

que deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória” (SACRISTÁN, 2000, p. 104).

O currículo real, como o próprio nome diz, é aquele que realmente acontece na sala de aula. Ele é caracterizado pelo planejamento feito pelo (a) professor (a) e que é colocado em prática, e que pode ocorrer modificações. Ou seja, o currículo real é o currículo prescrito colocado em prática.

É o currículo que, de fato, acontece na sala de aula em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É a execução de um plano, é a efetivação do que foi planejado, mesmo que nesse caminho do planejar e do executar aconteçam mudanças, intervenção da própria experiência dos professores, decorrentes do [dos] seus valores, crenças, significados. É o currículo que sai da prática dos professores, da percepção e do uso que os professores fazem do currículo formal, assim como o que fica na percepção dos alunos (LIBÂNEO, 2015, p. 142).

Já aqueles aspectos que não fazem parte do currículo prescrito, nem real, mas contribuem para as aprendizagens sociais relevantes, como fatores morais, políticos e éticos, são caracterizados como currículo oculto.

Essa denominação refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciados na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas na escola e na sala de aula. O currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem pela convivência espontânea em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. O currículo está “oculto” porque ele não é prescrito, não aparece no planejamento, embora se constitua como importante fator de aprendizagem (LIBÂNEO, 2015, p. 143).

Desta maneira, o (a) docente pode abordar a temática ambiental no âmbito do currículo de diversas formas. Deixando claro que para a construção do currículo voltado para a Educação Ambiental, é necessário levar em conta o indivíduo e o contexto em que o mesmo está inserido, ou seja, a realidade a qual pertence diferentemente daquele contexto em que o conhecimento é desconectado e fragmentado da realidade. Pois, “esse cenário aponta para uma importante reconexão – somos simultaneamente seres da cultura e natureza, fato muitas vezes esquecido no contexto da educação das crianças” (ROSA, 2014, p. 143). Nesse contexto, Sato (2002, p. 25) afirma que:

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem

reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados.

Vale ressaltar que apesar de saber que o Currículo possui caráter polissêmico, sempre representado pelo currículo prescrito, real e oculto, nesta pesquisa foi considerado apenas os documentos – que é o currículo prescrito, normativo – dos cursos de Pedagogia da UNEB, por questões de ordem temporal do mestrado.

### 3.2 Contribuições da Educação Ambiental para o currículo das Licenciaturas

Estudos realizados sobre a Educação Ambiental confirmam a necessidade de divulgação e capacitação para a inserção desta temática nas disciplinas pelo corpo docente de maneira como instrui os documentos oficiais, quando indica que "[...] a temática ambiental está presente tanto no trabalho dos professores como no material didático, mas não é trabalhada interdisciplinarmente como determina a legislação de educação ambiental" (OLIVEIRA, 2009, s/p). Existem estudos que revelam as causas da dificuldade de inserir a Educação Ambiental no sistema de ensino. A temática ambiental é percebida muitas vezes pelo (a) docente de maneira esporádica, fragmentada e por meio de iniciativa de alguns (mas) professores (as) como o (a) de Ciências, Biologia e Geografia, justamente por falta de conhecimento de referenciais teóricos e capacitação, carência que vem já desde a graduação. Conforme Medina (2001, p. 18):

[...] a essas dificuldades acrescentam-se as formas muitas vezes simplistas com que tem sido concebida e aplicada a Educação Ambiental, reduzindo-a a processos de sensibilização ou percepção ambiental, geralmente orientados pela inserção de conteúdos da área biológica, ou a atividades pontuais no Dia do Meio Ambiente, do Índio, da Árvore, ou visitas a parques ou reservas. Não queremos negar a importância dessas atividades, apenas assinalar que elas são necessárias, mas não suficientes, para desenvolver conhecimentos e valores, tais como eles são postulados nos PCN de Meio Ambiente e de Ética.

Sabendo-se que o processo educativo pode colaborar muito para a superação do presente quadro de degradação ambiental, é necessário que a escola encontre-se preparada para trabalhar a temática ambiental, e para isso é necessário ter

professores (as) capacitados (as) para essa prática. O espaço escolar ainda é um importante lugar para trabalhar a relação homem-ambiente-sociedade, sendo um espaço adequado para formação do (a) cidadão (ã) novo (a), crítico (a) e criativo (a), com uma visão de mundo que supere a ideia do antropocentrismo (MELLER, 1997). Seguindo esse direcionamento, a escola desempenha um dos papéis mais importantes, pois cabe à mesma informar, pesquisar e formar futuros (as) gestores (as) da sociedade humana (ARAUJO; SOARES, 2010).

A Educação Ambiental, conforme a lei nº 9.795 da Política Nacional da Educação Ambiental, de 27 de abril de 1999, “é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não-formal”. Essa Lei que em 2017 está completando dezoito (18) anos de instauração apresenta que a EA possui caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo e que a temática pode contribuir muito para renovação do processo educativo, trazendo a inserção dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos (as) discentes em ações concretas de transformação da realidade.

Ainda segundo a PNEA (BRASIL, 1999, s/p) no seu artigo 10, “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”, e especifica que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. A Educação Ambiental é apresentada na PNEA como *processo*, sendo assim, deve perpassar por toda a vida, iniciando na educação infantil, prosseguindo sem interrupção, aprimorando-se a novos significados sociais e científicos. E para que realmente a EA alcance estes objetivos, precisa atingir variados métodos, dentre eles, o preparo dos (as) educadores (as). Nesse sentido, não deve constituir-se como disciplina específica do currículo.

No que se refere aos cursos de formação de professores (as) – os cursos de Licenciaturas – segundo o artigo 11 da PNEA, “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL, 1999, s/p). A integração de todo o corpo docente ao trabalhar a temática ambiental ainda é mal entendida e pouco utilizada em projetos e no cotidiano escolar, e isto está relacionado ao fato de que a maioria dos (as) docentes não estar capacitada para trabalhar com esses temas e de trabalharem em equipe (TELLES, et al., 2002). Em consequência de uma formação inicial ou continuada

que não capacita adequadamente os profissionais da educação para o trabalho com as questões ambientais, o despreparo dos (as) docentes é apontado por autores como Guimarães (2004) e Reis et. al (2014) como uma das dificuldades existentes para a inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar. Conforme os autores, em pesquisas realizadas sobre a inserção da Educação Ambiental em algumas licenciaturas, foram verificados que a formação inicial não contempla o trabalho com a temática da EA ou o faz de forma incipiente.

A Lei 12.056/11 da Política Estadual de Educação Ambiental (BRASIL, 2011, s/p) apresenta que a inserção do tema no estado da Bahia deve ser “em todos os níveis e modalidades de ensino deverão ser incorporados conteúdos que tratem da ética socioambiental nas atividades a serem desenvolvidas” e ainda que a Educação Ambiental “precisa ser inserida de forma transversal nos currículos em todos os níveis e modalidades de ensino”. No documento que trata do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia – PEA/BA (2013, s/p) discute que a Educação Ambiental no Ensino Formal deve “estimular a adequação dos currículos de cursos do ensino superior, técnico e profissionalizante a fim de incentivar a atuação dos futuros profissionais enquanto agentes de mudanças socioambientais”.

A Resolução do Conselho Estadual de Educação n.11 de 2017 (BAHIA, 2017), dispõe sobre a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, nesse documento discute no artigo 6 que a inserção desse tema no currículo tanto da Educação Básica como da Superior deve ser realizada por meio de abordagem integrada e interdisciplinar. No parágrafo único apresenta que “A Educação Ambiental requer a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento e articulação entre diferentes componentes curriculares e em atividades extraclases”. Deixando claro também que a responsabilidade da formação inicial dos professores para a Educação Ambiental é das instituições de Ensino Superior que deverá abranger nos currículos as dimensões políticas e pedagógicas da EA, já a formação continuada dos professores para essa temática fica com a responsabilidade das Secretarias de Educação e de instituições de ensino.

Outra forma de legitimar a Educação Ambiental é no PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) de Meio Ambiente que é inserido sendo um dos temas transversais. Nele, traz que a EA deve ser trabalhada enfatizando-se os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Logo, como tema transversal e interdisciplinar, a EA deve estar presente em todas as disciplinas, perpassando seus

conteúdos, como é desejado pelos pesquisadores. As vantagens de ser abordada assim é a possibilidade de uma visão mais integradora e melhorada na compreensão das questões socioambientais. Apesar das orientações, a prática de Educação Ambiental no ensino formal, em muitos casos, ainda ocorre de maneira pontual, descontínua, esporádica, vinculada, principalmente, à disciplina de Ciências (LOUREIRO, 2009).

Uma das causas apontadas pela carência da inserção da temática ambiental nos espaços educacionais é a falta de políticas públicas que sejam mais ativas para a inserção da temática ambiental no currículo escolar. Assim como fiscalização e pesquisas que levem à compreensão dos elementos necessários para atingir a superação da carência observada nessa temática. Além disso, como afirma Charlot (2005), tornou-se cada vez mais urgente a construção de um arquivo coletivo de pesquisa em educação e a definição de uma ou várias frentes da pesquisa, para que a mesma progrida, para que se organize, ganhe visibilidade, para que se definam, pouco a pouco, “pontos de partida” e pontos de apoio.

### 3.3 Educação Ambiental na Formação do (a) Pedagogo (a)

A temática Ambiental pode ser inserida de diversas maneiras no Ensino Superior, e isso vai depender do público que pretende ser atingido, das demandas e objetivos a serem alcançados pelo pesquisador (PEDRINI, CAVASSAN, CARVALHO, 2014, p. 175). A Lei 9.795 da Política Nacional de Educação Ambiental (1999) institui que a Educação Ambiental seja praticada de maneira integrada, contínua e permanente, de forma transversal e interdisciplinar, sendo estas recomendações aplicadas a todos os níveis de escolaridade no ensino formal. Entretanto, nos cursos de pós-graduação, extensões e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, podem ser facultadas a criação da disciplina específica, quando necessário.

A depender dos objetivos que almejem atingir, há inúmeras opções a serem selecionadas, deixando na maioria das vezes, os (as) docentes em dúvida de qual método a ser escolhido para que as metas sejam atingidas. De acordo com Pedrini, Cavassan e Carvalho (2014, p. 177), “na Educação Ambiental como disciplina, a interdisciplinaridade é de difícil aplicação, não havendo disponíveis paradigmas seguros que a embasem”, já para Sorrentino *et al.* (2005), apenas uma disciplina ou

saber não suprirá toda a complexidade da questão ambiental e faz o questionamento de como promover a cooperação e o diálogo entre disciplinas e saberes nesta sociedade que é competitiva, individualista e excludente.

Leff (2004) defende a abordagem do tema numa dimensão que possa permear e promover a interação com todas as áreas de conhecimento e atividades formativas, com o objetivo de superar a visão compartimentalizada do conhecimento. Conforme Leff (2001, p. 220), “a questão ambiental é uma problemática social que transcende a incumbência das universidades, a reciclagem de profissionais e a refuncionalização da educação superior”, para o autor, o saber ambiental questiona todas as disciplinas e todos os níveis do sistema educacional, a formação ambiental discute os métodos tradicionais de ensino, inserindo novos desafios à transposição do saber.

A Educação Ambiental exige, no entanto, atitudes novas dos (as) docentes e discentes, novas relações sociais para produzir o saber ambiental, e a universidade exerce um importante papel no processo de transformações do conhecimento e mudanças sociais. Por isso, para Leff (2001, p. 221):

As universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem problemas ambientais, captando os problemas ambientais, captando os problemas a partir das bases e desenvolvendo a elas o saber elaborado para sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. [...] A formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar função crítica, prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz e inventar utopias capazes de levar os processos de mudança histórica a ideias de igualdade, justiça e democracia [...]

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental estabelecem no artigo 19 que:

Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar (BRASIL, 2012, s/p).

Tozoni-Reis e Campos (2014) defendem a formação inicial dos (as) professores (as) da educação básica que possibilite a formação de um (a) professor (a) culto (a), intelectual crítico (a) e transformador (a). E para que os desafios educativos em relação ao saber ambiental sejam vencidos faz-se necessário a formação continuada dos (as) educadores (as), pois, “sem que haja uma compreensão das questões ambientais [...] buscando a construção de valores e atitudes, as ações tendem a se tornar descaracterizadas como alternativas para a renovação da prática pedagógica” (TORALES, 2013, p. 9), desta forma, a formação de educadores (as) deve ser considerada prioritária.

Para Santos (2012, p. 750), a formação dos (as) professores (as) é “uma das mais importantes estratégias para a melhoria da educação brasileira e o desenvolvimento da educação ambiental [...] de modo a favorecer a consecução da sustentabilidade ambiental”. De acordo com essa autora, a formação continuada de professores (as):

[...] articulada a outras iniciativas que possibilitem a implementação das ideias e aprendizagens é fundamental para melhoria educacional. Isso demonstra o reconhecimento que a prática pedagógica envolvendo educação ambiental não se faz isoladamente, mas em conjunto com as outras pessoas que constituem o coletivo da escola (SANTOS, 2012, p. 759).

Para Guimarães (2004, p. 30), a Educação Ambiental possibilita um método educacional em que “nesse exercício, estejamos, educadores e educandos, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos”.

A partir da análise e reflexões dos artigos e documentos oficiais sobre a Educação Ambiental é possível demonstrar que é indispensável à formação continuada dos profissionais na área da educação, incluindo docentes, gestores (as), equipe pedagógica e funcionários (as) para assim potencializar as práticas pedagógicas relacionadas à sustentabilidade. Assim como o envolvimento dos demais membros da comunidade escolar nesse processo, como os (as) discentes e comunidade local para que a prática da Educação Ambiental se consolide no ambiente escolar e que as decisões a serem tomadas sejam democráticas e compartilhadas.

### 3.4 Como inserir a temática nos cursos de formação de professores (as)?

Antes de tratar da influência da temática ambiental na formação do (a) pedagogo (a), primeiramente será exposto neste tópico o histórico, atuação e a importância da formação do (a) Pedagogo (a).

A história da formação do (a) Pedagogo (a) no Brasil começa no início do século XX, quando a profissão começa a se apresentar de maneira mais consistente. Com a publicação em 4 de abril de 1939 do Decreto-lei nº 1.190, este que regulamentou a profissão pela primeira vez no país, a Pedagogia passou a fazer parte oficialmente das profissões que tinham seu exercício legalizado. A partir da preocupação dos (as) educadores (as) em ter docentes preparados para atuar na escola secundária, houve a elaboração desse decreto (SILVA, 1999).

Atualmente, o profissional da pedagogia é um ser intelectual que exerce um papel importante de transformador na sociedade, o pedagogo é preparado para ser um mediador do conhecimento, algo muito próximo ao que era em sua concepção inicial. Mais do que isso: a profissão hoje pode ser entendida como uma das mais fundamentais, visto que seu campo de atuação supera as salas das escolas de educação básica.

Os (As) discentes dos cursos de Pedagogia têm várias opções de atuação profissional, cabe aos mesmos escolherem o percurso que almejem seguir no decorrer ou após finalizar o curso, conforme desejem atuar. A formação do profissional com formação em Pedagogia se dá em conformidade com a resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006, p. 5) apresenta que o profissional está habilitado a exercer a profissão de diversos modos: i) docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; ii) docência nos cursos de ensino médio, modalidade normal; iii) docência na educação profissional em cursos das áreas de serviços e apoio escolar, além daqueles que demandem a especificidade do conhecimento do profissional da Pedagogia; iv) atuação na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); v) atuação em pesquisa.

Essa consistência na formação pedagógica do futuro pedagogo precisa estar alicerçada nas **seguintes dimensões**: na Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais os conhecimentos pedagógicos sejam previstos, a exemplo de gestão escolar e educacional, entendida numa perspectiva democrática, integrando as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; além de atuar na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. (BAHIA, 2007, p. 32).

As Diretrizes Curriculares Nacionais definem os pilares e os contornos da formação do licenciado em pedagogia estabelecendo que deva propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. Com o propósito de observar, analisar, executar e avaliar a ação docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2006, p. 6).

Através de estudos pode-se perceber que a prática de maneira pouco efetiva da temática ambiental nos cursos de graduação ocasiona na formação de profissionais despreparados para trabalhar adequadamente essa temática quando vão para sala de aula. De acordo com Loureiro e Cossío (2007), as políticas públicas devem estimular os debates e a reestruturação das licenciaturas referente à inserção da temática ambiental de forma mais concreta em seus currículos.

Nesse sentido, são necessárias algumas medidas como a “reorganização das licenciaturas, incluindo a pedagogia, como forma de assegurar a presença ou mesmo a obrigatoriedade da educação ambiental nos cursos de formação inicial dos professores” (LOUREIRO; COSSÍO, 2007, p. 62). Dessa forma, pode-se compreender que a Educação Ambiental não pode estar dissociada da

formação do (a) professor (a) pedagogo (a), que por sua vez, serão formadores de cidadãos (ãs) multiplicadores (as) da consciência planetária.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia destaca também que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (BRASIL, 2006, p. 2). Nesse sentido, nos documentos que instituí os cursos de Pedagogia apresenta à importância da inserção da temática ambiental ainda durante a formação inicial.

A Educação Ambiental no âmbito da formação inicial de professores (as) tem exigido uma ampla reflexão sobre os cursos universitários e uma profunda análise do processo de inserção da dimensão ambiental nas práticas pedagógicas dos (as) futuros (as) professores (as). A respeito disso, Manzano (2003, p. 10) diz que:

(...) os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental têm apresentado uma formação, em geral, deficiente em conteúdos específicos. Apesar da dedicação desses profissionais, carecem de estudos sobre a presença de atividades, projetos e ações sobre o tema meio ambiente em suas práticas, bem como sobre a origem das informações utilizadas por esses professores em sua atividade docente.

As aulas são espaços ideais para realização desse processo, pois é onde se desencadeiam experiências e vivências formadoras de consciências mais vigorosas porque são alimentadas no saber (PENTEADO, 2000, p. 16) e para que a escola desenvolva práticas em EA algumas medidas devem ser tomadas. Dentre essas medidas, é necessário que os cursos de formação de professores (as) formem profissionais capacitados ambientalmente e que professores (as) de todas as disciplinas e equipe pedagógica assumam a responsabilidade de trabalhar essa temática que é tão importante no trabalho cotidiano das instituições de educação.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreverá os procedimentos metodológicos que norteiam esse estudo, dando enfoque à caracterização da pesquisa de acordo com a metodologia científica utilizada para a abordagem do problema, quanto ao método de investigação e também no que diz respeito aos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados relacionados ao contexto da pesquisa.

### 4.1 Modalidade de Pesquisa

#### 4.1.1 Abordagem Qualitativa

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, apresentando como característica o “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p.14). Para Chizzotti (2003, p. 221), o termo *qualitativo*:

[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Sendo assim, as pesquisas classificadas como qualitativas descrevem a complexidade do problema que está sendo investigado. Conforme Minayo (2001, p. 14) o estudo qualitativo trabalha com o conjunto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo assim, ao espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. É através desse tipo de estudo que o pesquisador realiza uma compreensão aprofundada de certos fenômenos sociais, visto que proporciona enfoque aos fenômenos complexos e/ou únicos. Para Silveira e Córdova (2009, p. 32):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Portanto, a pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados sendo voltado para a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Esse tipo de estudo pode ser caracterizado segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32), como:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

No estudo qualitativo, para obter sucesso, o pesquisador vai a campo em busca do fenômeno em estudo a partir da perspectiva de cada um dos envolvidos, considerando todos os pontos de vista relevantes. Sendo coletados diversos tipos de dados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 20).

#### 4.2 Campo de Observação

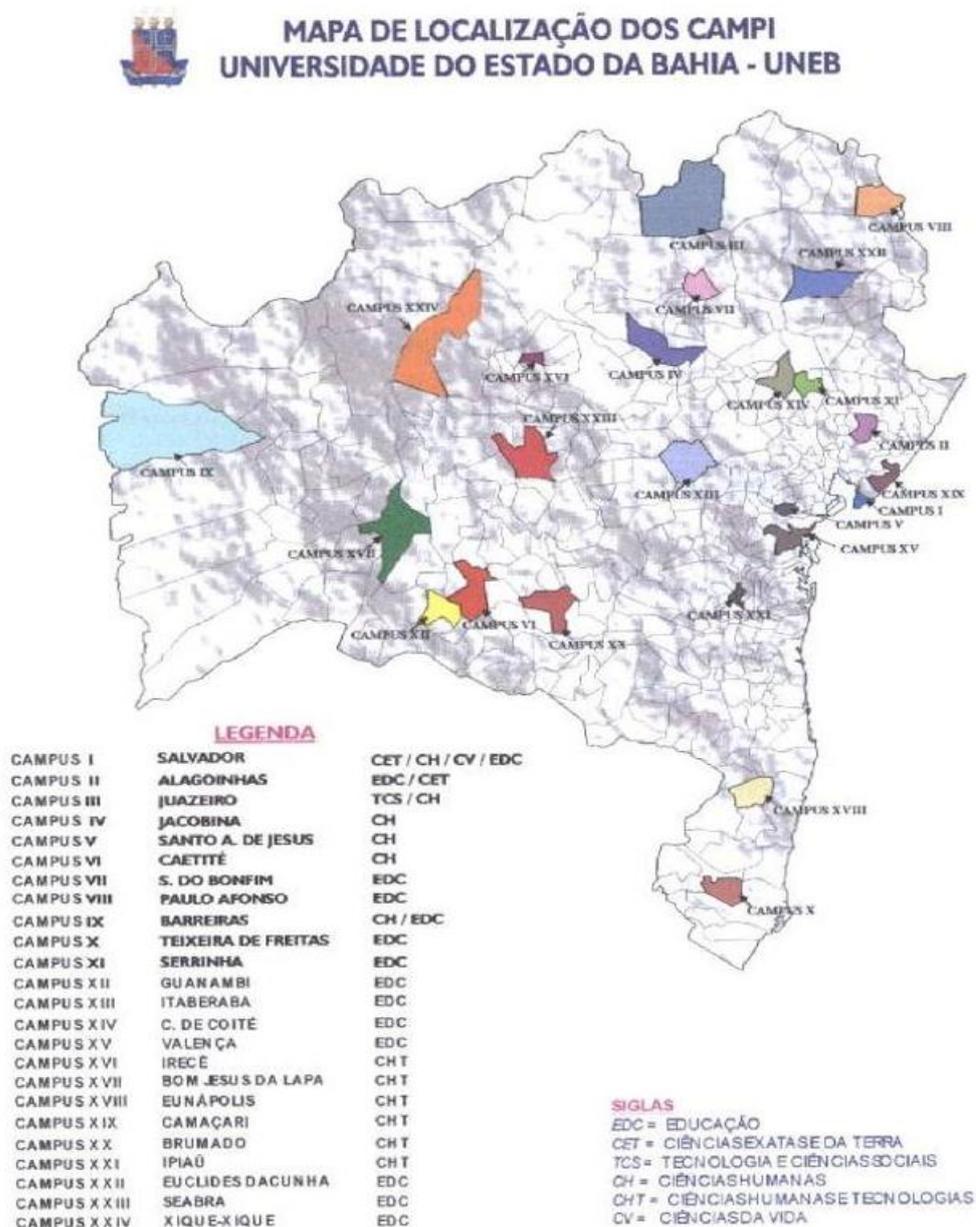
A pesquisa foi desenvolvida nos cursos de Pedagogia, oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia, esta que é a maior instituição pública de ensino superior do estado da Bahia.

A UNEB que é mantida pelo Governo do Estado, está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi. Esta universidade foi criada em 1º de junho de 1983, pela Lei n.º 66 e reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997, é uma instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na capital do estado, Salvador, e jurisdição em todo o Território baiano (BAHIA, 2012).

A UNEB possui 24 *campi*, constituída de 29 Departamentos, nas seguintes cidades: sede em Salvador (capital do estado) – *campus* I, Alagoinhas – *campus* II, Juazeiro – *campus* III, Jacobina – *campus* IV, Santo Antônio de Jesus – *campus* V,

Caetité – *campus* VI, Senhor do Bonfim – *campus* VII, Paulo Afonso – *campus* VIII, Barreiras – *campus* IX, Teixeira de Freitas – *campus* X, Serrinha – *campus* XI, Guanambi – *campus* XII, Itaberaba – *campus* XIII, Conceição do Coité – *campus* XIV, Valença – *campus* XV, Irecê – *campus* XVI, Bom Jesus da Lapa – *campus* XVII, Eunápolis – *campus* XVIII, Camaçari – *campus* XIX, Brumado – *campus* XX, Ipiaú – *campus* XXI, Euclides da Cunha – *campus* XXII, Seabra – *campus* XXIII, Xique-Xique – *campus* XXIV. Na imagem abaixo (Figura 1) está representado o estado da Bahia com a localização e departamentos dos diversos *campi* da UNEB.

Figura 1 – Mapa de localização dos *campi* da UNEB



São oferecidas na UNEB atualmente 338 opções curriculares ativas entre cursos presenciais, Educação a Distância (EaD), graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e programas especiais, segundo informações apresentadas pela Equipe de Acompanhamento do Censo Inep/UNEB (BAHIA, 2013). De acordo com o Censo Docente da UNEB (2013), a instituição dispõe de 37.268 estudantes matriculados e 2.198 professores (as) concursados (as), quase metade, atuantes em cursos de graduação presencial regular, sendo que a maioria possui mestrado e um terço possui doutorado. A UNEB está presente também em cerca de 417 municípios do estado, através de programas e ações de extensão a partir de convênio com organizações públicas e privadas, beneficiando assim milhões de cidadãos (ãs) baianos (as), a maioria fazendo parte de segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos como por exemplo:

[...] os programas de alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social, como o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Universidade para Todos (UPT); de educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas, como a Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); de formação e qualificação de professores da educação básica da rede pública, como o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e as Especializações em Gestão da Educação e Metodologia do Ensino (SUPROF); e os projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, LGBT, da terceira idade, como a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI). (BAHIA, 2016, p. 7).

A UNEB é uma instituição que trabalha com o tripé ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo importantes pesquisas nas regiões em que atua, inclusive, alguns desses projetos já conquistaram premiações e o reconhecimento nacional e internacional o que é importante para toda a sociedade.

De acordo com a Comissão de Reformulação do Currículo dos Cursos de Pedagogia (2007), os mesmos a utilizaram como base as Diretrizes Curriculares para a formação do profissional de educação, este que tem o objetivo de formar aquele “docente que irá atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos processos gestores da escola e da coordenação e supervisão do trabalho pedagógico” (BAHIA, 2007, p. 5).

Os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNEB surgiram no contexto de preocupações em que a educação estava sendo notada como

“criadora de códigos culturais da modernidade além de necessária para fortalecer o desenvolvimento humano, e ser responsável pela formação da cidadania, pela preparação e inovação do sistema produtivo” (BAHIA, 2007, p. 5). Deste modo, com o surgimento desses cursos, surgiram novos caminhos e novas possibilidades para “repensar as intenções pedagógicas e sociais, no sentido de dar respostas concretas às expectativas da educação e da escola” para com isso balizar “novas perspectivas pedagógicas e para a melhoria da formação dos profissionais de educação” (BAHIA, 2007, p. 5). Baseado nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Curso de Pedagogia, a Comissão de Reformulação (2007, p. 5) partiram da orientação inicial de que o novo currículo deveria:

[...] considerar não só a formação teórico-científica e técnico-científica, mas também a dimensão cultural e praxiológica do novo licenciado em Pedagogia, considerando, inclusive, os princípios defendidos pela ANFOPE [Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação], nos vários espaços de discussão sobre a formação do profissional da educação e sua importância no contexto nacional das reflexões em torno do professor-pedagogo.

Vale ressaltar que neste trabalho foram analisados apenas os cursos presenciais de Pedagogia da UNEB. Sendo considerados os fluxogramas destes e os Projetos Pedagógicos dos cursos que foram aprovados e apresentados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação através do site (<http://www.uneb.br/prograd/projetos-dos-cursos-de-graduacao/>).

### 4.3 Delimitação da Pesquisa

#### 4.3.1 Procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados

Inicialmente o projeto foi submetido no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia para ser avaliado, no intuito de atender a resolução. Portanto a coleta de dados só foi iniciada após recebimento de parecer favorável do CEP gerando o CAAE: 56201916.0.0000.0057 (Anexo A).

Tendo em vista a finalidade dessa pesquisa, inicialmente foi realizada uma ampla busca nas diversas publicações de dissertações e teses da área de pesquisa em Educação Ambiental na Educação Superior, em diversas instituições de ensino, para contribuir dessa forma, com a organização e o mapeamento de informações

sobre o campo do saber, proporcionando uma visão mais ampla dos estudos que foram desenvolvidos em um determinado período.

Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; a contribuição dos professores/ pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

A partir do levantamento desses trabalhos foram identificados como pertencentes ao grupo de interesse alguns trabalhos que, de alguma forma, contemplam a perspectiva de analisar a Educação Ambiental na Educação Superior.

Posteriormente foi realizado um levantamento dos cursos de Pedagogia, oferecidos pela UNEB, através de leitura e análise da matriz curricular das disciplinas obrigatórias e das disciplinas optativas que compõem a matriz curricular do curso, com o intuito de verificar se esses programas contemplam ou não temas referentes à Educação Ambiental e de que forma é inserido. Para ter conhecimento sobre a estrutura dos cursos de Pedagogia da UNEB, incluindo informações sobre duração, período, carga horária, objetivos, princípios e inserção da temática ambiental, foi realizada análise documental dos Projetos Pedagógicos e documentos disponíveis no site da universidade.

Para que fosse possível descrever os cursos de Pedagogia, examinando a temática ambiental em profundidade de forma mais detalhada possível foram utilizados como procedimentos para coletas de dados a análise documental. De acordo com Gil (2010, p. 29-31), “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas [...] se recomenda que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização”. É denominada pesquisa documental aquele tipo de análise de materiais de natureza diversa, pode ser que ainda não tenha recebido um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares (GODOY, 1995, p. 21).

Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância. [...] Além disso, os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico,

econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação (GODOY, 1995, p. 22).

É notório que a pesquisa documental é muito comparada com a bibliográfica, pela semelhança que existe entre ambas. A diferença entre a pesquisa documental e a bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 45-46):

Está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

Na pesquisa documental é importante destacar três aspectos para o investigador: a escolha dos documentos, o acesso a estes documentos e a sua análise. Sendo que a escolha desses documentos não pode tomar por um processo aleatório, mas sim a partir de determinados propósitos e hipóteses. O pesquisador deve selecionar estes documentos escolhidos e partir para análise dos dados (GODOY, 1995, p. 23).

A análise de conteúdo foi o procedimento escolhido para o tratamento dos dados, de acordo com os ensinamentos de Bardin (1977, p. 38) que envolve três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase da organização, etapa que geralmente apresenta três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. A fase de exploração do material, considerada longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, etapa do cumprimento das decisões tomadas anteriormente, como realização de leitura dos documentos selecionados, efetuar procedimentos de classificação e categorização. Na última fase que é a de tratamento dos resultados, o pesquisador utilizando técnicas quantitativas e/ou qualitativas irá procurar tornar tais resultados significativos e válidos (BARDIN, 1977, p. 95-102).

Foi utilizada também como técnica a pesquisa bibliográfica que para Gil (2002, p.44), é desenvolvida baseada em materiais já elaborados, que são na

maioria das vezes livros e artigos científicos “[...] Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”, para assim assimilar melhor o tema. Esse tipo de pesquisa é caracterizado pela pesquisa e manuseio de material já elaborado e publicado. Na pesquisa bibliográfica faz o levantamento de todo o referencial relacionado à temática de estudo como: periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações, boletins, entre outros (RAUPP; BEUREN, 2004). Essa modalidade de pesquisa:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Dessa maneira, todos os estudos exigem uma pesquisa bibliográfica, mas há alguns que trabalham especificamente com esse tipo de pesquisa que faz uso das contribuições de diferentes autores sobre determinado assunto.

Para uma maior compreensão da realidade estudada, optou-se como instrumento de coletas, a aplicação de uma entrevista semiestruturada, com dois(uas) coordenadores (as) dos cursos, para obtenção de algumas informações que não aparecem explicitamente nos seus documentos, a respeito da inserção da temática ambiental nos cursos. A intenção era realizar as entrevistas com representantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), pois, este é o responsável pela formulação e alterações do Projeto Pedagógico de Curso, porém, no momento da realização da pesquisa esse núcleo ainda não havia sido formado, por isso, não foi possível desenvolver a entrevista com esses representantes, optando-se dessa forma para os coordenadores de cursos. Sendo que os (as) coordenadores (as) foram escolhidos (as) de acordo com a localização geográfica dos *campi* em relação ao *campus* que foi realizada a pesquisa (Salvador – *Campus I*), escolhidos também por apresentar fluxogramas diferentes.

Conforme Gil (1999, p. 120), na entrevista semiestruturada “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se

desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Para Triviños, a entrevista semiestruturada:

[...] É um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados”. [...] Podemos entender por *entrevista semiestruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (1987, p. 145-146).

A coleta de dados foi realizada mediante assinatura do Termo de Consentimento (Apêndice A) e aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B), instrumento de pesquisa construído pelos autores, o qual buscou verificar a inserção da temática Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia.

A partir dessas informações e fundamentação teórica foram realizadas análise e discussão acerca desses cursos de formação de professores (as) a respeito de cada aspecto destacado fazendo relação destes com as fontes bibliográficas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo encontram-se a análise e discussão das ações realizadas na pesquisa. Primeiramente será abordado o resultado e análise do levantamento obtido acerca dos fluxogramas dos cursos de Pedagogia da UNEB. Logo após, será apresentada a análise e discussão realizadas a partir dos Projetos Pedagógicos desses cursos de formação de professores em relação à temática ambiental. Por fim, será apresentada a análise das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com as coordenadoras dos cursos de Pedagogia.

### 5.1 Levantamento e Análise dos Fluxogramas dos cursos de Pedagogia da UNEB

Por meio da realização de pesquisa para levantamento dos cursos de Pedagogia da UNEB, percebeu-se que a instituição oferece 13 cursos que são distribuídos em 12 departamentos, abrangendo um total de 13 municípios. Sendo estes situados nos seguintes municípios: Salvador, Lauro de Freitas, estes dois pertencentes ao Departamento de Educação (DEDC) do *campus* I, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Valença, Irecê e Bom Jesus da Lapa (Figura 2).

Figura 2 – Mapa da localização dos cursos de Pedagogia da UNEB



Realizou-se também levantamento dos fluxogramas de cada curso (Anexo B), no que se refere a temática ambiental e notou-se que existem três (3) tipos diferentes: Fluxograma I – Salvador e Lauro de Freitas; Fluxograma II – Juazeiro; e Fluxograma III – Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, sendo que este último tipo de fluxograma possui formas diferentes de representação, entretanto, a partir de análises notou-se que são iguais, apresentando as mesmas disciplinas e carga horária, distribuídas nos mesmos semestres.

A partir da análise documental em relação à inserção da temática ambiental observou-se que no Fluxograma I (Salvador e Lauro de Freitas) não tem nenhuma disciplina obrigatória relacionada; no Fluxograma II (Juazeiro) existe a disciplina obrigatória ofertada no quarto semestre, intitulada “Educação e Gestão Sócio Ambiental” com carga horária de 60 h; já no Fluxograma III (Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa) observou-se a disciplina obrigatória intitulada “Educação Ambiental” com carga horária de 60h no quinto semestre (Tabela 1).

Tabela 1 – Levantamento da temática ambiental nos cursos de Pedagogia da UNEB

<b>TEMÁTICA AMBIENTAL NOS FLUXOGRAMAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNEB</b>		
<b>Fluxograma I – não tem disciplina obrigatória relacionada à temática</b>	<b>Fluxograma II – possui a disciplina obrigatória “Educação e Gestão Sócio Ambiental”</b>	<b>Fluxograma III – possui a disciplina obrigatória “Educação Ambiental”</b>
Salvador	Juazeiro	Senhor do Bonfim
Lauro de Freitas		Paulo Afonso
		Barreiras
		Teixeira de Freitas
		Serrinha
		Guanambi
		Itaberaba
		Valença
		Irecê
		Bom Jesus da Lapa

A partir dessas informações pode-se inferir que ao contrário do que institui a PNEA (BRASIL, 1999) no Artigo 11 que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”, nos cursos representados pelo Fluxograma II e III trazem a temática como disciplinas obrigatórias nomeadas como “Educação e Gestão Sócio Ambiental” e “Educação Ambiental”, respectivamente. No entanto, será que existe articulação dessa disciplina com as outras, acerca do tema Educação Ambiental? E as outras disciplinas discutem essa temática em suas aulas?

Já nos cursos representados pelo Fluxograma I a dimensão ambiental não aparece como disciplina obrigatória, mas será que a temática é discutida nas outras disciplinas? E de que maneira é a sua inserção? Isso será discutido posteriormente na análise das entrevistas realizadas com as coordenadoras.

De acordo com González-Gaudiano (2005, p. 130):

No campo da educação superior, a incorporação da dimensão ambiental implica uma tarefa ainda pendente, apesar de o debate se prolongar há mais de três décadas. As possibilidades de incorporação dependem de um conjunto de fatores próprios da construção do campo do interdisciplinar, dos pontos de vista teórico e metodológico; no entanto, também intervêm diversos elementos de natureza institucional que resistem a assumir uma noção que modifica substancialmente o equilíbrio de forças no interior dos cursos e altera qualitativamente seus objetos de estudo.

Portanto, apesar de ser iminente a necessidade de inserir a temática ambiental nas universidades de maneira interdisciplinar e transversal, em especial na formação inicial e continuada dos (as) professores (as), ainda é um desafio a ser enfrentado na educação brasileira.

## 5.2 Análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UNEB em relação à temática ambiental

Para melhor compreensão foram realizadas buscas e análises dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UNEB e notou-se que são disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) através do site (<http://www.uneb.br/prograd/projetos-dos-cursos-de-graduacao/>), os documentos dos seguintes cursos: Salvador, Lauro de Freitas, Juazeiro, Barreiras, Teixeira de Freitas, Guanambi e Itaberaba. Vale ressaltar que os Projetos Pedagógicos não foram anexados devido à quantidade de páginas, sendo que podem ser facilmente

acessados pelo site da PROGRAD disponibilizado anteriormente. Sendo que foram levadas em consideração as discussões que aparecem nos Projetos Pedagógicos relacionados à Educação Ambiental.

A análise dos Projetos Pedagógicos foi realizada, pois, facilita na compreensão sobre a forma com que a temática ambiental está sendo inserida na formação dos profissionais da Pedagogia. Este documento segundo Veiga é de suma importância, pois:

[...] ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (1998, p. 13-14).

Assim sendo, a análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia foi imprescindível para melhor compreender a maneira com que vem sendo realizada a prática nesses cursos, deste modo foi possível observar que essa é uma ferramenta de grande importância para os mesmos.

Os Projetos analisados nesse estudo apresentam o histórico do curso, informações sobre a reformulação curricular, princípios, missão e objetivos do curso, o perfil do licenciado em Pedagogia, organização curricular, integração ensino, pesquisa e extensão, processo de avaliação, ementário do curso, corpo docente, dentre outras informações referentes ao curso de Pedagogia de cada *campus*. Ou seja, a partir dos Projetos Pedagógicos foi possível obter informações referentes à forma com que é realizada a prática de formação dos pedagogos na UNEB, gerando assim a melhoria na qualidade do ensino nessa instituição, com base na temática Educação Ambiental.

#### **- Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Lauro de Freitas**

Ao analisar o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia de Lauro de Freitas notou-se que a temática aparece inicialmente quando trata da *Função da Universidade* no seguinte trecho:

[...] Assim a PROEX tem desenvolvido estudos sobre o analfabetismo, fome, saúde, produção de alimentos e preservação do ambiente, demonstrando a coerência da Universidade com a estrutura teórica dos conhecimentos institucionalizados e a prática

efetiva voltada para a sociedade. Este vínculo com a sociedade tem, ano a ano, crescido de forma expressiva. O eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrangeu áreas de necessidades diversificadas, com destaque para as ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, **meio ambiente**, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. (BAHIA, 2010, p. 26, grifo nosso)

No documento explana que as atividades de extensão que foram citadas para o curso de Pedagogia incentivam discussões e reflexões para complementar a formação do profissional, assim como, fortalece a participação da comunidade acadêmica, procurando assim atender as demandas da sociedade em que está inserida.

No tópico *Projetos de Pesquisa e de Extensão Desenvolvidos no Departamento* verificou-se apenas um projeto voltado para área ambiental intitulado “Educação Ambiental na Educação” tendo como objetivo “colaborar na concretização da produção intelectual do programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade da UNEB - 2009 – 2010”. (BAHIA, 2010, p. 85)

Em *Perfil dos Egressos* o trecho que apresenta a inserção da discussão é quando fala que o perfil desejado para o educador, egresso do Curso de Pedagogia em que este deve estar apto a:

[...] - criar uma consciência a respeito da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, tão importantes nos dias atuais. (BAHIA, 2010, p. 160)

Ou seja, faz menção para que o profissional formado em Pedagogia tenha conhecimentos fundamentais a respeito desses temas que serão norteadores da organização e teorização no que diz respeito às diferentes práticas educacionais e profissionais na área de Pedagogia como o respeito com a natureza ambiental-ecológica e isso é fundamental para formação do profissional e do cidadão.

A partir das leituras e análises do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia de Lauro de Freitas foi possível perceber que a temática ambiental é esporadicamente explorada. Desta forma, fala sobre sua importância de maneira pontual e superficial, não abrangendo esse tema que é tão importante.

No que diz respeito às Ementas do Projeto Pedagógico percebeu-se que a temática está inserida em algumas disciplinas que são:

- Referenciais Teórico Metodológicos das Ciências Naturais no Ensino Fundamental:

SÚMULA DOS CONTEÚDOS:

[...] 3 – Blocos, eixos temáticos e temas transversais;

4 – Ambientes naturais e construídos e as transformações naturais e resultantes da ação do homem em diferentes ambientes;  
 [...] 12 – Problemas relacionados ao lixo e ao processo de degradação, coleta e tratamento de lixo e higiene pública nas comunidades;  
 13 – Produção de tecnologias, poluição, estilos de vida e história da Humanidade. (BAHIA, 2010, p. 233)

Inseridos nos *Seminários Temáticos de Educação III* estão:

- Filosofia para Crianças (NEI):

É apresentado em *Súmula dos Conteúdos*, no item 7: “Educações para os valores éticos (civildade, **preservação ambiental**), estéticos (diversidade do belo) e religiosos (ecumenismo).” (BAHIA, 2010, p. 297, grifo nosso).

- Gestão nas Organizações Não Formais (NEI):

O significativo aumento da atuação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos voltadas para ações setoriais: sua natureza e implicações nos modelos de assistência social, saúde, educação, **meio ambiente**, arte e cultura, cidadania, segurança alimentar. (BAHIA, 2010, p. 307, grifo nosso)

A partir da análise das ementas foi possível observar que a maioria dos componentes curriculares não traz na ementa a prática da temática ambiental, ou seja, não faz parte do cotidiano dessas disciplinas. No que pode ser observado acima, essa importante temática está presente apenas em três disciplinas, sendo que duas delas fazem parte das disciplinas do *Núcleo de Estudos Integradores – NEI*, sendo essas áreas integrantes dos Seminários Temáticos de Educação (Dois Seminários Optativos de 30 horas cada). É notório também que dentre as disciplinas que a temática é discutida, uma é na área de Ciências Naturais, outra que trata da Filosofia e a outra de Gestão, de forma isolada. No entanto, sabe-se que é indispensável que a Educação Ambiental seja discutida de maneira interdisciplinar.

- **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Salvador**

A partir da análise do Projeto Pedagógico de Pedagogia *campus* Salvador pode-se perceber que a primeira discussão da temática ambiental foi no tópico que apresenta o *Perfil do Licenciado em Pedagogia*, ao qual apresenta que esse profissional deve:

- criar uma consciência a respeito da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, tão importantes nos dias atuais. (BAHIA, 2007, p. 33)

Relacionado com o tema, o tópico *Núcleos de Formação* apresenta, de acordo com os Núcleos de Estudos, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia e cita o que são previstos como estudos e atividades, e dentre eles estão:

- completo estudo dos códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física e os temas transversais de ensino. (BAHIA, 2007, p. 39)

Ainda nesse tópico são apresentadas as áreas de estudos que fazem parte do *Núcleo de Estudos Integradores – NEI*, sendo essas áreas integrantes dos Seminários Temáticos de Educação I (Dois Seminários Optativos de 30 horas cada), que são:

- História Social da Infância,
- Educação e Cuidado em Creche: Fundamentos da Práxis Pedagógica,
- Artes Visuais na Contemporaneidade,
- Pensamento Pedagógico Brasileiro,
- Política Educacional,
- Educação e Movimentos Sociais,
- Antropologia e Mídia,
- Educação e Sexualidade,
- Distúrbios da Aprendizagem,
- Educação e Meio Ambiente (BAHIA, 2007, p. 45).

Portanto, ao analisar essa forma de inserção pode-se compreender que inserir a temática como NEI não é a melhor opção, pois, dentre as várias opções de áreas de estudos, o (a) estudante escolherá apenas duas. E se dentre a escolha não for “Educação e Meio Ambiente”? O (A) estudante obterá formação com esse déficit. Vale salientar também que o Projeto Pedagógico contempla a importância dos estudos de LIBRAS, da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e também das Escolas Indígenas. Mencionando as Leis que instituem todas essas temáticas, mas não faz referência sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

Nas Ementas analisadas no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Salvador perceberam-se as seguintes disciplinas que inserem a temática ambiental em seu currículo:

- Educação e Meio Ambiente (NEI): Este componente curricular é apresentado no Ementário do curso como NEI, ou seja, podendo ser escolhido como Seminário Temático.

**EMENTA:**

Educação e meio ambiente. Fundamentos de Ecologia. Indivíduos, população e comunidade. Sistema biológico e ecossistema. Fatores ambientais e genéticos que afetam a biodiversidade. Novos paradigmas da Educação Ambiental. Educação e Problemas Ambientais no Brasil. Ecologia e Cidadania.

**SÚMULA DOS CONTEÚDOS:**

- 1 – Educação, escola e meio ambiente;
- 2 – Fundamentos de Ecologia;
- 3 - Importância dos indivíduos e da sociedade na preservação do meio ambiente;
- 4 - Fatores ambientais e genéticos e a biodiversidade;
- 5 – Novos paradigmas da educação ambiental;
- 6 – Educação, escola e problemas ambientais;
- 7 – Ecologia e cidadania. (BAHIA, 2007, p. 126)

- Referenciais Teórico Metodológicos das Ciências Naturais no Ensino Fundamental:

**SÚMULA DOS CONTEÚDOS:**

- [...] 3 – Blocos, eixos temáticos e temas transversais;
- 4 – Ambientes naturais e construídos e as transformações naturais e resultantes da ação do homem em diferentes ambientes;
- [...] 12 – Problemas relacionados ao lixo e ao processo de degradação, coleta e tratamento de lixo e higiene pública nas comunidades;
- 13 – Produção de tecnologias, poluição, estilos de vida e história da Humanidade. (BAHIA, 2007, p. 159-160)

- Filosofia para Crianças (NEI):

Na *Súmula dos Conteúdos* apresenta que: “[...] 7 - Educação para os valores éticos (civildade, preservação ambiental), estéticos (diversidade do belo) e religiosos (ecumenismo)”. (BAHIA, 2007, p. 233)

- Gestão nas Organizações Não Formais (NEI):

**SÚMULA DOS CONTEÚDOS:**

- [...] 3- O significativo aumento da atuação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos voltadas para ações setoriais: sua natureza e implicações nos modelos de assistência social, saúde, educação, meio ambiente, arte e cultura, cidadania, segurança alimentar. (BAHIA, 2007, p. 243)

Após análise das ementas faz-se o seguinte questionamento: por que não inserir a discussão da temática ambiental, por exemplo, nas disciplinas Educação e Tecnologia da Comunicação e da Informação discutindo o consumismo, por exemplo? E por que não discutir em outras disciplinas relacionando com os seus conteúdos?

Nota-se que poucas disciplinas inserem a temática ambiental no currículo, no entanto, é necessário destacar que sua discussão é extremamente importante, pois,

quando não se trabalha com a temática durante a formação do (a) professor (a), supõe-se que a mesma não tem tanta importância para ser trabalhada durante a atuação do profissional nas escolas. E se a Educação Ambiental aparece apenas em alguns componentes curriculares específicos, deixa de ser interdisciplinar e transversal e passa a ser disciplinar, na qual apenas algumas disciplinas dão importância a esse tema.

### - Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Juazeiro

Inicialmente a temática ambiental aparece no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia de Juazeiro no tópico *Missão da Universidade* no trecho:

Este vínculo com a sociedade tem, ano a ano, crescido de forma expressiva. O eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrangeu áreas de necessidades diversificadas, com destaque para as ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, **meio ambiente**, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. Tais atividades extensionistas fomentam discussões e reflexões que complementam a formação profissional e fortalecem a participação da comunidade acadêmica, buscando atender as necessidades e expectativas da sociedade em que está inserida. (BAHIA, 2011, p. 27, grifo nosso)

No subtópico *Identificação* [do Departamento] apresenta que:

O DCH atua também junto a outras Instituições, no desenvolvimento de metodologias para a alfabetização de adultos e de crianças, na pesquisa de sistemas educacionais formais, não-formais e informais, na capacitação de pequenos produtores rurais, para o uso adequado e manejo de novas tecnologias, atendendo a demanda das comunidades urbana e rural, na capacitação de gestores ambientais e de comunicadores populares, na formação dos trabalhadores da área de enfermagem e na formação de jovens e adultos. Nesse sentido, tem se integrado a outras Instituições parceiras na execução de programas tais como: [...] □ Programa de Capacitação de Gestores Ambientais – Ministério do Meio Ambiente/Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia. (BAHIA, 2011, p. 63)

No subtópico *Relevância Social do Curso* apresenta que:

O curso de Pedagogia do DCH tem proporcionado uma formação comprometida com as demandas da sociedade contemporânea, sem com isso render-se às exigências do mercado de trabalho, investindo principalmente numa formação crítica do educador, de maneira que este se porte como agente propositivo e comprometido com as inovações necessárias às transformações sociais e às exigências de uma educação de qualidade pautada nas necessidades do contexto social, cultural, ambiental e econômico, onde a escola existe e que precisa e deve fazer sentido na vida das pessoas. (BAHIA, 2011, p.

133)

Portanto, inicialmente a temática ambiental aparece no projeto pedagógico de Juazeiro com a discussão de que o vínculo com a sociedade tem aumentado de forma expressiva a cada ano através do trabalho com alguns eixos temáticos como, por exemplo, meio ambiente. Além disso, o DCH vem atuando juntamente com outras instituições fazendo capacitação de pequenos produtores rurais, através de parceiras na execução de programas tais como o Programa de Capacitação de Gestores Ambientais em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma proporciona uma formação do educador crítico comprometida com as demandas da sociedade contemporânea.

No documento do *Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno - Resolução Cne/Cp Nº 1, De 15 De Maio De 2006* (BAHIA, 2011, p. 149-151):

Art. 2º

[...] § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I – o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II – a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

[...] X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

[...] XIV – realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas,

Art. 6º A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-à de:

I – um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará: [...] j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

Ou seja, percebe-se a inserção da temática ambiental em alguns tópicos no início do projeto, embora de maneira pontual, está lá apontando e demonstrando sua importância.

Logo ao analisar o tópico *Ementário* notaram-se apenas algumas disciplinas que inserem a temática ambiental no currículo, sendo elas:

- Educação e Gestão Sócio-Ambiental:

EMENTA: Problematisa as carências da educação e suas relações com os fundamentos da gestão sócio-ambiental. Discute as relações sistêmicas e complexas das ecologias, dentre as quais a educação base para construção das sociedades humanas diante dos determinantes da economia global e a busca de compatíveis com o respeito à pessoa humana e da sustentabilidade ecológica nas comunidades globais, nos percursos históricos das culturas e na contemporaneidade, mediatizados pelos processos de gestão sócio-ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Histórico ambiental – breve histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo, fundamentos teóricos que embasam a educação ambiental, o papel do professor em sala de aula como animador ambiental, tendências atuais da questão ambiental, relações interativas em torno da questão ambiental: papel do professor e do aluno da escola e na comunidade. A função social da escola na prática ambiental preservacionista: o papel da escola na vida e a sua função social, a atualização curricular frente às necessidades da discussão e atuação sócio-ambiental, alternativas curriculares e o cotidiano escolar. Os projetos de intervenção e o papel da educação: escolha de temas relacionados com a escola e a questão ambiental, realização de projetos. (BAHIA, 2011, p. 205)

No tópico que trata do Estágio Curricular Supervisionado, ao apresentar os Pressupostos Teórico-Methodológicos, discute que:

Com base nesse referencial, buscam-se as seguintes competências no campo do estágio: [...] identificação de problemas socioculturais, educacionais e ambiental-ecológica, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras. (BAHIA, 2011, 290)

Diante das disciplinas analisadas deste curso nota-se que o tema é bem centralizado na disciplina Educação e Gestão Sócio-Ambiental, ficando a cargo também do componente curricular de Estágio, ambos que são componentes obrigatórios, ao contrário do que institui os documentos que regem a EA. Para que seja descentralizada a temática ambiental dessas disciplinas seriam necessárias reuniões, capacitações que discutissem a importância da inserção da EA nos componentes curriculares de forma articulada, pois, se não há discussão dessa durante a formação de maneira interdisciplinar, os profissionais de Pedagogia irão atuar da mesma maneira, deixando a temática a mercê de disciplinas como, por exemplo, de ciências e geografia apenas, de forma pontual e desarticulada, como

vem acontecendo muito na Educação Básica.

### - Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Barreiras

No tópico *Missão da Universidade* discute sobre as atividades desenvolvidas pela UNEB com a comunidade que procura soluções inovadoras, através da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, que segundo a discussão, incentiva a interação entre a Universidade e a sociedade, com a oferta de cursos e o desenvolvimento de programas e projetos envolvendo docentes, discentes e técnicos da instituição (BAHIA, 2011, p. 27).

Este vínculo com a sociedade tem, ano a ano, crescido de forma expressiva. O eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrangeu áreas de necessidades diversificadas, com destaque para as ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, **meio ambiente**, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. (BAHIA, 2011, p. 27, grifo nosso)

Em *Laboratórios da UNEB* é apresentado um quadro descrevendo que o Campus IX – Barreiras no Departamento de Ciências Humanas estava em implantação o Laboratório de Educação Ambiental. (BAHIA, 2011, p. 49)

No que se refere à *Avaliação Interna* o projeto pedagógico traz que:

No curso de Pedagogia, especificamente, a apresentação dos Seminários Interdisciplinares de Pesquisa, discutem temas afins da educação do campo, história da educação, arte e educação, educação de jovens e adultos, educação inclusiva, educação ambiental, etc. Desta forma, discute-se com periodicidade, questões ligadas ao cotidiano da comunidade acadêmica e externa, solicitações discentes e sugestões além de propostas que resultam em uma avaliação processual e contínua, indicadora do encaminhamento das soluções necessárias. (BAHIA, 2011, p. 106)

No documento do Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP nº 1 (BAHIA, 2011, p. 126-129), de 15 de maio de 2006, este que está presente no Projeto fala que:

Art. 2

[...] § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

[...] X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as

diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;  
 [...] XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

Deste modo, a temática ambiental é um dos assuntos que são discutidos na avaliação interna do curso, no documento do Conselho Nacional da Educação e em missão da universidade, como tema indispensável para contribuir na formação do pedagogo.

No Ementário do Projeto de Barreiras tem os seguintes componentes curriculares correlacionados a Educação Ambiental:

- Economia, Trabalho e Educação:

Referente a essa temática discutida, foi encontrado no conteúdo programático dessa disciplina: “[...] Economia ambiental e recursos naturais: Fundamentos da economia ambiental / Economia ambiental /análise de custos e benefícios / Economia ecológica: desenvolvimento sustentável; [...]”. (BAHIA, 2011, p. 184).

- Educação e Gestão Sócio-Ambiental:

EMENTA: Problematisa as ciências da educação e suas relações com os fundamentos da gestão sócio-ambiental; discute as relações sistêmicas e complexas das ecologias, dentre as quais a educação, como base para a construção das sociedades humanas diante dos determinismos da economia global e a busca de sistemas compatíveis com o respeito à pessoa humana e da sustentabilidade ecológica nas comunidades globais, nos percursos históricos das culturas e na contemporaneidade, mediatizados pelos processos de gestão ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Evolução histórica da questão ambiental; 2. Relação sociedade X natureza; 3. Elementos da história da educação ambiental; 4. Principais conceitos: desenvolvimento sustentável, educação ambiental, qualidade ambiental entre outros; 5. O conceito de desenvolvimento sustentável e a educação ambiental; 6. Análise sistêmica do contexto sócio-ambiental; 7. Tomada de consciência dos problemas ambientais e suas relações com os Biomas (áreas naturais); 8. Desenvolvimento sustentável na perspectiva da construção de um olhar transversal e interdisciplinar; 9. Política e gestão ambiental; 10. Gestão ambiental e sustentabilidade; 11. Questões sociais de representação e de apropriação dos recursos naturais; 12. Desenvolvimento sustentável como novo paradigma; 13. Economia ambiental e meio ambiente associado a educação ambiental como projeto institucional; 14. Educação ambiental e valores. Estratégias para o ensino de valores ambientais; 15. Organização escolar e meio ambiente. (BAHIA, 2011,

p. 186)

- Metodologia do Ensino da Geografia:

Esse componente curricular apresenta no seu conteúdo programático: “[...] As práticas pedagógicas em geografia: Os eixos temáticos da geografia / Alfabetização cartográfica / Os trabalhos de campo e a geografia/ A educação ambiental e as práticas geográficas”. (BAHIA, 2011, p. 213)

No tópico que apresenta o *Currículo Pleno Redimensionado com Ajustes* traz a disciplina Educação Ambiental ofertada no Seminário Interdisciplinar de Pesquisa ofertado no 5º semestre como Formação Complementar Diversificada com carga horária de 60h (BAHIA, 2011, p. 239).

Em *Ementário Redimensionado com Ajustes*, traz os componentes curriculares referentes à temática:

- Pesquisa e Estágio – PE I: Estágio em Espaços Não Formais:

“CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: [...] A educação ambiental encontrando a educação de jovens e adultos nos diferentes espaços educativos; [...] (BAHIA, 2011, p. 289).”

- Educação Ambiental:

EMENTA: Aborda a Educação e Meio Ambiente, Ecologias e Movimentos Sociais; Pedagogia e ações socioambientais, ecopedagogia, etnopedagogia e pedagogia da terra. Discute temáticas ambientais emergentes em suas dimensões históricas, sócio-culturais, sócio-econômicas, ecológicas, políticas, pedagógicas, éticas, estéticas e legais. Analisa o papel do estado e protagonismo da sociedade civil organizada nos processos de enfrentamento de conflitos ambientais e desenvolvimento sociobiodiversalmente responsável. Apresenta subsídios para o trabalho com educação ambiental na educação básica: A escola como locus de eco alfabetização e formação para a cidadania terrestre.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Conceito de meio ambiente: Relação sociedade X natureza / Elementos da história da educação ambiental / Análise sistêmica do contexto socioambiental / Evolução da legislação ambiental brasileira; 2. Conceito de desenvolvimento sustentáveis: Desenvolvimento sustentável na perspectiva da construção de um olhar transversal e interdisciplinar / Questões sociais de representação e de apropriação dos recursos naturais / O conceito de desenvolvimento sustentável e a educação ambiental / Gestão ambiental; 3. A educação ambiental como projeto institucional: Educação ambiental e valores. Estratégias para o ensino de valores ambientais /Educação escolar e organização escolar. (BAHIA, 2011, p. 296)

- Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino das Ciências:

“CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: [...] Temas emergentes: Desenvolvimento, aquecimento global, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais e temas transversais (Meio Ambiente e Saúde)” (BAHIA, 2011, p. 317).

Segundo o Projeto Pedagógico de Pedagogia *campus* Barreiras, além dos componentes apresentados, o Departamento com sua autonomia, interesse e possibilidades, poderá oferecer os Tópicos Especiais em Educação e Contemporaneidade (TEC), de acordo com o que está previamente aprovado no projeto, podendo ser: Pedagogia e Educação; Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável (BAHIA, 2011, p. 325-327).

Além disso, com o componente curricular TCC oportuniza aos acadêmicos a desenvolver procedimentos metodológicos e de pesquisa que propiciem sistematizar, na prática, as noções teóricas adquiridas. Portanto, consiste em realizar uma pesquisa orientada e propiciar o desenvolvimento da produção científica, sobre os temas da educação, como por exemplo: avaliação escolar; currículo (educação do campo, educação de jovens e adultos) ludicidade, metodologia de ensino (história, artes, matemática, ciências, geografia, língua portuguesa), formação de professores, gestão escolar, coordenação pedagógica, leitura e produção textual, literatura infantil, processos de alfabetização, cultura popular, **educação ambiental**, educação especial, Informática na educação, entre outros. (BAHIA, 2011, p. 344)

Analisando o item *Projetos de Pesquisa e Extensão* notou-se que existe um projeto relacionado a EA que possui como título “Estudos em geografia: ensino e meio ambiente”. (BAHIA, 2011, p. 396).

Ou seja, a partir da análise do currículo de Pedagogia *campus* Barreiras pode-se compreender que a Educação Ambiental aparece pontualmente em apenas um projeto com essa vertente e em alguns componentes curriculares como Educação e Gestão Sócio-Ambiental, Metodologia do Ensino da Geografia, Pesquisa e Estágio – PE I, Educação Ambiental e Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino das Ciências, o que representa que nesse currículo é que essa temática está muito vinculada ao ensino de Ciências e Geografia, problema apontado por diversos autores. De acordo com Bernardes e Prieto (2010), é importante destacar que nenhuma área, mesmo sendo Biologia, Ciências, Geografia, Química, nenhuma delas consegue isoladamente tratar todas as questões ambientais. Assim sendo, a comunidade acadêmica ou escolar será a

responsável por inserir a temática ambiental no Projeto Político da instituição e definir os projetos e ações a serem realizados.

### - Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Teixeira de Freitas

Ao analisar o Projeto Pedagógico de Teixeira de Freitas em relação a temática ambiental percebe-se que o tópico *Missão da Universidade* apresenta que:

Este vínculo com a sociedade tem, ano a ano, crescido de forma expressiva. O eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrangeu áreas de necessidades diversificadas, com destaque para as ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, **meio ambiente**, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. (BAHIA, 2012, p. 27, grifo nosso)

No documento do Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de Maio de 2006 cita que:

#### Art. 2

[...] § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

[...] X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

[...] XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas. (BAHIA, 2012, p. 129-131)

Referente a discussão sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) expõe que:

O TCC consiste, portanto, na realização de pesquisa orientada sobre temas da educação, como: avaliação escolar; currículo (educação do campo, educação de jovens e adultos) ludicidade, metodologia de ensino (História, Artes, Matemática, Ciências, Geografia, Língua Portuguesa), formação de professores, gestão escolar, coordenação pedagógica, leitura e produção textual, literatura infantil, processos de alfabetização, cultura popular, educação ambiental, educação especial, informática na educação, entre outros. (BAHIA, 2012, p. 174)

Em análise dos projetos desenvolvidos no curso de Teixeira de Freitas são

apontados dois projetos referentes à temática meio ambiente: i) *A importância do projeto ecológico Francisco de Assis para os moradores dos bairros Ulisses Guimarães, Canaã e Jardim Liberdade* (BAHIA, 2012, p. 185); e ii) *Educação Ambiental: um olhar ftopedagógico sobre alguns cenários da cidade de Teixeira de Freitas* (BAHIA, 2012, p. 191).

Na *Matriz Curricular Redimensionado – Implantação* no período de 2004 a 2007 está inserida o componente curricular *Educação e Gestão Sócio-Ambiental*, ofertada no 4º semestre com carga horária de 60h (BAHIA, 2012, p. 215). Já na *Matriz Curricular Redimensionada com Ajustes* que está em vigência desde 2008 está a disciplina *Educação Ambiental* no 5º semestre, com carga horária de 60h. (BAHIA, 2012, p. 306)

No projeto deixa claro que além dos componentes apresentados, o Departamento dentro da sua autonomia, interesse e possibilidades poderá oferecer os *Tópicos Especiais em Educação e Contemporaneidade (TEC)*, de acordo com o que está previamente aprovado no projeto sendo dentre estes, as disciplinas *Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável*. (BAHIA, 2012, p. 309-310)

No Ementário Redimensionado com Ajustes que está em vigência desde 2008 estão os componentes curriculares:

- Educação do Campo:

EMENTA: Orientações curriculares para a educação nas escolas do/no meio rural. Educação Rural e Pedagogia da Terra: desenvolvimento local, integrado e sustentável.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: [...] Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. (BAHIA, 2012, p. 344)

- Educação Ambiental:

EMENTA: Aborda a Educação e Meio Ambiente, Ecologias e Movimentos Sociais; Pedagogia e ações socioambientais, ecopedagogia, etnopedagogia e pedagogia da terra. Discute temáticas ambientais emergentes em suas dimensões históricas, sócio-culturais, sócio-econômicas, ecológicas, políticas, pedagógicas, éticas, estéticas e legais. Analisa o papel do estado e protagonismo da sociedade civil organizada nos processos de enfrentamento de conflitos ambientais e desenvolvimento sociobiodiversalmente responsável. Apresenta subsídios para o trabalho com educação ambiental na educação básica: a escola como lócus de eco alfabetização e formação para a cidadania terrestre.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Os vários conceitos de meio ambiente.
- Principais movimentos ambientais.

- A referência ambiental a partir do conceito de representação social.
- Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável.
- Os problemas ambientais locais e a formação de professores.
- O sujeito ecológico em formação.
- A educação ambiental na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.
- A ecologia do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.
- A educação ambiente e o consumismo. (BAHIA, 2012, p. 362)

O Projeto que aparece é o *Alargando o Funil – Pré-Vestibular Comunitário* que é uma atualização aos docentes da Rede Pública de Ensino do 3º ano, professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, líderes comunitários, associações de bairros e pastoral da juventude que tem por objetivo preparar os jovens através de estudos aprofundados em diversos conhecimentos como nas áreas de Biologia, Geografia, Matemática, História, Língua Estrangeira, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Políticas Públicas, Ética e Cidadania, atendendo assim as classes que não detém o poder aquisitivo para investir em cursos, possibilitando o ingresso na Universidade. (BAHIA, 2012, p. 413)

No que diz respeito ao projeto do curso de Pedagogia de Teixeira de Freitas pode-se inferir que, assim como nos demais, a temática ambiental aparece pontualmente em alguns tópicos sobre a universidade, no documento do Conselho Nacional de Educação. Aparece também em algumas disciplinas que são TCC, Educação do Campo e Educação Ambiental e dois projetos.

#### **- Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Guanambi**

No tópico *Missão da Universidade* do Projeto Pedagógico de Pedagogia do *campus* Guanambi discute que:

Este vínculo com a sociedade tem, ano a ano, crescido de forma expressiva. O eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrangeu áreas de necessidades diversificadas, com destaque para as ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, meio ambiente, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. (BAHIA, 2010, p. 28)

Já em *Laboratórios da UNEB*, apresenta um quadro descrevendo que o Departamento de Educação do Campus XV – Guanambi possui o Laboratório de Biologia: GAMA – Grupo de Apoio ao Meio Ambiente: Pesquisa em Áreas de Bacias Hidrográficas do Semi-Árido do Estado da Bahia (BAHIA, 2010, p. 49).

No documento inserido no projeto do *Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006* aborda que:

Art. 2 [...] § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

[...] X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

[...] XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas; (BAHIA, 2010, p. 105-108)

No capítulo que trata do *Currículo Pleno – Implantação de 2004 a 2007* está inserido o componente curricular *Educação e Gestão Sócio-Ambiental* no 4º semestre com 60h (BAHIA, 2010, p. 128).

Já em *Currículo Pleno - Redimensionado com Ajustes* (vigência a partir de 2008), apresenta a disciplina *Educação Ambiental* no 5º semestre ofertada com 60 horas. (BAHIA, 2010, p. 230). E referente a temática, apresenta as seguintes ementas:

- Educação Ambiental:

EMENTA: Aborda Educação e Meio Ambiente, Ecologia e movimentos sociais. Pedagogia e ações socioambientais, ecopedagogia, etnopedagogia e pedagogia da terra. Discute temáticas ambientais emergentes em suas dimensões históricas, sócio-culturais, sócio-econômicas, ecológicas, políticas, pedagógicas, éticas, estéticas e legais. Analisa o papel do estado e protagonismo da sociedade civil, organizada nos processos de enfrentamento de conflitos ambientais e desenvolvimento sociobiodiversalmente responsável. Apresenta subsídios para o trabalho com educação ambiental na educação básica: a escola como lócus de ecoalfabetização e formação para a cidadania terrestre.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I UNIDADE

- Conceitos: ecologia, meio ambiente, ambiência, educação, gestão, sociedade etc.

- Histórico sobre a educação ambiental.

- Introdução ao estudo do ecossistema/organização da matéria

no planeta.

- Interações com o meio: fatores bióticos e abióticos.
- Interações ecológicas.
- Principais processos ambientais: fotossíntese e respiração.

## II UNIDADE

- Produção x consumo: interferência antrópica.
- Química e meio ambiente: alterações ambientais.
- Crescimento populacional humano e suas influências ambientais: países desenvolvidos/história/cultura/desenvolvimento econômico, político e social.

## III UNIDADE

- Civilizações sustentáveis e ENERGIA, leis ambientais.
- Lacunas sócio-ecológicas - desigualdades.
- Caminhos para a sustentabilidade global. (BAHIA, 2010, p. 288)

Ainda segundo o Projeto Pedagógico, além dos componentes apresentados, o Departamento dentro da sua autonomia, interesse e possibilidades, poderá oferecer os *Tópicos Especiais em Educação e Contemporaneidade (TEC)*, de acordo com o que está previamente aprovado no projeto que são: Pedagogia e Educação; Meio Ambiente; Desenvolvimento sustentável. (BAHIA, 2010, p. 332-334)

No tópico que discute sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) explica que:

O TCC consiste, portanto, na realização de pesquisa orientada sobre temas da educação, como por exemplo: avaliação escolar; currículo (educação do campo, educação de jovens e adultos) ludicidade, metodologia de ensino (história, artes, matemática, ciências, geografia, língua portuguesa), formação de professores, gestão escolar, coordenação pedagógica, leitura e produção textual, literatura infantil, processos de alfabetização, cultura popular, educação ambiental, educação especial, Informática na educação, entre outros. Como atividade final desta etapa, realiza-se uma monografia ou artigo científico, a ser apresentado à uma Banca Avaliativa de TCC, composta pelo coordenador de TCC constituída pelo Departamento, o professor orientador e um professor convidado que tenha discussão no tema da pesquisa. (BAHIA, 2010, p. 349)

O projeto ainda expõe um quadro com Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo departamento a partir de 2004 e dentre estes, os que apresentam discussão na área ambiental são: i) Abordagem da preservação dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável – DS (BAHIA, 2010, p. 379) e; ii) Proposta para o projeto de educação ambiental e recuperação de ambiente degradado e recomposição de mata ciliar na microrregião do rio carnaíba de dentro e barragem de ceraíma, com a implantação de sistema educacional agroecológico

(BAHIA, 2010, p. 386).

O projeto pedagógico de Guanambi o que traz de diferente dos demais no que concerne a Educação Ambiental, é o Laboratório do Grupo de Apoio ao Grupo de Apoio ao Meio Ambiente para fazer pesquisas em Áreas de Bacias Hidrográficas do Semi-Árido do Estado da Bahia. Além disso, a temática está presente nas disciplinas obrigatórias Educação Ambiental, TCC e em dois projetos. Ou seja, apenas duas disciplinas discutindo a temática e de maneira desarticulada não são suficientes para conscientização sobre a sua importância. E embora esteja presente em dois projetos, em momento algum diz se está envolvendo algumas disciplinas nas ações do projeto.

#### **- Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia *campus* Itaberaba**

Em *Missão da Universidade* tem o quadro descrevendo os Programas *stricto sensu* no Departamento de Educação, Campus VIII que é o Programa Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (BAHIA, 2011, p. 27). Ainda nesse tópico é apresentado que o vínculo entre a UNEB e a sociedade vem crescendo a cada ano de forma expressiva. E que o eixo temático dos trabalhos desenvolvidos abrange áreas de necessidades diversificadas, destacando ações no campo da educação, cultura e tecnologia, cidadania, meio ambiente, saúde e qualidade de vida e desenvolvimento rural. (BAHIA, 2011, p. 28).

Na discussão sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aparece no Projeto Pedagógico que:

O TCC no Campus XIII – Itaberaba consiste, portanto, na realização de pesquisa orientada sobre temas da educação, como por exemplo: avaliação escolar; currículo (educação do campo, educação de jovens e adultos), ludicidade, metodologia de ensino (história, artes, matemática, ciências, geografia, língua portuguesa), formação de professores, gestão escolar, coordenação pedagógica, leitura e produção textual, literatura infantil, processos de alfabetização, cultura popular, educação ambiental, educação especial, Informática na educação, entre outros. (BAHIA, 2011, p. 157)

No tópico Matriz Curricular/Implantação de 2004 a 2007 apresenta o componente curricular *Educação e Gestão Sócio-Ambiental* no 4º semestre com carga horária de 60h (BAHIA, 2011, p. 176). No Ementário/Implantação (2004-2007) possui as seguintes disciplinas:

- Educação e Gestão Sócio-Ambiental:

EMENTA: Problematisa as ciências da educação e suas relações com os fundamentos da gestão sócio-ambiental; discute as relações sistêmicas e complexas das ecologias, dentre as quais a educação, como base para a construção das sociedades humanas diante dos determinismos da economia global e a busca de sistemas compatíveis com o respeito à pessoa humana e da sustentabilidade ecológica nas comunidades globais, nos percursos históricos das culturas e na contemporaneidade, mediatizados pelos processos de gestão sócio-ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Conceito de ambiente e suas alternativas - Conhecendo o meio ambiente; Conceitos da ecologia; Os níveis de organização da vida; Dinâmica das populações; Comunidades de suas sucessões; Fluxo de matéria e energia no ecossistema; Ciclos biogeoquímicos. Relação sociedade ambiente - Superpopulação, poluição e desenvolvimento; Poluição da atmosfera; Poluição da água; A destruição dos solos; O lixo urbano; A poluição sonora; A destruição da biodiversidade; Impactos bióticos. Fatores políticos e sociais que influenciam na preservação do meio ambiente. A hipótese Gaia; Localização dos centros urbanos; Aumento da produção agropecuária versus meio ambiente; Manejo da caatinga versus preservação ambiental; Legislação ambiental; Estratégias de educação ambiental-resgate para um desenvolvimento; Seminários: problemáticos locais relacionados com o processo sócio ecológico e educacional. (BAHIA, 2011, p. 211)

- Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza:

Essa disciplina apresenta no “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: [...] A educação ambiental na escola: teoria X prática sob o ponto de vista interdisciplinar.” (BAHIA, 2011, p. 249).

No tópico Matriz Curricular com ajustes com vigência a partir de 2008 possui a disciplina *Educação Ambiental* ofertada no 5º semestre com carga horária de 60h. (BAHIA, 2011, p. 261). Nesse ementário (com vigência a partir de 2008) estão as disciplinas ligadas a temática ambiental:

- Educação Ambiental:

EMENTA: Aborda Educação e Meio Ambiente, Ecologias e Movimentos Sociais; Pedagogia e ações socioambientais, Ecopedagogia, Etnopedagogia e Pedagogia da Terra. Discute temáticas ambientais emergentes em suas dimensões históricas, sócio-culturais, sócio-econômicas, ecológicas, políticas, pedagógicas, éticas, estéticas e legais. Analisa o papel do estado e protagonismo da sociedade civil organizada nos processos de enfrentamento de conflitos ambientais e desenvolvimento sociobiodiversalmente responsável. Apresenta subsídios para o trabalho com educação ambiental na educação básica: A escola como lócus de eco alfabetização e formação para a cidadania terrestre.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Aspectos pré- históricos do movimento ambientalista. Pedagogia e ações socioambientais, Ecopedagogia, Etnopedagogia e Pedagogia da Terra. A falta de

cuidado: Estigma de nosso tempo. Recursos didáticos para formação de professores. Gestão social e transformação da sociedade. Eco alfabetização e formação para cidadania. Caminhada ecológica. (BAHIA, 2011, p. 305)

De acordo com o Projeto Pedagógico, a oferta dos TEC (Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade) conforme distribuídos no currículo é realizado de acordo com o interesse e autonomia do Departamento, dentro dos temas previamente aprovados, conforme relação a seguir: Pedagogia e Educação; Meio Ambiente; Desenvolvimento sustentável. (BAHIA, 2011, p. 347-349)

Então, o que pode ser analisado no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia de Itaberaba no que difere dos demais é que não aparece em nenhum projeto, o que é um ponto negativo, e que está presente apenas nas disciplinas obrigatórias Educação Ambiental e TCC.

Pode-se concluir a partir da análise de todos esses Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UNEB que para modificar a atual realidade:

[...] a Educação Ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais [...]. (DIAS, 2004, p. 82-83).

É notório que a maior parte das disciplinas obrigatórias, não aborda a temática ambiental em seus conteúdos, objetivos e ementas, nem na indicação de leitura de obras.

Além disso, as disciplinas que abordam diretamente os conteúdos ambientais estão longe de atender às exigências da PNEA e outros documentos oficiais quanto à inserção da temática em todas as disciplinas. Portanto, essa realidade observada pode indicar a ausência de compreensão da importância do tema para a formação dos futuros Pedagogos como também a falta de conhecimento acerca da EA.

Baseado nos programas das disciplinas optativas observou-se que a única que aborda diretamente conteúdos ambientais é a intitulada “Educação Ambiental”. Mesmo sabendo da discussão da criação ou não de uma disciplina específica que aborde a EA e embora ciente que disciplinarizar poderá contrariar sua perspectiva transversal, nos cursos de formação de professores essa parece ser uma alternativa viável, segundo Thomaz e Camargo (2007, p. 314):

[...] a criação de uma disciplina de EA, ofertada para as Licenciaturas, deve procurar atender às especificidades políticas e culturais locais, ser pensada de forma a abranger o entendimento da complexidade do ambiente natural e social, fugindo, assim, dos moldes tradicionais de currículo.

Para Thomaz (2006, p. 44), alguns pesquisadores vinculados ao Grupo de Trabalho em EA da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) são adeptos à criação da disciplina específica de EA nos cursos de Ensino Superior, pois ainda conforme Thomaz (2006, p. 44):

[...] ofertar uma disciplina seria consistente para as Instituições de Ensino Superior que consideram possuir profissional capacitado para a proposta. Indicam que o desenvolvimento de forma interdisciplinar da EA é um ideal e que criar uma disciplina obrigatória para os cursos, atualmente, seria mais interessante para que todos os estudantes tenham uma base sólida sobre a temática.

Assim sendo, pode-se concluir ao analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia que existem iniciativas relevantes nos diversos cursos analisados, porém, sem um posicionamento concreto assumido. É notório também que há predominância na oferta de disciplinas relativas à Educação Ambiental de caráter obrigatório e algumas optativas, sendo responsabilidade específica de determinados professores, sem observar uma maior abrangência pela coletividade acadêmica, o que representa fragilidade no planejamento dos cursos de Pedagogia dessa instituição.

Portanto, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos indicou um número reduzido de componentes curriculares que discutem direta ou indiretamente, sobre a temática ambiental.

### 5.3 Análise das entrevistas realizadas com as coordenadoras dos cursos de Pedagogia

Foram realizadas entrevistas com coordenadoras de dois cursos de Pedagogia com propostas curriculares diferentes (com fluxogramas distintos), acerca da inserção da Educação Ambiental: a primeira coordenadora representando o Fluxograma I, ou seja, os cursos de Pedagogia que não possuem disciplina obrigatória referente a temática ambiental no currículo e a segunda coordenadora representando o Fluxograma II e III, ou seja, os cursos que apresentam a disciplina obrigatória intitulada “Educação Ambiental”.

Vale destacar que foram realizadas entrevistas com uma coordenadora de um curso de Pedagogia que oferta a disciplina obrigatória referente a temática ambiental e outra coordenadora representando os cursos que não possui. Deste modo, por entender que as propostas das disciplinas “Educação e Gestão Sócio-Ambiental” – Fluxograma II e “Educação Ambiental” – Fluxograma III podem ser interpretadas da mesma maneira, ou seja, ambas são inserção da temática ambiental por meio de disciplina obrigatória, optou-se por apenas um, sendo este o Fluxograma III (disciplina obrigatória “Educação Ambiental”), pois, representa a maioria dos cursos.

A partir das entrevistas feitas com as coordenadoras desses dois *campi* foi traçado o perfil das participantes e foi realizada análise das respostas. Para isso, as coordenadoras foram identificadas como *Coordenadora 1* – uma representante dos cursos que possui a disciplina “Educação Ambiental” como obrigatória; e *Coordenadora 2* – representando os cursos que não tem disciplina obrigatória relacionada à temática ambiental.

### 5.3.1 Perfil das coordenadoras participantes da pesquisa

No que tange a formação das coordenadoras entrevistadas, as duas participantes são Doutoradas em Educação. A primeira possui 28 anos de Magistério na UNEB e como coordenadora na mesma instituição tem 1 ano e 8 meses de atuação, já a segunda coordenadora possui 11 anos de magistério na UNEB e como coordenadora de curso dessa instituição 3 anos e 5 meses. No que diz respeito a caracterização das coordenadoras o que pode-se destacar é que nessa amostra as mesmas possuem um bom tempo de magistério na UNEB e já tem uma experiência significativa no que concerne ao cargo de coordenação.

### 5.3.2 Percepção das coordenadoras dos cursos de Pedagogia em relação à temática ambiental

Inicialmente as coordenadoras foram questionadas em relação à concepção de Educação Ambiental que permeia o curso de Pedagogia da UNEB no *campus* em que atuava e as respostas foram:

*Não há uma concepção, ou melhor, a concepção seria ainda uma desarticulação entre o conteúdo da Educação Ambiental e da*

*Pedagogia. Parece que todas essas, digamos, essas áreas de conhecimentos afins elas ainda não são bem articuladas numa proposta curricular, então ela chega como disciplinas, que essa é uma questão problemática, porque elas chegam como mais um e elas não norteiam na verdade o projeto pedagógico do curso. [...] Então a concepção para mim é de uma situação desarticulada, desintegrada, sem uma compreensão mais ampla de que são conteúdos transversais que deveriam orientar uma proposta de projeto político pedagógico. [Coordenadora 1]*

*Daqui do campus I não tem nenhuma orientação geral em relação a este tema, a única indicação que tem nas discussões que são apresentadas no projeto do curso são em relação a abordagem dos temas transversais que é uma obrigatoriedade conforme as diretrizes e a gente tem uma orientação geral por conta da formação do pedagogo em relação a isso. Então a concepção é integral e é integralizada às discussões de meio ambiente, mas Educação Ambiental propriamente dita não tem nenhuma indicação específica. [Coordenadora 2]*

A partir dos depoimentos que foram apresentados durante as entrevistas ficou evidenciado que não há uma clareza conceitual acerca da temática ambiental nesses cursos de formação de professores. Embora as coordenadoras responderem sobre a proposta do tema que deve ser de forma transversal, percebeu-se nos discursos que isso não acontece, portanto as mesmas compreendem que é grande a necessidade de integração desse tema tão importante com as diversas disciplinas do curso. Além do que foi citado pelas coordenadoras outro ponto também que é indispensável é a articulação das diversas atividades desenvolvidas nos *campi* como forma de inserir a temática ambiental na universidade contribuindo para a formação dos profissionais. A análise destes dados colaborou para demonstrar que falta mais engajamento para que aconteçam ações mais concretas e coerentes, sendo necessário ressaltar que o maior desafio consiste em um redirecionamento da política institucional.

Ao serem questionadas se a temática ambiental é inserida no curso de Pedagogia e de qual maneira, as coordenadoras responderam que:

*Ela hoje está inserida de forma disciplinar, ou seja, você tem uma disciplina e a depender da experiência profissional e de formação que o professor trás para a disciplina, ele consegue articular mais com os outros componentes e com os outros conteúdos ou ele não consegue. [...] Me parece, que assim, para além do divertimento que é válido fazer um trabalho de campo, ela é uma disciplina muito séria e hoje mais do que nunca é uma necessidade pensar como eixo e não como disciplina esse para mim é um grande desafio e assim, a gente não consegue, falando agora do ponto de vista de gestora, de*

*coordenadora de colegiado, a gente não consegue trazê-la como eixo articulador, então essa é uma questão. [Coordenadora 1]*

*São várias formas, a gente tem como componente curricular optativo um Seminário Temático de 30h que trabalha com Educação Ambiental especificamente, aí tem toda uma discussão em torno da Educação Ambiental, concepções, perspectivas, práticas, mas é um seminário temático e ele é ofertado na medida em que a gente tenha professor para trabalhar com esse seminário. Então normalmente é ofertado semestre sim, semestre não, semestre sim, semestre não, além disso, as discussões de Educação Ambiental elas são obrigatórias em dois componentes obrigatórios que são Teóricos Práticos que são Referenciais Teóricos Metodológicos do Ensino de Ciências Naturais tanto de 60h de Educação Infantil como de 60h do Ensino Fundamental. E, além disso, ela aparece integrada as discussões de Referenciais Teóricos Metodológicos de Geografia que a discussão de Educação Ambiental é bem leve, no que orienta o componente que é bem diferente de Ciências Naturais. [Coordenadora 2]*

A partir das respostas compreende-se que a EA em ambos os casos aparecem em forma de disciplina, sendo que no primeiro caso está inserido como disciplina obrigatória e no segundo aparece como componente optativo. A coordenadora que representa os cursos que possui a disciplina obrigatória Educação Ambiental, ainda relatou que a forma como é ministrada essa disciplina depende muito do professor, podendo ser articulado com outros componentes ou não. Já a representante dos cursos que não possui a disciplina obrigatória, mas aparece como optativa, explica que esse componente é ofertado como um Seminário Temático em semestres alternados, além disso, relata que a discussão aparece também em disciplinas de Ciências Naturais e Geografia.

Sabe-se que a Lei nº. 9.795/99 (BRASIL, 1999) que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental determina que a mesma deva ser desenvolvida no ensino formal, sendo ressaltado que não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, mas de modo transversal e interdisciplinar. Porém, ao se tratar da formação de professores, a PNEA orienta que a temática ambiental seja incluída nos currículos, admitindo que isso ocorra por meio de disciplina específica. Apesar de saber que pode ser inserida como disciplina, a referida legislação quando estabelece os princípios a serem seguidos pelas instituições de ensino no que diz respeito à Educação Ambiental, como dimensão educativa, faz orientação para o desenvolvimento de um processo que seja considerado a interdisciplinaridade. De acordo com Bernardes e Prieto (2010, p. 183), o Conselho Nacional de Educação discute que é necessário reforçar a inserção da EA no projeto

pedagógico de todas as instituições de ensino, levando-se em consideração desde a infância até a pós-graduação de forma inter, multi e transdisciplinar como um plano coletivo da comunidade escolar e acadêmica.

Sendo assim, relacionando com as respostas, no caso da Educação Ambiental ser ofertada como disciplina vai depender do (a) professor (a) se vai ter integração com os componentes, e isso é essencial para que tenha aprendido e conscientização acerca do tema. Já nos cursos que possuem como componente optativo ocorre esse mesmo problema, além disso, como é optativo pode ocorrer do (a) estudante não escolher para cursar, escolhendo outra disciplina e concluir o curso sem ter trabalhado com essa temática. Portanto, acredita-se que ofertando capacitações, reuniões e projetos que discutam a temática, além da sua inserção nos projetos pedagógicos e ementas seriam as melhores formas para que o tema fosse realmente debatido e conhecido pelos (as) estudantes.

Foi perguntado às coordenadoras sobre o instrumento que norteia a discussão da EA no curso de Pedagogia no *campus* em que atua e as respostas foram que:

*[...] Então, existe esse documento sim, o projeto político pedagógico, nesse documento o que é colocado, pessoalmente acho muito aquém, da importância e da necessidade desse conteúdo na formação do profissional, ter uma visão ecológica é muito mais do que limpar rua, do que ir para praia fazer limpeza, ou então, ajudar a comunidade ribeirinha a organizar o lixo, são coisas superimportantes, mas se não está vinculado de uma compreensão mais ampla são ações que para mim não remetem em realmente situações de aprendizagens porque eu entendo essa disciplina no curso de pedagogia tem que estar articulada de forma muito estreita com esse lugar desse profissional como formador de aprendizagem, nesse sentido. [Coordenadora 1]*

*[...] no curso de maneira geral como uma orientação formativa a gente tem as diretrizes e os próprios referenciais nacionais de Educação Ambiental que eles inclusive são utilizados como eixo geral de formação. E como eixo geral de formação como é indicativo do currículo, por exemplo, disciplina como a que eu ministro Currículo e Educação, ele é um que é abordado, nos Referenciais Teóricos Metodológicos de Geografia, de Ciências Naturais ele é utilizado, nos estágios de Educação Infantil e Ensino Fundamental eles são utilizados. Então, como orientadores do currículo, a gente tem esses documentos. [Coordenadora 2]*

Embora as coordenadoras afirmem que existem instrumentos que fala de modo geral sobre o tema, a coordenadora 1 relata que o projeto pedagógico não dá embasamento sobre a importância e necessidade da temática ambiental para

formação do profissional, ou seja, não há discussão que ofereçam subsídios para a atuação profissional do licenciado em Pedagogia. Todavia, nos documentos oficiais relacionados à EA orientam para que tenha a garantia da inserção dos conhecimentos referentes a essa temática nos currículos de todas as áreas desde a Educação Básica a Educação Superior de forma transversal. Entretanto essa inserção na prática e essa articulação com as disciplinas não acontecem na realidade da UNEB.

Ao serem questionadas se o curso promove ações periódicas direcionadas à temática ambiental e quantos professores e de quais disciplinas fazem parte, obtiveram-se as respostas:

*Formalmente não. Já houve em algum momento situações, como eu disse a você, pontuais relacionadas com práticas de professores, que trazem suas experiências. Então já houve situações específicas de atividades realizadas com alunos, atividades realizadas em comunidades. Hoje nós temos concretamente algumas atividades de campo que estão sendo desenvolvidas, existe um projeto, na verdade é uma proposta do projeto do curso, onde esse atual professor ele montou uma proposta que envolve algumas atividades de campo, essas atividades têm sido desenvolvidas com comunidades e em espaços onde nós moramos. [...] Eu entendo que existe, por exemplo, nós temos projetos relacionados a educação interétnica, projetos relacionados com inclusão que de alguma maneira tratam dessa questão. De uma forma ampla, mas não de uma maneira sistematizada, então eu acho que nesse sentido que há uma falha porque não há essa articulação, embora se a gente separa muito separadinho corre o risco de também está disciplinando, e, portanto, de estar fechando essas possibilidades de articulação. Mas respondendo a sua pergunta, não há atualmente se não essa atividade de campo da disciplina que tem uma relação direta com o professor. [Coordenadora 1]*

*De promover, promove, mas não promove com uma frequência. Por exemplo, a gente teve semana passada um seminário de Educação Bilíngue, dentro do Seminário de Educação Bilíngue uma das temáticas foi a Educação Ambiental, mas o foco não era Educação Ambiental, mas sim a Educação Bilíngue. E a gente está falando de ensino de LIBRAS, Educação para Surdos, então trabalhou temáticas gerais. Normalmente nos cursos de formação específica tanto de produção acadêmica como de formação docente trazem essa temática como obrigatoriedade da formação do professor, mas sistematicamente só é ofertado se os professores que são responsáveis por essa discussão dentro da universidade se predispõe a isso. Como são professores extremamente ocupados, tem uma carga horária longa, a gente fica sempre no aguardo da responsabilidade dele para um evento específico, mas mesmo sem o evento específico é feito. E a gente tem um projeto interno de Pedagogia que trabalha com reciclagem, que trabalha com sustentabilidade e que trabalha com remanufatura de material didático, aí envolve a discussão da Educação Ambiental, mas em*

*questões bem gerais, por exemplo, laboratório de matemática que trabalha com isso para produzir material, brinquedoteca que sempre tem em todos os temários. [Coordenadora 2]*

Através dessas análises foi possível constatar a fragmentação, esporadicidades e a falta de articulação nas ações que ocorrem de maneira pontual, sendo perceptivo apenas realizado por um professor de apenas uma disciplina, sendo responsabilidade apenas daquele docente. Essa desarticulação percebida nas entrevistas pode ser modificada através da implantação de projeto institucional que abarque se não todos, mas a maioria dos (as) docentes de todo o curso. Desse modo, sabe-se que a inserção da temática ambiental no ensino superior, levando-se em consideração as discussões relacionadas à interdisciplinaridade, a transversalidade e a interpretação da Política Nacional de Educação Ambiental não estimula a inserção de disciplina específica no currículo de ensino.

Perguntaram-se às coordenadoras quais as principais dificuldades (se tiver) para desenvolver práticas de EA na universidade. E as respostas foram:

*A primeira a gente está falando dela o tempo todo, eu acho que há uma falta de compreensão mais ampla do que significa a Educação Ambiental, acho que ela é vista como disciplina menor, senão, em cursos que discutam isso especificamente. Acho que, por exemplo, em uma instituição como a nossa que hoje se autoproclama uma instituição inclusiva, deve trazer essa discussão como parte estruturante, ou seja, como parte de um eixo de discussão e não somente para discutir quem tem Biologia ou quem dá licenciatura porque cai na aula [...]. A outra coisa que dificulta, que está associada a própria dinâmica dos departamentos é que sendo uma disciplina considerada tangencial, os recursos destinados para ela tornam-se recursos muito precários e aí vai muito de acordo com a capacidade de negociação do professor, muitas vezes quando esse professor não está mais lá esse tipo de investimento acaba porque não há interesse, essa é uma outra dificuldade. Eu acho que a terceira dificuldade, não sei se estou sendo correta, coerente, eu acho que diz respeito a falta de clareza, que tem a ver com as duas outras dificuldades, a falta de clareza, eu acho que a gente precisa avançar na discussão desse projeto, dessa reformulação curricular, a gente tem iniciado isso lá, mas assim, dessas disciplinas tangenciais serem trazidas para um eixo. [Coordenadora 1]*

*Aqui eu acho que é conscientização mesmo. Fora isso, para desenvolver atividades de formação é predisposição de quem pesquisa, investiga, trabalha, defende, discute a temática porque qualquer atividade que gere uma demanda aqui na universidade eles sempre são demandadas pelos grupos de pesquisa ou pelos professores que são responsáveis por isso. [...] Mas especificamente aí teria que ter disponibilidade dos professores, iniciativas dos pesquisadores da área, eu acho que a maior dificuldade é essa. De iniciativa de uma ação como essa para a graduação, porque eu ainda*

*acredito que priorizam muito a pós-graduação em relação a determinados temas, uma iniciativa em relação a isso para a graduação e disponibilidade de tempo para fazer isso para a graduação. [Coordenadora 2]*

Embora saber que apenas os (as) docentes em ação não irão resolver todos os problemas ambientais, a contribuição destes é imprescindível nesse processo. A UNEB com sua diversidade de cursos poderia ter um amplo espaço para realizar práticas que envolvesse a temática ambiental. Entretanto, as poucas iniciativas observadas, mesmo que difusas, demonstram o potencial acadêmico que precisa ser abarcado pelos diversos docentes dos diversos campi e não ficar restrito a um ou outro, almejando sempre com essas ações acadêmicas alcançar o coletivo e solidário, considerando a totalidade. Para que essa inserção aconteça, de acordo com Figueiredo e Guerra:

Nesse sentido, as Diretrizes orientam os sistemas de ensino a garantir a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos de todas as áreas da Educação Básica e da Educação Superior pela transversalidade, mediante temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental, como conteúdo dos componentes constantes do currículo, e pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Para isso, recomenda que, no planejamento e na gestão, sejam considerados os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos nas Políticas educacionais. Assume, também, a transversalidade da EA em todos os níveis de ensino, assim como o investimento na formação de professores. (FIGUEIREDO e GUERRA, 2014)

Ao questionar se os (as) professores (as) são incentivados (as) e motivados (as) a desenvolverem projetos ou atividades ambientais no curso de Pedagogia do *campus* em que atua, a coordenadora 1 que representa os cursos que possuem a disciplina obrigatória Educação Ambiental respondeu que “Não”, e isso pode ser justificado pela oferta da disciplina, então, para que incentivar se já tem o (a) professor (a) responsável por trabalhar esse tema? Portanto, mesmo tendo a disciplina seria necessário espaço para discutir a importância e a conscientização de debater este tema de maneira articulada.

Acerca dessa pergunta, a coordenadora 2 representando os cursos sem disciplina obrigatória relacionada com a temática, respondeu que “Isso já é natural do projeto do curso. Os que são motivados estão ou no campo do estágio ou no campo das disciplinas Teórico-práticas ou aqueles que as discussões dos seus componentes curriculares obrigatoriamente trazem isso como discussão.”

Dessa forma, como foi discutido anteriormente, fica a cargo de algumas disciplinas que costumam já associar com o tema que são as Ciências Naturais, Geografia, TCC e Estágio. Entretanto, se não há discussão e estímulo para que essas temáticas sejam inseridas nas disciplinas, dificilmente esse tema irá aparecer nesses currículos. E quando só discute nas disciplinas que são exigidas, não vai haver inserção nas outras, pois, presumirá que não são importantes tais discussões nas outras disciplinas.

Foi perguntado às coordenadoras quais metodologias utiliza para discutir a temática ambiental com os (as) professores (as), a coordenadora 1, disse que “Como essa pergunta tem uma relação direta com a pergunta anterior, hoje essa discussão sobre metodologia, sobre técnicas, sobre relações interdisciplinares hoje ela não é desenvolvida. Pode dizer aí que não é, porque não é.”, logo a coordenadora 2 respondeu que:

*Aqui, nenhuma. Até porque colegiado de curso quando faz reunião de planejamento, faz reunião de planejamento por área, então normalmente a gente trabalha com a proposta interdisciplinar de planejamento e o coordenador de colegiado ele é mais um professor que vai se reunir com seus grupos na sua área para trabalhar.*  
[Coordenadora 2]

Desta forma, nenhum dos cursos, independente se possui a disciplina obrigatória Educação Ambiental ou não, não utiliza metodologias para incentivar e motivar a prática de projetos ou atividades referentes. No entanto, é importante destacar que a utilização de metodologias permite a construção de conceitos fundamentais através de ações que levem a pensar em impactos locais e globais os quais podem ser adaptados e ampliados pelo educador para diversas situações. A temática ambiental pode ser abordada de diferentes formas em sala de aula, o (a) professor (a) pode utilizar metodologias para promover a conscientização ambiental e a participação de todos os (as) estudantes. Para que, esses(as) estudantes quando estiverem no papel de profissional, possam desenvolver práticas de forma que consigam conciliar teoria e prática. Em relação a essa discussão sobre metodologia relacionada a Educação Ambiental Manzano discute que:

Qualquer ação que almeje se enquadrar como Educação Ambiental deve ter como alicerce os elementos [acima apresentados], tais como a consciência dos problemas ambientais decorrentes do atual modelo de desenvolvimento, a inter-relação entre ética, política, economia, ciência, tecnologia, cultura e sociedade, a construção da cidadania e da democracia, permitindo que os atores sociais envolvidos participem efetivamente da construção de tais ações,

considerando sua história e suas concepções. (MANZANO, 2003, p.18)

Ao perguntar se existe articulação entre o curso de Pedagogia e a educação básica referente às questões ambientais as respostas das coordenadoras foram:

*Muito pouco. Como eu falei para você, depende do professor que ocupe essa disciplina e porque então as ações relacionadas com a Educação Ambiental ficam restritas as ações do professor nesta disciplina. Nós temos uma grande articulação hoje com a educação básica no que diz respeito a questão da formação docente do aprendizado mas não envolve questões relacionadas com a Educação Ambiental. [Coordenadora 1]*

*Sempre tem, porque não tem como a gente desenvolver nenhuma discussão de formação aqui sem atrelar a Educação Básica. Todos os nossos componentes curriculares do quinto semestre em diante obrigatoriamente eles têm como foco de atuação a Educação Básica, em vários níveis, em várias modalidades. Então sempre está com a Educação Básica, fora isso, em torno mais ou menos de 60%, 70% dos nossos projetos de extensão o objetivo de atuação é Educação Básica. E os componentes que estão na primeira metade do curso e que tem carga horária prática sempre são na Educação básica, então de qualquer maneira mesmo que se quisesse fugir tem que está atrelada a Educação Básica, tanto na perspectiva teórica como prática. [Coordenadora 2]*

As entrevistas demonstraram que, em parte, essa realidade é determinada pelo processo individualizado, restrita a ações de apenas um (a) professor (a), de uma disciplina participa do processo. Dessa maneira, o estudo do meio ambiente e o interesse pela Educação Ambiental tornam-se restrita apenas a uma parte do corpo docente, muitas vezes por ter formação em Biologia ou Geografia, ou por ter realizado formação em nível de pós-graduação na área específica, ou seja, são docentes que tem motivação para abordar essa temática por causa das suas experiências pessoais e não por incentivo da instituição, restringindo esse tema a disciplina específica sem nenhuma articulação com as outras e sem ações voltadas para a educação básica.

Perguntaram-se às coordenadoras se o curso busca parcerias com instituições locais para desenvolver ações voltadas para a temática ambiental, logo a coordenadora 1 respondeu que “Já buscou há muitos anos, hoje não.”, já a coordenadora 2 ao ser questionada se há essa parceria com instituições locais disse que:

*Se você pensar o curso como iniciativa de colegiado, não. O curso pode buscar se for uma demanda encaminhada para o colegiado dos professores que trabalham com isso na área porque como colegiado é impossível fazer isso em qualquer temática.*

Ou seja, é necessário que haja incentivo institucional para que ocorram ações para o estudo da Educação Ambiental, pois, dessa forma vai haver estímulos para que sua abordagem ocorra de forma integrada e permanente ao longo dos cursos, contribuindo para o processo educativo desses futuros profissionais da educação. Dessa forma, pode-se compreender que esse tema quando trabalhado no momento da formação do professor, de modo que desperte o interesse dos (as) discentes, dificilmente os mesmos não irão colocar em prática quando se tornarem profissionais.

Ao serem questionadas se o curso fomenta discussões que contemplem as problemáticas ambientais locais obtiveram-se as seguintes respostas:

*Indiretamente nós temos algumas ações, como eu falei para você, que acabam resvalando nisso, no caso por exemplo, a gente teve uma atividade, um seminário que a gente promoveu sobre inclusão, Inclusão Social que em algum momento, alguém que foi convidado para falar a respeito de saúde e medicalização falou sobre dessa questão. Mas não é uma coisa pensada, gestada nesse sentido, não é. [Coordenadora 1]*

*Fomenta discussões em torno de todos os temas transversais e todos os tópicos contemporâneos de formação, mas aí mais uma vez eu vou colocar, o curso ele se resume hoje, esse semestre 2015.2 em 93 professores. Então, para que o curso fomente essa discussão isso teria que ser iniciativa de algum professor específico da área. [Coordenadora 2]*

Fazendo análise das respostas e relacionando com autores que discutem o tema percebe-se que há lacunas referentes a essa temática, sendo possível notar que as coordenadoras tem a consciência da necessidade de avanços em termos de proposta pedagógica e de ação institucional.

Foi feito o questionamento às entrevistadas se a configuração multicampi da UNEB representa um ponto de entrave ou de potencialidades para a realização das atividades relacionadas a Educação Ambiental e a coordenadora 1 respondeu:

*Eu acho que são os dois, a multicampia ela é uma potencia no que diz respeito a possibilidade de você ter entrelaçado realidades, ecossistemas, práticas, maneiras, manejos de um estado imenso como é o estado da Bahia, isso é potente. [...] Você não tem graficamente nenhuma relação entre campi, e isso é uma coisa muito interessante, porque isso tem desdobramento para mim que são entraves, então para mim onde vejo a potencia eu também vejo o entrave, então você tem uma articulação que ela é o tempo todo mediada pela sede e uma mediação que não dá conta dessa potencia, dessa possibilidade de você ter essa discussão, por exemplo como base estruturante da própria proposta da universidade. [Coordenadora 1]*

*Eu nem sei viu, a gente nunca, assim enquanto coordenadora de colegiado, nunca parei para pensar nisso. Agora, algumas configurações favorecem, por exemplo, a gente trabalha com alguns professores colaboradores que vem de outros campi, então as nossas atividades de campo elas sempre tem suporte do lugar onde tem o campus da UNEB instalado, tanto para a Educação Ambiental, como para qualquer outra. Nessa perspectiva ajuda, mas eu ainda acho que o campus I é muito isolado nele mesmo, no que se refere do entendimento dessa dimensão da multicampia para a formação e a atual conjuntura, digo assim, atual nos últimos seis anos do Estado, das Universidades Estaduais não favorecem a isso. Aí a gente tem que pensar outras questões políticas, econômicas, estrutural, tanto interna como externa. [Coordenadora 2]*

É possível entender pelas respostas que o sistema da multicampia, muitas das vezes em questões que poderiam ser potencia torna-se um entrave, como no exemplo trazido pelas coordenadoras, que se fosse aproveitada toda a diversidade das cidades da Bahia, distribuídas nas mais diversas microrregiões, mas o que é notório é que há pouca articulação nas ações que ocorrem na instituição.

Ao perguntar em relação ao currículo unificado, qual a posição de cada entrevistada, a coordenadora 1 respondeu:

*[...] Acho delicadíssimo qualquer tentativa de formatação a partir de uma referência que nunca vai dar conta da diversidade. E aí para mim é o grande desafio você lhe dá com a questão da diferença, da diversidade em uma formação, sempre vai ser um desafio, nesse sentido eu acho que eu não consigo dizer para você assim a minha posição que eu sou contra ou a favor, mas eu tendo muito mais para uma formação onde você tem algo mais específico, mas que cada formação possa dar essa possibilidade dessa diversidade, dessa diferença. [...] Hoje a gente vem discutindo isso e vendo a necessidade urgente de reformulação, a gente está no processo de reconhecimento de 4 em 4 anos que os cursos passam e a gente sabe que tem coisas que passaram mas para isso a gente precisa inclusive se apropriar deste processo, então nós estamos iniciando este trabalho que a gente espera que desemboque numa reformulação curricular e que com certeza a sua pesquisa faz a gente pensar quando você vem e me interpela, você me coloca diante inclusive de questões que pra gente não são questões e que não tenha dúvidas que eu vou está mediando, está levando para o colegiado a necessidade de pensar nisso a partir de um outro lugar que não apenas um apêndice. [Coordenadora 1]*

*Eu acho que para universidade o currículo unificado ele não funciona. Se a gente pensar unificado como modelão, como template, mas pensar um currículo como uma orientação unificada, ele funciona. O nosso estado é muito grande e a multicampia ela não pode ser nivelada por uma base só, senão a gente perde a riqueza de pensar e de estabelecer um vínculo direto com a formação no que se refere aos territórios de identidades que constituem o estado, fora*

*isso, é impossível a gente dar conta de uma demanda de formação contextualizada e atendendo as necessidades de formação dos estudantes se o currículo for unificado como proposta integral, mas ele sendo unificado como uma ideia curricular e dando condição de que ele seja desenvolvido a partir das realidades isso é muito tranquilo. [...] Se os currículos forem elaborados dessa maneira, eu não vejo nenhum problema, facilita inclusive com os processos de mobilidade, transferência e outras questões internas e externas. Mas ele unificado como modelão eu acho que é um problema em qualquer estrutura, não só na UNEB. [Coordenadora 2]*

Analisando as respostas das coordenadoras compreende-se que há uma crítica em relação ao currículo unificado no que diz respeito à diversidade de cada *campi* que precisa ser mantido, motivado e respeitado, como explica a coordenadora 1. Essa coordenadora relata que é urgente a necessidade de reformulação curricular e discorre também sobre a influência dessa pesquisa que serviu inclusive para conscientizar a respeito do assunto, sendo que, dessa forma será levado para a reunião de colegiado a necessidade de discutir a temática.

Referente a essa questão, a coordenadora 2 discute que o currículo unificado perde a riqueza em relação aos territórios de identidades que o estado da Bahia apresenta. Porém, o ponto favorável para o currículo unificado mencionado pela coordenadora 2 é que vai facilitar vários processos como transferência e que concorda com esse currículo unificado, desde que dê condição de acordo com a realidade de cada *campi*.

## 6 CONCLUSÃO

A partir da realização desse estudo pode-se inferir que as medidas para garantia da legislação que institui o dever do Estado para inserção da Educação Ambiental na Educação Superior se concretizem são cada vez mais urgentes e necessárias. Para isso são imprescindíveis Políticas Públicas mais eficazes para a inserção da temática ambiental no currículo das universidades, assim como fiscalização e pesquisas que levem à compreensão dos elementos necessários para atingir a superação da fragilidade observada nessa temática.

Com base na análise dos fluxogramas foi possível identificar que a UNEB possui treze cursos de Pedagogia presenciais, distribuídos em doze departamentos. Para saber a maneira que a temática ambiental é inserida nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia oferecidos pela UNEB foram verificadas as diferentes propostas pedagógicas referentes à Educação Ambiental e notou-se que dois cursos não tem nenhuma disciplina obrigatória relacionada, um curso que possui a disciplina obrigatória ofertada no quarto semestre, intitulada “Educação e Gestão Sócio Ambiental” com carga horária de 60 h e os outros dez cursos que possui a disciplina obrigatória intitulada “Educação Ambiental” com carga horária de 60h no quinto semestre. Ou seja, ao contrário do que institui a PNEA que a temática deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas, na maioria dos cursos trazem a temática como disciplinas obrigatórias nomeadas como “Educação e Gestão Sócio Ambiental” e “Educação Ambiental”, respectivamente.

Através da análise documental dos projetos pedagógicos para verificar se os cursos de Pedagogia da UNEB estão cumprindo a Lei nº 9795/99 da PNEA em relação à dimensão ambiental nos currículos de formação de professores (as) foi possível observar a carência na inserção da temática ambiental, tanto direta quanto indiretamente, no currículo desses cursos, já que a maioria das disciplinas tanto obrigatórias quanto as optativas não abordam conteúdos ambientais. Na maioria dos cursos foi observada também entre as disciplinas obrigatórias, uma que trata das questões ambientais, intitulada “Educação Ambiental” ou “Educação e Gestão Sócio Ambiental”. Além disso, ao analisar as optativas notou-se o componente curricular (conhecido como Seminário Temático) “Educação Ambiental” em todos os cursos, sendo que como optativa podem ser escolhidas ou não para ser cursada, a

depende do (a) estudante. Ou seja, ao realizar análises no ementário desses componentes curriculares, foi observada de maneira tímida a temática inserida em algumas disciplinas do curso.

A partir da realização dessa pesquisa pode-se perceber que os cursos de Pedagogia da UNEB não atendem plenamente às exigências previstas na Política Nacional de Educação Ambiental e Parâmetros Curriculares Nacionais no que diz respeito à inserção da temática ambiental nas disciplinas dos cursos de formação de professores de maneira interdisciplinar, pois, o que percebe é aquela única disciplina e aquele (a) professor (a) que quando disponível trabalha com o tema e isso não ocorre de forma articulada, com frequência e de forma a integrar as outras disciplinas dos cursos.

Nos Projetos Pedagógicos dos cursos analisados apresentam no tópico *Missão da Universidade* que o vínculo entre a UNEB e a sociedade vem crescendo a cada ano de forma expressiva, destacando eixos temáticos dos trabalhos desenvolvidos ações no campo do meio ambiente, que segundo este documento, incentiva discussões e reflexões que complementam a formação profissional e fortalecem a participação da comunidade acadêmica, buscando atender as necessidades e expectativas da sociedade em que está inserida. Entretanto, ao fazer análise dos programas de ensino das disciplinas percebe-se que os currículos dos cursos nem sempre estão relacionados com a temática ambiental.

Paralelo a essa carência nas atividades relacionadas à temática ambiental nos cursos de formação de professores resultam na preparação de profissionais sem experiência para trabalhar de forma adequada com esse tema no ambiente escolar. Sendo assim, são necessárias políticas públicas que estimulem os debates e a reestruturação das licenciaturas com intuito de inserir essa temática de forma mais concreta nos currículos desses cursos.

A formação de educadores determinada em Lei necessita superar a fragmentação e a compartimentalização dos saberes disciplinares, e fortalecer a Educação Ambiental por meio de práticas sustentáveis, para que os (as) docentes possam disseminar essas ações para com os (as) futuros (as) educadores (as). Porém, é importante salientar que a concepção da Educação Ambiental consista em uma perspectiva crítica, contextualizada e transformadora, que seja congregada a ações do cotidiano e promova uma gestão democrática, participativa entre a escola, universidade e comunidade.

Relacionado ao que já foi discutido sobre o currículo dos cursos e baseado nos depoimentos obtidos por meio das entrevistas realizadas com as coordenadoras e análise das ementas das disciplinas foi possível observar que os participantes da pesquisa reconhecem como importante a discussão da Educação Ambiental de maneira transversal e interdisciplinar, e isso é perceptível nos discursos, o que rompe com a reprodução de achar que essa temática está relacionada a conteúdos de disciplinas como ciências naturais e geografia. Além disso, uma das coordenadoras relata sobre a necessidade da reformulação curricular e sobre a influência dessa pesquisa para conscientizar a respeito do assunto, gerando um retorno imediato ao discorrer que a discussão desse estudo seria levada para a reunião de colegiado.

Portanto, mesmo que as coordenadoras entrevistadas de certa forma saibam da importância da discussão da temática ambiental nos cursos de formação de professores e a forma que deve ser trabalhada, de fato, esta vem sendo pouco encontrada no âmbito das discussões dos componentes curriculares, sendo evidenciado assim que a relação entre currículo e os temas transversais ainda encontra-se pouco efetivado nos cursos de Pedagogia da UNEB. Por isso, faz-se necessário essas discussões durante reuniões entre coordenadores (as) e docentes.

Dentre as explicações mencionadas pelas coordenadoras em relação às dificuldades para desenvolver práticas em Educação Ambiental nos cursos estão: conscientização, predisposição de quem pesquisa a temática, disponibilidade dos professores, iniciativa dos pesquisadores da área, falta de compreensão mais ampla do significado de EA e recursos precários.

Durante as entrevistas foram mencionadas de diversas maneiras pelas coordenadoras como um entrave para que não ocorressem essas práticas a falta de um profissional da área que tomassem iniciativa para participar da construção deste currículo e das ações acerca desse tema nas disciplinas. Contudo, essa problemática poderia ser sanada através da implantação de um projeto interdisciplinar para que dessa forma houvesse essa intersecção no curso, na universidade, além da comunidade local.

Sabe-se que um dos elementos de fragilidade da prática da temática ambiental nas escolas é a formação inicial dos (as) professores (as) e ao mesmo tempo fator principal para superação do atual cenário de crise ambiental. Apesar da obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental nas universidades

estabelecidas nos documentos oficiais, sua prática é ainda muito reduzida. A Educação Ambiental precisa ser prioridade para que de fato se consolide como uma política pública que possa atender as demandas de escolas e universidades. O currículo em escolas e universidades continua compartimentado pelas disciplinas e sendo tímidos os avanços na perspectiva interdisciplinar e transversal. E para que haja formação integral dos (as) estudantes e sejam fortalecidas ações sustentáveis nas escolas e universidades, diante da comprovada contribuição da Educação Ambiental para o enriquecimento e dinamização do processo de ensino, garantindo uma aprendizagem voltada para formação do cidadão.

Nesse contexto, é notório que espaços de reflexão e inserção da temática ambiental, quando observados, fortalecem cada vez mais a especialização do saber. Ou seja, a abordagem dessa temática, de acordo com esse estudo, tende a se tornar cada vez mais compartimentalizada, e isso é uma grande problemática, pois, o (a) docente muitas vezes não trabalha com a temática devido ao fato de achar necessária a criação da disciplina específica, entendendo que é indispensável a contratação de um (a) professor (a) para discussão desse tema individualmente, o que gera a efetiva ausência dessa discussão nas disciplinas. Portanto, o currículo investigado necessita criar condições mais objetivas que possibilite orientar na formação desses futuros profissionais, oferecendo da melhor forma possível a compreensão da Educação Ambiental em uma perspectiva crítica.

Vale ressaltar a necessidade que os cursos de Pedagogia da UNEB têm em dedicar atenção especial à temática ambiental, a partir da realidade local em todos os *campi*, mostrando toda relação que existem entre essa temática e os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, éticos, e etc. Levando em consideração que um dos papéis da Universidade é de levar para seus espaços a discussão sobre os problemas ambientais, possibilitando o diálogo de forma ampla e crítica nos seus educandos. Dessa forma, a educação superior deve desenvolver ações voltadas à Educação Ambiental, como tema transversal em cursos e disciplinas, pois a mesma é de extrema importância para a formação docente e de todo cidadão.

Espera-se que esse estudo possa colaborar para a reflexão e o fomento acerca da importância da inserção da temática ambiental não só nos cursos de Pedagogia da UNEB, como em todos os cursos de formação de professores dessa e das demais universidades, pois, para que os (as) futuros (as) docentes trabalhem com esse tema tão importante, é imprescindível que estejam capacitados (as) para

colocar em prática uma Educação Ambiental de maneira crítica e interdisciplinar, buscando sempre gerar uma transformação social e melhoria na qualidade de vida de toda sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. da S.; et al. Educação ambiental e a prática educativa: estudo em uma escola estadual de Divisa Alegre – MG. In: *Revista Metáfora Educacional* (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez./2012. p. 155-173. Disponível em: <[http://www.valdeci.bio.br/pdf/n13\\_2012/almeida\\_et\\_al\\_educacao\\_ambiental\\_n13\\_dez12.pdf](http://www.valdeci.bio.br/pdf/n13_2012/almeida_et_al_educacao_ambiental_n13_dez12.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

AMORIM, C. D.; CARREGOSA, E. A. C.; BRITO, F. A. A.; OLIVEIRA, M. F. S.; A Aquecimento Global: uma visão ética e educacional na ação cidadã. *Revista eletrônica mestrado educação ambiental*. ISSN 1517-1256, v. 27, jul-dez de 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/3238/1925>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ARAUJO, M. I. O.; SOARES, M. J. N. *Educação ambiental: o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas*. Aracaju: Criação A&C, 2010.

BAHIA. Resolução CEE nº 11, de 17 de janeiro de 2017. *Dispõe sobre a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino da Bahia*. Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <[http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CEE\\_N\\_11\\_2017\\_e\\_Parecer\\_CEE\\_N\\_16\\_2017.pdf](http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_11_2017_e_Parecer_CEE_N_16_2017.pdf)>. Acesso em 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. *Programa de educação ambiental do Estado da Bahia*: PEABA/ Secretaria do Meio Ambiente. Salvador: EGBA, 2013. Disponível: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/ProgramaEducacaoAmbiental01.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Cursos de Graduação*. Salvador: UNEB. Disponível em: <<http://www.uneb.br/prograd/graduacao/>>. Acesso em 27 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Folder institucional*. Salvador: UNEB. 2016. Disponível em: <[http://www.uneb.br/files/2016/03/UNEB\\_folder-institucional\\_2016.pdf](http://www.uneb.br/files/2016/03/UNEB_folder-institucional_2016.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Projetos dos cursos de graduação*. Salvador: UNEB. Disponível em: <<http://www.uneb.br/prograd/projetos-dos-cursos-de-graduacao/>>. Acesso em 28 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Estatuto da UNEB*. Decreto nº 13.664, de 07-02-2012 (D.O.E. 08-02-2012). Salvador: UNEB, 2012. Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2009/10/Estatuto-UNEB-2012.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Regimento Geral da UNEB*. Decreto nº 13.664, de 07-02-2012 (D.O.E. 08-02-2012). Salvador: UNEB, 2012. Disponível em:

<<http://www.uneb.br/files/2009/10/REGIMENTO-GERAL-DA-UNEB-2012.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Regimento Interno da UNEB*. Resolução nº 894/2012 (Publicada no D.O.E. de 27-04-2012, p. 30). Salvador: UNEB, 2012. Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2009/10/regimentointernodoconsu.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Relatório técnico do Censo Inep 2013*. Salvador: UNEB, 2013. Disponível em: <[http://www.uneb.br/files/2014/07/relat\\_tec\\_censo\\_2013.pdf](http://www.uneb.br/files/2014/07/relat_tec_censo_2013.pdf)>. Acesso em: 17 fev. de 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Censo INEP docente UNEB, 2013*. Salvador: UNEB, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/2014/07/14/uneb-divulga-resultados-do-censo-docente-uneb2013/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade do Estado da Bahia. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Reformulado*. Salvador: UNEB, 2007. Disponível em: <<http://www.uneb.br/prograd/files/2014/07/Pedagogia-Licenciatura-Salvador-Campus-I.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. Título original: *L'Analyse de Conremt*, Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro.

BATISTA, M. do S. da S., FILGUEIRA, P. V. da S. Possibilidades de Inserção da Educação Ambiental no Ensino Superior. In: *Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?* [livro eletrônico]. Org. Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Thaís Brianezi, Marcos Sorrentino. – São Carlos SP: Diagrama Editorial, 2015.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. Educação Ambiental: Disciplina Versus Tema Transversal. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3891>> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Meio Ambiente*. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Volume 10.3).  
\_\_\_\_\_. Lei n. 9795 – *Política Nacional de Educação Ambiental*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas*. Brasília: Série documentos técnicos nº 12, 2007, 33p. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt12.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 12.056/11 - *Política Estadual de Educação Ambiental*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/PoliticaEducacaoAmbiental.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 6.938 - *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 01 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Diário Oficial da União, Brasília, n. 116, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: MEC/SESU, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em: 03 Jul. 2016.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 2003, vol. 16, n. 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, p.221-236. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1350495029.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

COSTA, R. V.; PEREIRA, S. C. G.; BARROS, S. K. A. *O currículo (re) pensado a partir do fenômeno Meio Ambiente na Escola Renee Menezes em Sinop/MT: Uma proposta mediada pela formação continuada*. 2013.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.  
DORNFELD, C. B. *Educação Ambiental: reflexões e desafios no Ensino Superior*. 2015. UNESP. Disponível em: <<http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/educacao-ambiental-reflexoes-e-desafios-no-ensino-superior---resumo.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2016.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. In: *Globalização, Educação e Movimentos Sociais*, v. 40, 2006.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1930.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª e. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>> Acesso em: 23 set. 2015.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 119-133.

GREENPEACE. *Degradação avança sobre áreas protegidas*. 2014. Disponível: <<http://m.greenpeace.org/brasil/pt/high/Noticias/Degradacao-avanca-sobre-areas-protegidas/>>. Acesso em: 21 Ago. 2015.

GRÜN, M. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. *Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas*. *Educ. rev.* [online]. 2014, n. spe3, pp.109-126.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P.P (org). *Identities da Educação Brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

JESUS, A. R. de. *Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional*. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642\\_840.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2016.

LAYRARGUES, P. P. *Como desenvolver uma consciência ecológica?* 1993. Disponível em: <[http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user\\_35/FICH\\_ES\\_40.pdf](http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_40.pdf)>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 6. ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LOUREIRO, D. G. *Educação ambiental no ensino fundamental: um estudo da prática pedagógica em uma escola municipal de Palmas – TO*. (Dissertação Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília – DF. 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”. In: BRASIL. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. UNESCO, 2007. p. 57-64.

MANZANO, M. A. *A temática ambiental nas séries iniciais do Ensino Fundamental: concepções reveladas no discurso de professoras sobre sua prática*. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <[www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/DetalhaDocumentoAction.do?idDocumento=43](http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/DetalhaDocumentoAction.do?idDocumento=43)>. Acesso em: 03 Jul. 2016.

MARX, K. H & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista (1848)*. Trad. Sueli Cassa. Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, v. 227, 2001. 132p.

MEDINA, N. M. A formação dos professores em Educação Ambiental. In: *Panorama da educação ambiental no ensino fundamental*. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. Disponível em: <[http://graduacao.fael.edu.br/file.php/699/MATERIAL\\_COMPLEMENTAR\\_-AULA\\_7/panorama\\_educacao.pdf](http://graduacao.fael.edu.br/file.php/699/MATERIAL_COMPLEMENTAR_-AULA_7/panorama_educacao.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2014.

MEDINA, N. M. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: *Educação Ambiental caminhos trilhados no Brasil*, org. Padua, Suzana M.; Tabanez Marlene F. Brasília: Instituto e Pesquisas Ecológicas, 1997; p. 265-267.

MELLER, C. B. *Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar*. Espaços da Escola, Ijuí, v. 4, n. 26, p. 39-49, 1997.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MORIN, E. *Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Trad. Catarina

Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUTIM, A. L. B. Educação Ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. In: *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v.16, n.28, p. 113-119, jul/dez., 2007.

\_\_\_\_\_. Uma práxis transdisciplinar em educação ambiental. Cadernos do CEDES (UNICAMP), São Paulo, v. n.º 29, 1993.

NASCIMENTO, A. M. Currículo e práticas na educação infantil. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*. Brasília, n. 43, p. 14-17, ago. 2007.

NUNES, R. Educação ambiental no ensino universitário: condição de sustentabilidade. *PensarCom – Revista Científica do Curso de Comunicação Social da FIC, Fortaleza – CE, ano II, n. 2. 2005*. Disponível em: <<http://www.fic.br/v4/revista/pensarcom/02/textos/Rosane%20Nunes.doc>> Acesso em: 21 Jun. 2016.

OLIVEIRA, M. E. de, *A Temática Ambiental no Ensino Médio*. Disponível em: <[http://www.educacao.ufpr.br/publ/icoes/sedpeef/resumos\\_comunicacao\\_%20oral\\_%20em\\_%20pdf/mariaeunice.pdf](http://www.educacao.ufpr.br/publ/icoes/sedpeef/resumos_comunicacao_%20oral_%20em_%20pdf/mariaeunice.pdf)>. 2009. Acesso em: 25 out. 2014.

PACHECO, J. A. *Currículo: teoria e práxis*. Porto: Porto Editora, 1996.

PEDRINI, A. G.; CAVASSAN, O.; CARVALHO, V. Metodologia da Educação Ambiental em espaços formais nas instituições de ensino superior. In: PEDRINI, A. G.; SAITO, C. H. (orgs.). *Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2014.

PENTEADO, H. D. *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2000. 120 p.

PEREZ, Z. M. L. *Educação Ambiental, Saneamento Ambiental e Promoção de Saúde*. 2002. Disponível em: <[http://www.asec.com.br/000111201asec/ArquivoAMR/EncontroTecnico/docs/Doc\\_Encontro03\\_ZuleicaMariaLisboaPerez.pdf](http://www.asec.com.br/000111201asec/ArquivoAMR/EncontroTecnico/docs/Doc_Encontro03_ZuleicaMariaLisboaPerez.pdf)>. 2002. Acesso em: 03 nov. 2015.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

REIS, V. R.; SOUZA, G. S.; DIAS, V. B. Educação Ambiental no Ensino Formal: Atuação do (a) Professor (a) nas Escolas Municipais de Cruz das Almas – BA. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, vol. 11, n. 1 – p. 52-65, 2016. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/pea/article/viewFile/128720/125456>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ROMANOWSKI, J. P., ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em:  
<<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ROSA, M. Natureza e escola: percepções infantis e currículo: notas sobre a Educação Ambiental na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, A. M. M. TIRIBA, L. *Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos*. (orgs.), – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014. – Coleção educação em direitos humanos).

ROSALEM, B. M.; BAROLLI, E. Ambientalização curricular na formação inicial de professores: o curso de pedagogia da Fe-unicamp. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 5, n. 1, p. 26-36, 2010.

SACRISTÁN, J. G. (Org.) *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013. 542 p.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo uma reflexão sobre a prática*. Tradução Ernani F. da Rosa. 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. *Poderes instáveis em educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, E. S. Educação e Sustentabilidade. *Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002.

SANTOS, R. S. S dos. *A Formação de Professores em Educação Ambiental: processo de transição para a sustentabilidade*. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Junqueira&Marin Editores Livro 2 p. 750-760.

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2002.

SCHAFF, A. *A sociedade informática: As conseqüências sociais da Revolução Industrial*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Brasiliense, 1995.

SILVA, T. T. da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, C. S. B. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: *Métodos de pesquisa / [org.] GERHARDTE, T. E.; SILVEIRA D. T.; Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.*

SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 21, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, R. T. *Ética com fundamento: uma introdução à ética contemporânea*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

TEIXEIRA, C.; SILVA, A. L. F. da.; ALVES, J. M. Interdisciplinaridade e transversalidade na educação ambiental: uma análise da REMEA (2010-2012). *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, ISSN 1678-0701 v. 48, Ano XIII, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=1801&class=02>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDROSO, M. L. *Vivências integradas com o meio ambiente*. São Paulo: Sá Editora, 2002, 96p.

THOMAZ, C. E. *Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC-Campinas, 2006, 107 p.

THOMAZ, C. E.; CAMARGO, D. M. P. de. Educação ambiental no Ensino Superior: Múltiplos Olhares. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 18, p. 313-318, jan./jun. 2007.

TORALES, M. A. A inserção da Educação Ambiental nos Currículos Escolares e o Papel dos Professores: da ação escolar a ação educativo comunitária como compromisso político-ideológico. *Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. especial, março de 2013. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/3437/2064>>. Acesso em 20 dez. 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. *Ciência & Educação*, v. 8, n. 1, p.83-96, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n1/07.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C.; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial, UFPR, n. 3, 2014, p. 145-162.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDI, M.; PEREIRA, G. R. Educação Ambiental na Formação de Educadores – O Caso da Universidade Regional de Blumenau – FURB. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 17, p. 375-391, jul./dez. 2006.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO: COORDENADORES



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup> 466/12 DO  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: \_\_\_\_\_  
 Documento de Identidade n<sup>o</sup>: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_/(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** Educação Ambiental na Formação Docente: Análise das Propostas Curriculares dos Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
2. **PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:** Vanessa Ribeiro dos Reis.  
**Cargo/Função:** Estudante de Mestrado.

#### III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “Educação Ambiental na Formação Docente: Análise das Propostas Curriculares dos Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)”, de responsabilidade do pesquisador Avelar Luiz Bastos Mutim, docente da Universidade do Estado da Bahia. A pesquisa tem como objetivo, investigar o tema Educação Ambiental no currículo dos cursos de Pedagogia que são ofertados nos diversos *campi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios para o curso de Pedagogia e para a Universidade, assim como para a educação e sociedade em geral. Caso aceite, o Senhor (a) será entrevistado (a) pela discente Vanessa Ribeiro dos Reis do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). Devido a coleta de informações o senhor poderá sentir um desconforto ou até um constrangimento para responder os questionamentos, mas poderá não responder ou até mesmo parar a entrevista quando achar necessário, e isso irá minimizar os riscos previstos. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr (a) não será identificado. Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o (a) Sr (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a)

senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### **V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Vanessa Ribeiro dos Reis.

**Endereço:** Rua Tenente Valmir Alcântara, Bl. 253B, Ap. 202, Cabula, Salvador, CEP: 41150-520,

**Telefone:** (75) 992720419, **E-mail:** vanessareis19@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

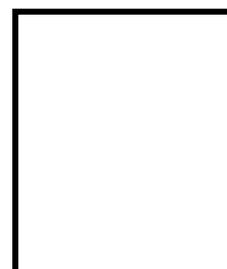
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, Bl. A 1º Subsolo, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília- DF

#### **V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador (a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Educação Ambiental na Formação Docente: Análise das Propostas Curriculares dos Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa



\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS  
COORDENADORES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE –**  
**PPGEduC**

**ENTREVISTA DIRECIONADA AOS (ÀS) COORDENADORES (AS) DOS CURSOS  
DE PEDAGOGIA, RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NESSES CURSOS DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES (AS)**

Prezado (a) coordenador (a),

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa realizada no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) do Departamento de Educação (*Campus I*) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, intitulado como “Educação Ambiental na Formação Docente: Análise das Propostas Curriculares dos Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)”, sob a orientação do Professor Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim da UNEB.

Por esta razão, solicito sua contribuição para responder às perguntas sendo suas informações extremamente importantes e serão utilizadas única e exclusivamente para a pesquisa. Em nenhum momento você será identificado em suas respostas. Colocamo-nos à disposição para eventuais sugestões e esclarecimentos.

Agradecemos pela sua colaboração,  
Mestranda Vanessa Ribeiro dos Reis  
Professor orientador Avelar Luiz Bastos Mutim.

**I – DADOS SOBRE O (A) COORDENADOR (A)**

Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino

Tempo de Magistério nesta instituição: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação como coordenador (a): \_\_\_\_\_

Formação: ( ) Graduação; ( ) Especialização; ( ) Mestrado; ( ) Doutorado;

( ) Outra: \_\_\_\_\_

## II – QUESTIONAMENTOS

- 1) Qual concepção de Educação Ambiental permeia o curso de Pedagogia da UNEB?
- 2) A temática Educação Ambiental é inserida no curso de Pedagogia? De que maneira?
- 3) Qual o instrumento que norteia a discussão do tema Educação Ambiental no curso de Pedagogia desse *campus*?
- 4) O curso promove ações periódicas direcionadas para temática da Educação Ambiental (projetos, cursos, seminários, etc.)? Se sim, quais? E quantos (as) professores (as) estão envolvidos? De quais disciplinas?
- 5) Quais as principais dificuldades (se tiver), para desenvolver práticas de Educação Ambiental na universidade?
- 6) Os (As) professores (as) são incentivados e motivados a desenvolverem projetos ou atividades ambientais?
- 7) Qual(is) metodologia(s) utiliza para discutir o tema com os (as) professores (as)?
- 8) Existe articulação entre o curso de Pedagogia e a educação básica, no que se refere às questões ambientais?
- 9) O curso busca parceria com instituições locais para desenvolver ações voltadas para a temática ambiental? Se sim, quais?
- 10) Caso haja ações específicas da temática ambiental promovidas pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, estas se estendem a outros cursos do *campus*?
- 11) O curso fomenta discussões que contemplem as problemáticas ambientais locais?
- 12) No âmbito da Educação Ambiental, as discussões propostas pelas disciplinas dos cursos oferecem subsídios para a atuação profissional licenciado em Pedagogia?
- 13) A configuração *multicampi* da UNEB representa um ponto de entrave ou de potencialidades para a realização das atividades em Educação Ambiental?
- 14) Em relação ao currículo unificado, como o (a) senhor (a) se posiciona?
- 15) Dentro da discussão apresentada o (a) senhor (a) considera que alguma questão relevante deixou de ser considerada. Se sim, quais?

**Agradeço a sua colaboração!**

## ANEXOS

### ANEXO A – COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS CURRICULARES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

**Pesquisador:** VANESSA RIBEIRO DOS REIS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 56201916.0.0000.0057

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.621.639

##### Apresentação do Projeto:

O protocolo de pesquisa é para uma tese de Doutorado, vinculado ao Curso de Pós- Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Campus I – Salvador.

O estudo é de caráter qualitativo para verificar se os conteúdos ministrados no Curso de Pedagogia da UNEB contemplam a Educação Ambiental. Utilizará como instrumentos de coleta de dados a avaliação do Projeto Político Pedagógico e documentos disponíveis na internet, assim como entrevista semiestrutura com três coordenadores dos cursos.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar o tema Educação Ambiental no currículo dos cursos de Pedagogia, que são ofertados nos diversos campi da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Objetivo Secundário:

-Verificar quantos cursos de Pedagogia existem na UNEB, identificando as diferentes propostas pedagógicas;

- Investigar de que maneira a temática ambiental está sendo inserida nas matrizes curriculares dos

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

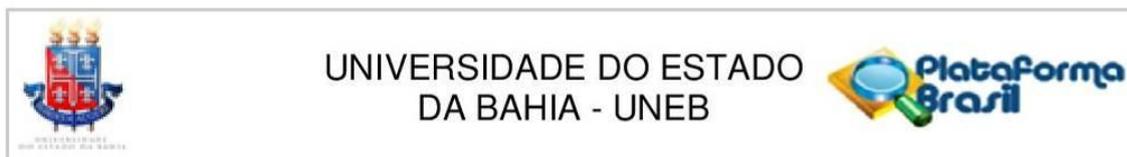
**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2445

**Fax:** (71)3117-2415

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 1.621.639

curso de Pedagogia oferecidos pela UNEB;

- Analisar nos projetos pedagógicos se os cursos de Pedagogia da UNEB estão cumprindo a lei nº 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, que prevê no artigo 11 que "a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas";
- Elaborar um relatório técnico contendo os principais resultados da pesquisa para ser encaminhado para a reitoria da UNEB.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Tendo como parâmetro o registrado no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil, a pesquisadora reconheceu o risco dentro da eticidade.

Benefícios:

A pesquisadora descreve, mais não especifica como será aplicado. Se por meio de um documento de referencia contendo orientações sobre a inserção do conteúdo no currículo do curso ou ministrará palestras ou atividades similares. É preciso especificar no TCLE e cumpre as orientações da eticidade e Resolução CNS 466/12.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é importante para o desenvolvimento dos Cursos de Pedagogia da UNEB, esta referenciada e fornece detalhes que ajudam para avaliação ética.

Instrumento de coleta de dados: Em consonância com a proposta da pesquisa.

O orçamento: Foi informado com valor incompatível com a proposta, como pode gastar somente o registrado?

O cronograma: Encontra-se registrado e os prazos condizem com a proposta, com início em da pesquisa em abril/2016 e final em março/2017.

<b>Endereço:</b> Rua Silveira Martins, 2555	<b>CEP:</b> 41.195-001
<b>Bairro:</b> Cabula	<b>Município:</b> SALVADOR
<b>UF:</b> BA	<b>Telefone:</b> (71)3117-2445
<b>Fax:</b> (71)3117-2415	<b>E-mail:</b> cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.621.639

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da normativa, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade;
- 4 – A autorização das instituições coparticipantes: Em conformidade;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – Modelo do TCLE: Em conformidade;
- 7 – Termo de concessão: Dispensado devido as informações já estarem publicadas;
- 8 – Termo de Compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado devido as informações já estarem publicadas.

**Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a avaliação ética com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2445

**Fax:** (71)3117-2415

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.621.639

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_474898.pdf	17/05/2016 15:08:45		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia.PDF	17/05/2016 15:08:06	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Outros	DeclaracaoDeConcordancia.PDF	05/05/2016 10:18:39	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Outros	TermoDeConfidencialidade.PDF	05/05/2016 10:17:08	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAutorizacaoInstitucionalProponente.PDF	04/05/2016 18:11:05	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.PDF	04/05/2016 18:08:51	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoPesquisador.PDF	04/05/2016 18:07:55	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_PB.pdf	03/05/2016 15:21:08	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ENTREVISTA_Coordenadores_UNEB.pdf	03/05/2016 15:17:15	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/04/2016 10:44:33	VANESSA RIBEIRO DOS REIS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 05 de Julho de 2016

---

**Assinado por:**  
**Aderval Nascimento Brito**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2445

**Fax:** (71)3117-2415

**E-mail:** cepuneb@uneb.br

ANEXO B – FLUXOGRAMAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNEB - CAMPUS I: SALVADOR E LAURO DE FREITAS



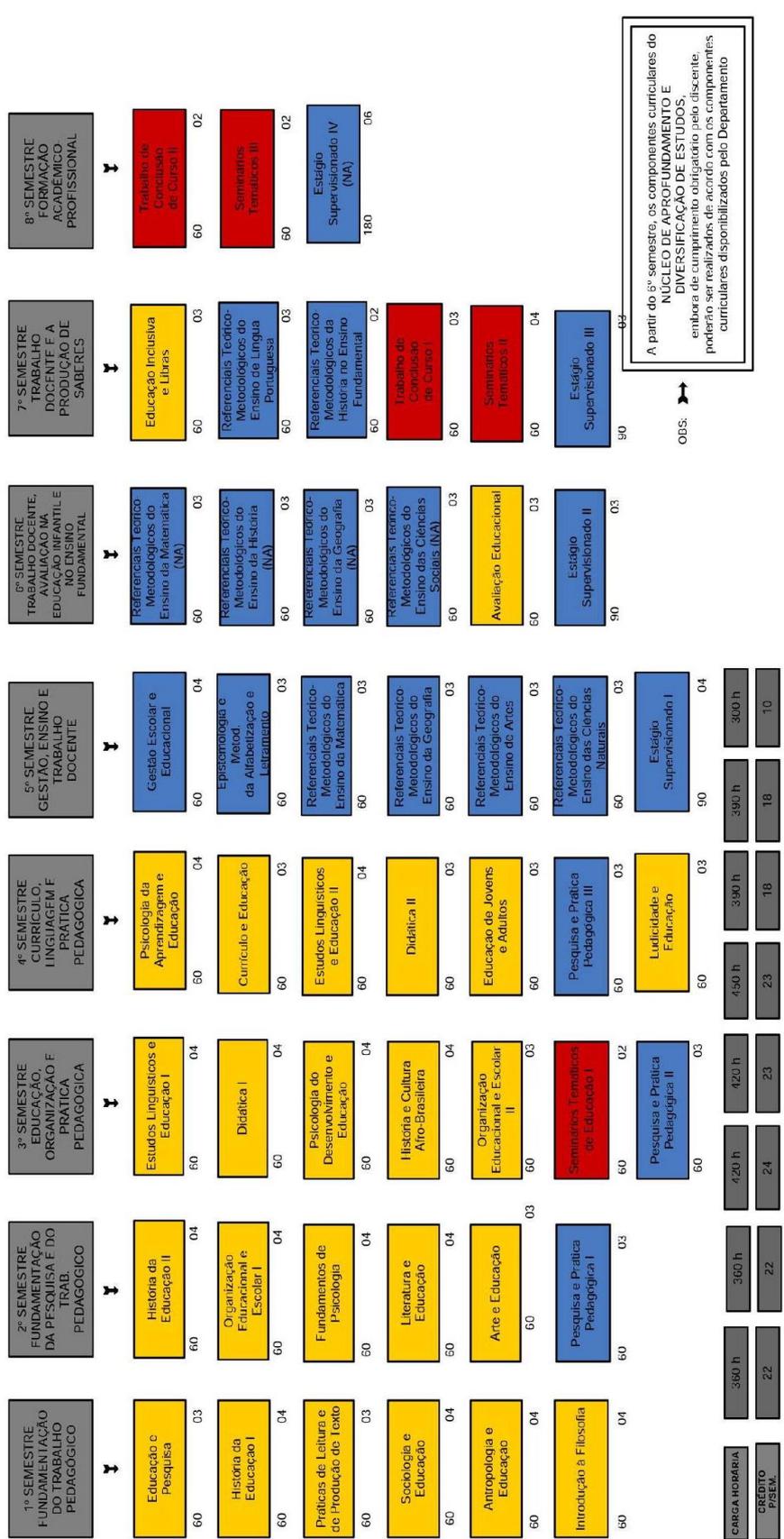
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
 Departamento de Educação  
 Colegiado de Pedagogia  
 Campus I - Salvador



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
 CAMPUS I - SALVADOR/BA  
 LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
 NÚCLEOS DE APROFUNDAMENTO (NA): EDUCAÇÃO INFANTIL,  
 ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO DE  
 JOVENS E ADULTOS E GESTÃO ESCOLAR EDUCACIONAL

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			
NUCLEO	NEB	NEI	ACC
CARGA HORÁRIA	1.440 h	300 h	120 h
CREDITAÇÃO	86	13	32/10 h
TOTAL			160

DURAÇÃO EM SEMESTRE	TURNOS DE FUNCIONAMENTO
MÍNIMO DE: 08 MÁXIMO DE: 14	MATUTINO VESPERTINO NOTURNO



A partir do 8º semestre, os componentes curriculares do NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS, embora de cumprimento obrigatório pelo discente, poderão ser realizados de acordo com os componentes curriculares disponibilizados pelo Departamento

OBS:

LEGENDA

- NEB: Núcleo de Estudos Básicos
- NADE: Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos
- NEI: Núcleo de Estudos Integradores
- ACC: Atividade Acadêmica Científico-Cultural

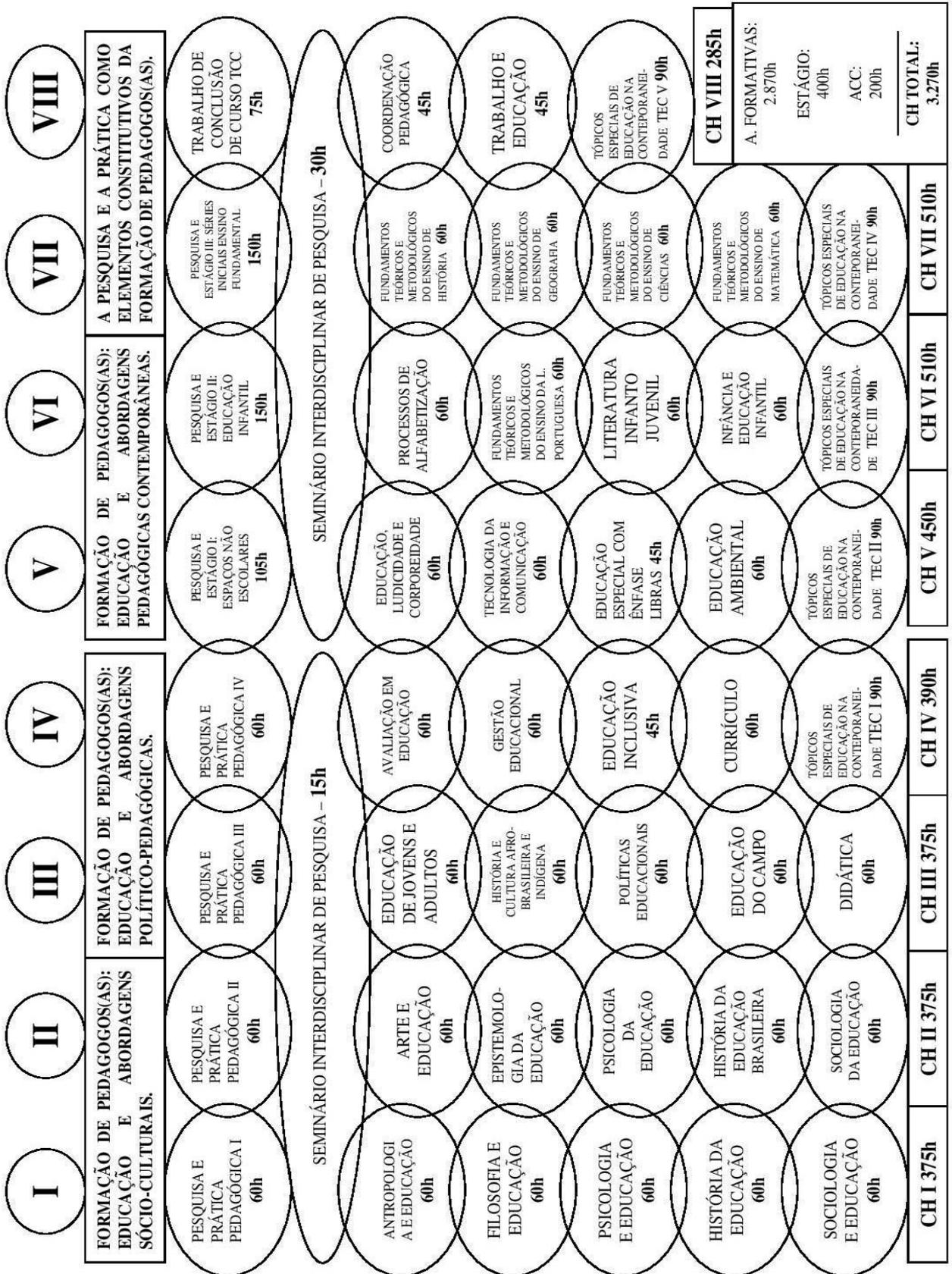
## - CAMPUS III: JUAZEIRO

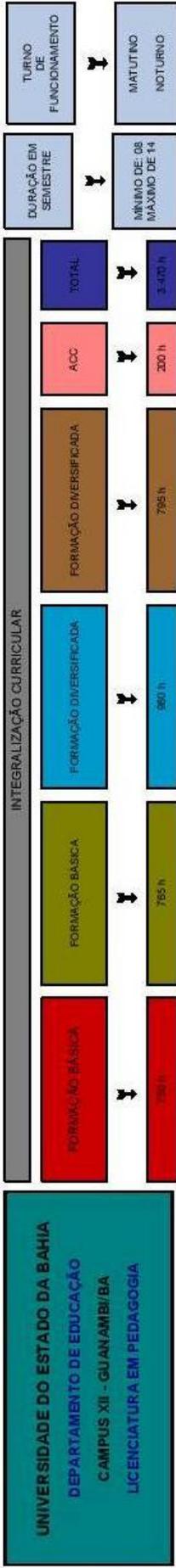
1

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		FLUXOGRAMA		INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR								CH COM.	CH
				CURSO		CARGA HORÁRIA		TEMPO		MINIMO			
PEDAGOGIA DOCÊNCIA E GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS				3.200		4 ANOS		7 ANOS		COMPONENTES		CARGA HORÁRIA TOTAL	
SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO I C/H - 60	SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO II C/H - 60	EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO C/H - 60	CURRÍCULO C/H - 60	ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA C/H - 60	ARTE E EDUCAÇÃO C/H - 60	EDUCAÇÃO ESPECIAL C/H - 60	CURRÍCULO EM ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS C/H - 60	TÓPICO DE FORMAÇÃO BÁSICA (DISCIPLINAS)	1.800	30 X 60			
ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO C/H - 60	EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO C/H - 60	EDUCAÇÃO E TEC. DA INF. E DA COM. C/H - 60	DIDÁTICA C/H - 60	ENSINO DA MATEMÁTICA C/H - 60	PROJETOS EDUCACIONAIS C/H - 60	ORG. DO TRABALHO PED. C/H - 60	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO C/H - 60	TÓPICO DE FORMAÇÃO DIVERSIFICADA (DISCIPLINAS)	360	6 X 60			
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO C/H - 60	POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO C/H - 60	GESTÃO EDUCACIONAL C/H - 60	ED. E GESTÃO SOCIO AMBIENTAL C/H - 60	ENSINO DA HISTÓRIA C/H - 60	ALFAB. E LINGÜÍSTICA C/H - 60	EDUCAÇÃO LUDICIDADE E CORPOREIDADE C/H - 60	TCC C/H - 90	PPP	300	4 X 75			
PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO C/H - 60	PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO I C/H - 60	EDUCAÇÃO DO CAMPO C/H - 60	EDUCAÇÃO DE ADULTOS C/H - 60	ENSINO DA GEOGRAFIA C/H - 60	ALFAB. MATEMÁTICA C/H - 60	LIT. INFANTO JUVENIL C/H - 60	ESTÁGIO IV C/H - 105	ESTÁGIO	405	1 X 90 3 X 105			
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA C/H - 60	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA C/H - 60	PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO II C/H - 60	FUND. DA EDUCAÇÃO INFANTIL C/H - 60	ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS C/H - 60	ED. E CULTURA AFRO-BRASILEIRA C/H - 60	TCC C/H - 45		TCC	135	1 X 45 1 X 90			
PESQUISA E PRÁTICA PEDAG. I C/H - 75	PESQUISA E PRÁTICA PEDAG. II C/H - 75	PESQUISA E PRÁTICA PEDAG. III C/H - 75	PESQUISA E PRÁTICA PEDAG. IV C/H - 75	ESTÁGIO I C/H - 90	ESTÁGIO II C/H - 105	ESTÁGIO III C/H - 105		AACC	200	1 X 200			
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º						
375	375	375	375	390	405	390	315						

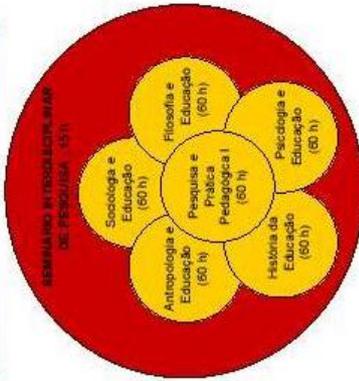
– CAMPUS: PAULO AFONSO, BARREIRAS, TEIXEIRAS DE FREITAS, SERRINHA, VALENÇA, IRECÊ, GUANAMBI, BOM JESUS DA LAPA, SENHOR DO BONFIM, ITABERABA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
 CAMPUS: VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII



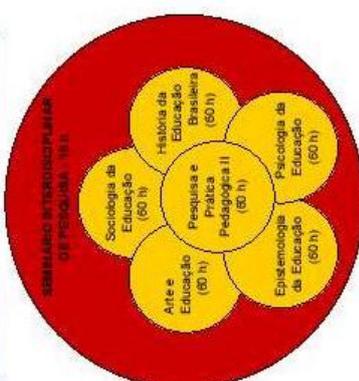


**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS PSICO-PEDAGÓGICAS**



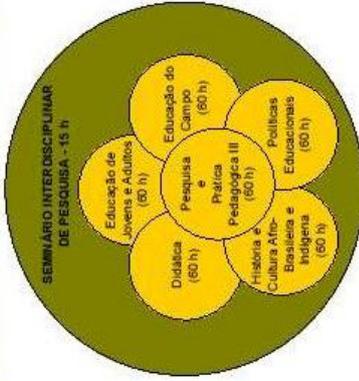
**1º PERÍODO: 320 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS SOCIO-CULTURAIS**



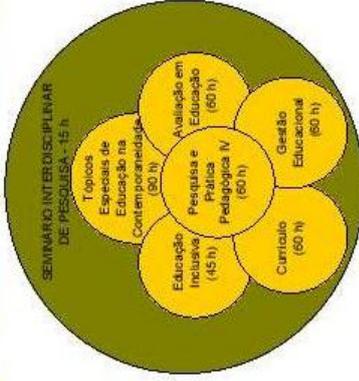
**2º PERÍODO: 330 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS**



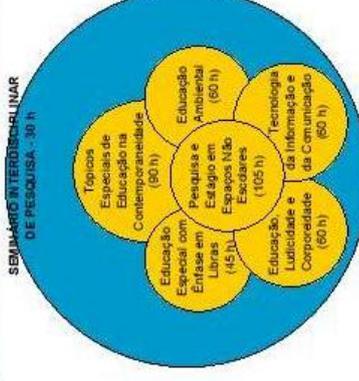
**3º PERÍODO: 375 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS**



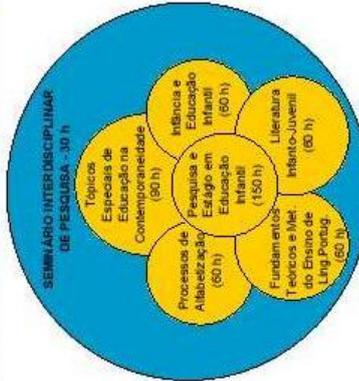
**4º PERÍODO: 380 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS**



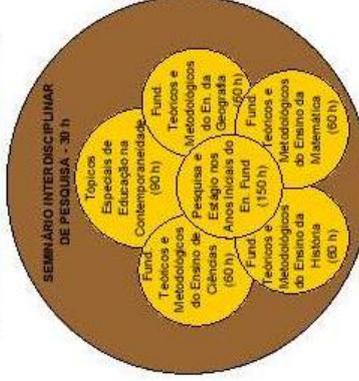
**5º PERÍODO: 510 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS**



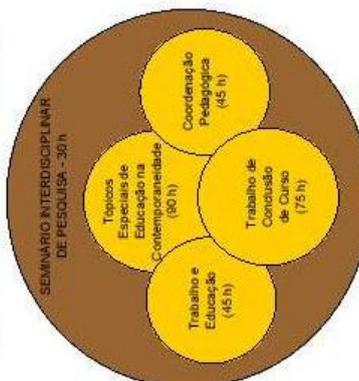
**6º PERÍODO: 510 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS**



**7º PERÍODO: 510 h**

**EIXO TEMÁTICO ARTICULADOR**  
**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**  
**EDUCAÇÃO E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS**



**8º PERÍODO: 295 h**



## Estrutura curricular

17/06/2010

A estrutura curricular do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia é resultante de um amplo processo de discussões, debates com a comunidade acadêmica na tentativa de se obter uma organização política pedagógica para o curso de Pedagogia que atendesse a dimensão legal e as temáticas que pudessem dar conta da formação do pedagogo e pedagoga contemporâneos, assegurando também o espaço para se respeitar as especificidades regionais. Foi assim que foi criada e organizada uma proposta coletiva para ser executada na ampla maioria dos Campi que oferecem o curso de Pedagogia na UNEB.

### NÚCLEOS DE FORMAÇÃO

#### 1. FORMAÇÃO BÁSICA: SABERES ESSENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)

##### 1º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Sócio-Culturais.

Seminário interdisciplinar de pesquisa (15 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PPP (Pesquisa e Prática Pedagógica) em todos os 4(quatro) primeiros semestres

Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP I (60h)

Filosofia e Educação (60h)

Sociologia e Educação (60h)

História da Educação (60h)

Antropologia e Educação (60h)

Psicologia e Educação (60h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 375h

##### 2º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Sócio-Culturais.

Seminário interdisciplinar de pesquisa (15 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PPP

Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP II (60)

Epistemologia da Educação (60h)

Sociologia da Educação (60h)

História da Educação Brasileira (60h)

Arte e Educação (60h)

Psicologia da Educação (60h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 375h

##### 3º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Político-Pedagógicas.

Seminário interdisciplinar de pesquisa (15 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PPP em todos os 4(quatro) primeiros semestres

Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP III (60h)

Políticas Educacionais (60h)

Didática (60h)

Educação de Jovens e Adultos (60h)

Educação do Campo (60h)

História e cultura Afro brasileira e Indígena (60)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 375h

##### 4º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Político-Pedagógicas.

Seminário interdisciplinar de pesquisa (15 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PPP em todos os 4(quatro) primeiros semestres

Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP IV (60h)

Avaliação em Educação (60h)

Gestão Educacional (60h)

Curriculo (60h)

Educação Inclusiva (45h)

Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC (90h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 390h

#### 2. FORMAÇÃO DIVERSIFICADA: SABERES “COMPLEMENTARES” PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)

##### 5º Período – Formação de Pedagogos(as): Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas.

Seminário interdisciplinar de pesquisa (30 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PE (Pesquisa e Estágio) em todos os semestres de estágio

Pesquisa e Estágio – PE I – Estágio em Espaços Não Formais (105h)

Educação, ludicidade e corporeidade (60h)

Tecnologia da Informação e da Comunicação (60h)

Educação ambiental (60h)

Educação Especial com Ênfase em Libras (45h)  
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC (90h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 450h

**6º Período – Formação de Pedagogos(as): Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas.**

Seminário interdisciplinar de pesquisa (30 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PE (Pesquisa e Estágio)  
Pesquisa e Estágio – PE II – Estágio em Educação Infantil (150h)  
Infância e Educação Infantil (60)  
Processos de Alfabetização (60h)  
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa (60h)  
Literatura Infância-Juvenil (60h)  
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC (90h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 510h

**7º Período – Formação de Pedagogos(as): A Pesquisa e a Prática como Elementos Constitutivos da Formação de Pedagogos(as).**

Seminário interdisciplinar de pesquisa (30 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de PE (Pesquisa e Estágio)  
Pesquisa e Estágio – PE III – Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (150h)  
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino da Geografia (60h)  
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino da História (60h)  
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino da Matemática (60h)  
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino das Ciências (60h)  
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC (90h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 510h

**8º Período – Formação de Pedagogos(as): A Pesquisa e a Prática como Elementos Constitutivos da Formação de Pedagogos(as).**

Seminário interdisciplinar de pesquisa (30 horas) – carga horária adicionada ao trabalho do professor de TCC  
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (75h)  
Trabalho e Educação (45h)  
Coordenação Pedagógica (45h)  
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC (90h)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 285h

**EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES**

**Núcleo de Formação Básica**

**SABERES ESSENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)**

**1º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Sócio-Culturais.**

**Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP I 75h**

**Ementa:** A pesquisa como processo de construção do conhecimento científico. Práticas de leitura e produção de texto. Formas de sistematização dos procedimentos de registro: esquema, fichamento, resumo, resenha, ensaio, artigo, etc. Normas da ABNT.

**Filosofia e Educação 60h**

**Ementa:** Fundamentação teórica dos conceitos básicos de Filosofia. Distinção entre Ciência e Filosofia. O estudo e a análise da aplicação sistemática das principais correntes filosóficas à área da educação. Contribuições das idéias filosóficas às questões educacionais. Função da filosofia como objeto crítico do conhecimento humano e sua relação com a educação. A dimensão filosófica do ato educativo e concepções atuais da educação.

**Sociologia e Educação 60 h**

**Ementa:** A Sociologia como ciência e a Educação como tema da Sociologia. Compreensão dos paradigmas a partir dos contextos histórico-sociais que as suscitaram: Modernidade, Pós-Modernidade, Teorias Pós-Críticas (Subalternidade e Pós-Colonialidade). O papel da educação nas formações sociais contemporâneas.

**História da Educação 60h**

**Ementa:** História e historiografia da educação nas instituições e práticas educativas. Processos de desenvolvimento das sociedades oriental e ocidental: chinesa, indiana, africana, árabe, americana, greco-romana e européia nas idades antiga, medieval, moderna e contemporânea.

**Antropologia e Educação 60h**

**Ementa:** O estudo da Antropologia entendido como o estudo da cultura, das relações dos grupos humanos (intra e extra-grupos) e da apropriação do espaço pelos homens. A antropologia estabelecendo a relação entre cultura, gênero, desenvolvimento global /regional e educação. Cultura, representação e subjetividade. Educação e dinâmica cultural.

**Psicologia e Educação 60h**

**Ementa:** Conceito e evolução histórica da Psicologia como ciência. Principais correntes da Psicologia e suas relações com a educação. A psicologia e os processos em curso nas sociedades contemporâneas e suas contribuições para a Educação. Compreensão do desenvolvimento humano a partir das diferentes correntes da Psicologia.

**2º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Sócio- Culturais.**

**Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP II 75h**

**Ementa:** A pesquisa em educação nas abordagens qualitativas e quantitativas: elementos conceituais e princípios metodológicos. Tipos de pesquisa. Elaboração e experimentação de instrumentos de pesquisa em espaços escolares e não-escolares. Comunicação dos dados. Normas da ABNT.

**Ementa:** Bases do pensamento epistemológico moderno, seus pressupostos e conseqüências na concepção e organização dos saberes. Estudos das epistemologias críticas. Fundamentos dos saberes pedagógicos, a partir de uma epistemologia tencionada pelas pautas éticas, políticas e estéticas vinculadas à formação do ser – do – homem em educação.

#### **Sociologia da Educação 60h**

**Ementa:** A Sociologia e suas interfaces com a Educação. Contexto social e fenômeno educacional: correlações, tensões e implicações. Análise conjuntural sobre educação, política, ideologia, economia: O papel do Estado como titular do dever. O processo educacional brasileiro nas décadas recentes. A relação existente entre o saber e o poder problematizando a aquisição de capital cultural como elemento de inclusão social.

#### **História da Educação Brasileira 60 h**

**Ementa:** História e historiografia da educação brasileira. Principais educadores (as) que influenciarão o pensamento pedagógico brasileiro. A educação brasileira no período Colonial e Imperial. Instituições e práticas educativas no Brasil do século XIX. As reformas educacionais no Brasil a partir do século XIX, numa dimensão histórico-crítica. A educação escolar no Brasil – suas especificidades regionais – no século XX e na contemporaneidade: avanços, desafios e perspectivas político-pedagógicas.

#### **Arte Educação 60 h**

**Ementa:** Arte como objeto do conhecimento e suas interfaces com os processos educativos. Princípios básicos e funções da arte educação. Diversas linguagens artísticas e situações didáticas para o ensino das artes na educação básica. Orientações curriculares para ensino das artes nas escolas.

#### **Psicologia da Educação 60h**

**Ementa:** Aspectos conceituais de aprendizagem. Condições da aprendizagem (neurológicas, socioculturais e psicoemocionais). O desenvolvimento da aprendizagem segundo diferentes abordagens teóricas e suas implicações para a prática educativa. As dificuldades de aprendizagem.

### **3º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Político-Pedagógicas.**

#### **Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP III 60 h**

**Ementa:** Produção de um projeto de pesquisa em educação na abordagem qualitativa. Organização sistemática e articulada dos elementos do projeto de pesquisa tendo em vista a produção do conhecimento científico. Formas de organização e análise de dados. Normas da ABNT.

#### **Políticas Educacionais 60h**

**Ementa:** Estudo e reflexão dos fundamentos legais da Educação Básica, da Política Educacional e suas implicações nas práticas educativas. O papel do Estado e dos sistemas de ensino nas Políticas educacionais no contexto contemporâneo. Análise dos documentos legais de referência: Constituições Federal e Estadual, LDBEN's, fontes de financiamento, orientações curriculares.

#### **Didática 60 h**

**Ementa:** Analisa a interface escolas/sociedade em seus elementos epistemológicos e políticos. A docência e o desafio da transposição didática na práxis pedagógica. A formação do professor na contemporaneidade: saberes essenciais para a prática educativa. O planejamento de ensino: tipologias e seus elementos constitutivos. O papel das Técnicas de ensino na organização do trabalho docente. A relação professor – aluno: tendências e perspectivas.

#### **História e cultura Afro brasileira e indígena 60 h**

**Ementa:** Discriminação étnico-racial/educação: (re)pensando a identidade étnico-racial do(a) educador(a) e dos(as) educandos(as). Educação anti-racista: contexto escolar e prática docente. Políticas de Ação Afirmativa e Legislação específica. Análise e produção de material didático. Valorização e resgate da história e cultura afro-brasileira e indígena: desconstruindo estereótipos.

#### **Educação do Campo 60 h**

**Ementa:** Educação e escola do campo: História, tendências, concepções teórico-metodológicas. A Educação Rural: políticas públicas e legislação específica. Orientações curriculares para a Educação nas escolas do/no meio rural. Educação Rural e Pedagogia da Terra: desenvolvimento local, integrado e sustentável. Territorialidade, Identidade e Alteridade: fundantes para a construção de relações e saberes do atores sociais camponeses. Formação de Professores para Educação do Campo.

#### **Educação de Jovens e Adultos 60 h**

**Ementa:** Aborda a história da EJA no Brasil: Concepções e práticas. Estudo e reflexão dos fundamentos legais da EJA nas políticas públicas e suas implicações na práxis educativa. Análise dos documentos legais de referência: LDBEN's, fontes de financiamento, resoluções, orientações curriculares. Fundamentos e pressupostos teórico-metodológicos para o trabalho na educação de jovens, adultos e idosos.

### **4º Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Político- Pedagógicas.**

#### **Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP IV 75 h**

**Ementa:** Realização do projeto de pesquisa com estudo em campo voltado para a prática pedagógica em espaços escolares e não-escolares. Análise dos dados e elaboração do artigo científico. Normas da ABNT.

#### **Currículo 60 h**

**Ementa:** A complexidade epistemológica e política das concepções conservadora e crítica de currículo. Questões emergentes no campo do currículo: ideologia, cultura, poder, disciplinaridade e tecnologias da informação e comunicação. A prática curricular na educação básica. Subsídios para elaboração e avaliação do currículo escolar.

#### **Gestão Educacional 60 h**

**Ementa:** Conceitos de gestão educacional e gestão escolar. A gestão educacional e escolar no contexto sócio-histórico e legal. Organismos colegiados e gestão participativa. Princípios e métodos de gestão: cultura organizacional, gestão de pessoas, poder, política e ética na organizações. As dimensões financeira, administrativa e pedagógica da gestão.

#### **Avaliação em Educação 60 h**

**Ementa:** Concepções de avaliação educacional, institucional e da aprendizagem escolar. Bases legais e aspectos pedagógicos: tipologias, princípios, instrumentos e critérios avaliativos. Novos paradigmas e práticas correntes da avaliação nos contextos escolares.

#### **Educação Inclusiva 45 h**

**Ementa:** Educação Inclusiva: conceito, fins, objetivos e princípios básicos. Políticas Públicas voltadas para inclusão e acessibilidade de alunos com NEE – Necessidades Educacionais Especiais. Adaptações curriculares para educação de alunos com NEE.

**Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC 90h**

**Ementa:** Tópicos norteadores na formação de pedagogos organizados em temáticas e enfoques específicos que atendam às demandas reveladas pela comunidade acadêmica, apresentadas em diferentes modalidades organizativas, como: disciplinas, seminários temáticos, seminários interdisciplinares, oficinas pedagógicas, mini-cursos, grupos de estudo e ou de pesquisas, atividades de campo. Definidas pelos colegiados de curso mediante orientações constantes no item 6.2.1.2 do projeto. Núcleo de Formação Diversificada

**SABERES “COMPLEMENTARES” PARA A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS E PEDAGOGAS****5ª Período – Formação de Pedagogos(as): Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas.****Pesquisa e Estágio em Espaços não Formais 135 h**

**Ementa:** Concepções de Estágio. Estudo das diferentes relações no campo de estágio; saberes e competências necessárias à formação diversificada do pedagogo e seu exercício profissional em espaços não – formais. A organização do trabalho pedagógico, em projetos educacionais com crianças, jovens, adultos e idosos em espaços não escolares; processos de investigação e conhecimento da realidade para a elaboração e execução de projeto de estágio em contextos não escolares. Articulação interdisciplinar com o seminário de pesquisa e acompanhamento da produção do TCC.

**Educação Ambiental 60 h**

**Ementa:** Aborda Educação e Meio Ambiente, Ecologias e Movimentos Sociais; Pedagogia e ações socioambientais, ecopedagogia, etnopedagogia e pedagogia da terra. Discute temáticas ambientais emergentes em suas dimensões históricas, sócio-culturais sócioeconômicas, ecológicas, políticas, pedagógicas, éticas, estéticas e legais. Analisa o papel do estado e protagonismo da sociedade civil organizada nos processos de enfrentamento de conflitos ambientais e desenvolvimento sociobiodiversamente responsável. Apresenta subsídios para o trabalho com educação ambiental na educação básica: A escola como lócus de ecoalfabetização e formação para a cidadania terrestre.

**Tecnologia da Informação e da Comunicação 60 h**

**Ementa:** Estudo de diferentes enfoques teóricos e práticos sobre as tecnologias da informação e da comunicação na educação. Estudo dos principais recursos tecnológicos da área da comunicação e da informação, suas características e principais funções e sua utilização no ensino e na aprendizagem no âmbito escolar. Influência das TIC's na vida social, política e econômica da sociedade. Estudo de políticas públicas em Informática Educativa e EAD.

**Educação ludicidade e corporeidade 60 h**

**Ementa:** Discute conceitos de ludicidade e corporeidade. Aborda o lúdico, seus fundamentos, pressupostos e princípios básicos. A função do lúdico no desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor e sensorial do sujeito humano. A ludopedagogia aplicada à educação básica: fundamentos teóricos e metodológicos dos jogos e das brincadeiras como componentes formativos.

**Educação Especial com Ênfase em Libras 45 h**

**Ementa:** Educação Especial: conceito, fins, objetivos e princípios básicos. Políticas Públicas de Educação Especial. Educação de Surdos. Libras: conceito, alfabeto manual, nome e sinal das pessoas, números,. Ensino dos sinais que representam as cores com a expressão facial e corporal. Verbos classificadores, Histórias em Libras. Vocabulário em geral.

**Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC 90h**

**Ementa:** Tópicos norteadores na formação de pedagogos organizados em temáticas e enfoques específicos que atendam às demandas reveladas pela comunidade acadêmica, apresentadas em diferentes modalidades organizativas, como: disciplinas, seminários temáticos, seminários interdisciplinares, oficinas pedagógicas, mini-cursos, grupos de estudo e ou de pesquisas, atividades de campo. Definidas pelos colegiados de curso mediante orientações constantes no item 6.2.1.2 deste projeto.

**6ª Período – Formação de Pedagogos (as): Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas.****Pesquisa e Estágio em Educação Infantil 180 h**

**Ementa:** A organização do trabalho pedagógico na educação infantil; processos de investigação e conhecimento da realidade do campo da educação infantil; Elaboração e execução de projeto de estágio em educação infantil em creches ou turmas de pré-escola. Articulação interdisciplinar com o seminário de pesquisa e acompanhamento da produção do TCC.

**Infância e Educação Infantil 60 h**

**Ementa:** Concepções de infância, de educação infantil e do profissional de educação infantil. Políticas públicas contemporâneas de atendimento a educação infantil no Brasil. Desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e psicomotor da criança.

**Processos de Alfabetização 60 h**

**Ementa:** Dimensões históricas da alfabetização. Estudo das concepções de leitura e escrita à luz da psicogênese e do letramento. Metodologias de alfabetização e letramento. As contribuições do pensamento freireano para processos de alfabetização. A formação do professor alfabetizador.

**Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa 60h**

**Ementa:** Estudo reflexivo e crítico do ensino de Língua Portuguesa na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. O desenvolvimento da linguagem escrita na educação básica. As diversas linguagens como expressão do pensamento na contemporaneidade. Temas emergentes e tendências em Língua Portuguesa. Usos e funções da linguagem oral e escrita, numa perspectiva pragmática e enunciativa. Variações lingüísticas em uma abordagem sociolingüística.

**Literatura Infante – Juvenil 60 h**

**Ementa:** Literatura Infante–Juvenil: conceitos, evolução, principais autores e obras. Estudo crítico da Literatura infante-juvenil nas escolas. Discussões sobre gênero, etnia, religiosidade e sexualidade nas produções literárias. Estudo comparativo de textos científicos e literários, finalidade, linguagem e estilo.

**Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC 90h**

**Ementa:** Tópicos norteadores na formação de pedagogos organizados em temáticas e enfoques específicos que atendam às demandas reveladas pela comunidade acadêmica, apresentadas em diferentes modalidades organizativas, como: disciplinas, seminários temáticos, seminários interdisciplinares, oficinas pedagógicas, mini-cursos, grupos de estudo e ou de pesquisas, atividades de campo. Definidas pelos colegiados de curso mediante orientações constantes no item 6.2.1.2 deste projeto.

**7º Período – A Pesquisa e a Prática como Elementos Constitutivos da Formação de Pedagogos (as).****Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais 180 h**

**Ementa:** A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental; processos de investigação e conhecimento da

realidade. Elaboração e execução de projeto de estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articulação interdisciplinar com o seminário de pesquisa e acompanhamento da produção do TCC.

#### **Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino da Geografia 60h**

**Ementa:** Estudo reflexivo e crítico do ensino da Geografia na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teóricometodológicos voltados para o Ensino da Geografia na Educação Básica. Temas emergentes e tendências da Geografia na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.

#### **Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino da História 60 h**

**Ementa:** Estudo reflexivo e crítico do ensino da História na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teóricometodológicos voltados para o Ensino de História na Educação Básica. Temas emergentes e tendências da História na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.

#### **Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino da Matemática 60 h**

**Ementa:** Estudo reflexivo e crítico do ensino da Matemática na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teóricometodológicos voltados para o Ensino da Matemática na Educação Básica. Temas emergentes e tendências da Matemática na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.

#### **Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino das Ciências 60 h**

**Ementa:** Estudo reflexivo e crítico do ensino das Ciências na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teóricometodológicos voltados para o Ensino das ciências na Educação Básica. Temas emergentes e tendências das ciências na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.

#### **Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC 90h**

**Ementa:** Tópicos norteadores na formação de pedagogos organizados em temáticas e enfoques específicos que atendam às demandas reveladas pela comunidade acadêmica, apresentadas em diferentes modalidades organizativas, como: disciplinas, seminários temáticos, seminários interdisciplinares, oficinas pedagógicas, mini-cursos, grupos de estudo e ou de pesquisas, atividades de campo. Definidas pelos colegiados de curso mediante orientações constantes no item 6.2.1.2 deste projeto.

#### **8 º Período – A Pesquisa e a Prática como Elementos Constitutivos da Formação de Pedagogos (as).**

##### **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 105h**

**Ementa:** Ressignificação do Projeto de Pesquisa tendo como referencial o processo de construção de conhecimento vivenciado no decorrer do Curso, estabelecendo relações entre o Universo experienciado e perspectivas de atuação profissional. Elaboração e apresentação do TCC, com base na regulamentação da ABNT e regulamento específico.

##### **Trabalho e Educação 45 h**

**Ementa:** Estuda as noções fundamentais de economia e dos sistemas econômicos. Discute o processo de trabalho no modo de produção capitalista. Analisa as relações entre economia, trabalho e educação. Estuda as bases históricas e conceituais da formação capitalista no Brasil e a relação existente entre as mudanças da base econômica de produção e a educação.

##### **Coordenação Pedagógica 45 h**

**Ementa:** Problemática a coordenação pedagógica no contexto educacional contemporâneo. Discute o perfil profissiográfico e a agenda/funções do coordenador pedagógico. Apresenta princípios e métodos de assistência ao estudante, família e comunidade, e, assessoria técnico-pedagógica ao corpo docente e grupo gestor. Estuda documentos legais pertinentes e elabora estratégias de formação continuada.

##### **Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC 90h**

**Ementa:** Tópicos norteadores na formação de pedagogos organizados em temáticas e enfoques específicos que atendam às demandas reveladas pela comunidade acadêmica, apresentadas em diferentes modalidades organizativas, como: disciplinas, seminários temáticos, seminários interdisciplinares, oficinas pedagógicas, mini-cursos, grupos de estudo e ou de pesquisas, atividades de campo. Definidas pelos colegiados de curso mediante orientações constantes no projeto.

[HTTP://WWW.UNEB.BR/SENHOR-DO-BONFIM/DEDC/PEDAGOGIA/ESTRUTURA-CURRICULAR/](http://www.uneb.br/senhor-do-bonfim/dedc/pedagogia/print/estrutura-curricular/)



## Estrutura Curricular

31/05/2010

Componente Curricular	Sem.	Núcleo	Carga horária total
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Sócio-Culturais</b>			
Sociologia e Educação	1º	Formação Básica	60
Antropologia e Educação	1º	Formação Básica	60
Filosofia e Educação	1º	Formação Básica	60
Psicologia e Educação	1º	Formação Básica	60
História da Educação	1º	Formação Básica	60
Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP I	1º	Formação Básica	60
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	1º	Formação Básica	15
Carga horária total do semestre			375
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Sócio-Culturais</b>			
Epistemologia da Educação	2º	Formação Básica	60
Sociologia da Educação	2º	Formação Básica	60
História da Educação Brasileira	2º	Formação Básica	60
Psicologia da Educação	2º	Formação Básica	60
Arte e Educação	2º	Formação Básica	60
Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP II	2º	Formação Básica	60
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	2º	Formação Básica	15
Carga horária total do semestre			375
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Politico – Pedagógicas</b>			
Didática	3º	Formação Básica	60
Educação de Jovens e Adultos	3º	Formação Básica	60
Historia e Cultura Afro – Brasileira e Indígena	3º	Formação Básica	60
Políticas Educacionais	3º	Formação Básica	60

Educação do Campo	3º	Formação Básica	60
Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP III	3º	Formação Básica	60
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	3º	Formação Básica	15
Carga horária total do semestre			375
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Político – Pedagógicas</b>			
Currículo	4º	Formação Básica	60
Avaliação em Educação	4º	Formação Básica	60
Gestão Educacional	4º	Formação Básica	60
Educação Inclusiva	4º	Formação Básica	45
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC	4º	Formação Básica	90
Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP IV	4º	Formação Básica	60
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	4º	Formação Básica	15
Carga horária total do semestre			390
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas</b>			
Educação Ambiental	5º	Formação Complementar Diversificada	60
Educação, Ludicidade e Corporeidade	5º	Formação Complementar Diversificada	60
Tecnologia da Informação e da Comunicação	5º	Formação Complementar Diversificada	60
Educação Especial com Ênfase em Libras	5º	Formação Complementar Diversificada	45
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC	5º	Formação Complementar Diversificada	90
Pesquisa e Estágio – PE – I: Estágio em Espaços não Formais	5º	Formação Complementar Diversificada	105
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	5º	Formação Complementar Diversificada	30
Carga horária total do semestre			450
<b>Eixo Temático Articulador – Educação e Abordagens Pedagógicas Contemporâneas</b>			
Infância e Educação Infantil	6º	Formação Complementar Diversificada	60

16/11/2015

» Estrutura Curricular Pedagogia | EDC | Itaberaba | UNEB | Imprimir

Processos de Alfabetização	6º	Formação Complementar Diversificada	60
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Língua Portuguesa	6º	Formação Complementar Diversificada	60
Literatura Infante-Juvenil	6º	Formação Complementar Diversificada	60
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC	6º	Formação Complementar Diversificada	90
Pesquisa e Estágio – PE – II: Estágio em Educação Infantil	6º	Formação Complementar Diversificada	150
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	6º	Formação Complementar Diversificada	30
Carga horária total de semestre			510
<b>Eixo Temático Articulador – A pesquisa e a prática como elementos constitutivos da formação de Pedagogos (as)</b>			
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino das Ciências	7º	Formação Complementar Diversificada	60
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino da Geografia	7º	Formação Complementar Diversificada	60
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino da História	7º	Formação Complementar Diversificada	60
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino da Matemática	7º	Formação Complementar Diversificada	60
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC	7º	Formação Complementar Diversificada	90
Pesquisa e Estágio – PE – III: Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	7º	Formação Complementar Diversificada	150
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	7º	Formação Complementar Diversificada	30
Carga horária total do semestre			510
<b>Eixo Temático Articulador – A pesquisa e a prática como elementos constitutivos da formação de Pedagogos (as)</b>			
Trabalho e Educação	8º	Formação Complementar Diversificada	45
Coordenação Pedagógica	8º	Formação Complementar Diversificada	45
Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade – TEC	8º	Formação Complementar Diversificada	90
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	8º	Formação Complementar Diversificada	75
Seminário Interdisciplinar de Pesquisa	8º	Formação Complementar Diversificada	30

16/11/2015

» Estrutura Curricular Pedagogia | EDC | Itaberaba | UNEB | Imprimir

Carga horária total do semestre	285
---------------------------------	-----

Além dos conteúdos propostos para os componentes acima apresentados, são acrescidas as 200 horas de AACC.

[HTTP://WWW.UNEB.BR/ITABERABA/DEDC/PEDAGOGIA/ESTRUTURA-CURRICULAR/](http://www.uneb.br/itaberaba/dedc/pedagogia/estrutura-curricular/)